



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
(POSIH)
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (MIH)**

EDER JORDAN PAZ MATIAS MULATO

**A INVENÇÃO DO CEARÁ CIVILIZADO: A INVISIBILIZAÇÃO DAS
POPULAÇÕES NEGRAS NOS DISCURSOS INTELECTUAIS (1887-1903)**

REDENÇÃO - CE

2022

EDER JORDAN PAZ MATIAS MULATO

**A INVENÇÃO DO CEARÁ CIVILIZADO: A INVISIBILIZAÇÃO DAS
POPULAÇÕES NEGRAS NOS DISCURSOS INTELECTUAIS (1887-1903)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes.
Coorientadora: Profa. Dra. Larissa Oliveira e Gabarra.

REDENÇÃO – CE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Mulato, Eder Jordan Paz Matias.

M99i

A invasão do Ceará civilizado: a invisibilização das populações negras nos discursos intelectuais p 1887-1903 / Eder Jordan Paz Matias Mulato. - Redenção, 2022.
95f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes.

Coorientador: Profa. Dra. Larissa Oliveira e Gabarra.

1. Negros - População. 2. Identidade. 3. Ceará. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.89

EDER JORDAN PAZ MATIAS MULATO

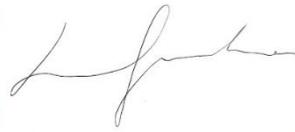
**A INVENÇÃO DO CEARÁ CIVILIZADO: A INVISIBILIZAÇÃO DAS
POPULAÇÕES NEGRAS NOS DISCURSOS INTELECTUAIS (1887-1903)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes. Coorientadora: Profa. Dra. Larissa Oliveira e Gabarra.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes
(Orientador / IH UNILAB)



Prof. Dra. Larissa Oliveira e Gabarra
(Co-orientadora / IH UNILAB)



Prof. Dr Franck Pierre Gilbert Ribard
(Externo à Instituição - UFC)



Prof. Dr. Itacir Marques da Luz
(Externo ao Programa - UNILAB)

REDENÇÃO – CE

2022

AGRADECIMENTOS

Fazer agradecimentos não é uma atividade fácil, sobretudo quando diversas pessoas participaram diretamente e indiretamente de uma pesquisa. Talvez, para alguns concluir um mestrado seja apenas uma etapa da carreira acadêmica, mas, quando se é um jovem negro de periferia, um mestrado ultrapassa o significado de um título.

Agradeço primeiramente a minha mãe (Jucilene Freitas Paz) e ao meu pai (Edvan Barros Matias), que durante toda a minha vida reforçaram que somente a educação possibilitaria uma qualidade de vida, que infelizmente a pobreza não nos permitia. Acredito que tenha sido cansativo para minha mãe acordar eu e meus irmãos todos os dias e dizer a mesma coisa: “levantem e vão para a escola, a única coisa que posso dar a vocês é educação”. Essa frase ficou enraizada nas nossas mentes de um modo que, até em momentos sem nenhuma condição favorável, íamos para escola. Não irei fazer desse agradecimento um relato extenso da minha vida, pois as pessoas a quem eu agradeço sabem o quanto foi difícil chegar até aqui. Mas faço esse pequeno relato para que minha mãe, meu pai, minha irmã e meus irmãos saibam que todo esforço em nossa educação foi extremamente importante. Às minhas avós, agradeço pelo exemplo de força e história.

Agradeço a minha esposa, Iara Conceição Mulato Monteiro Matias, pelo apoio em todos os dias cansativos, por nunca desacreditar do meu sonho, por ter estado sempre ao meu lado em cada momento de insegurança, sendo paciente com todas as minhas conversas sobre as dificuldades encontradas durante a pesquisa, e por ser fonte de inspiração.

Sou enormemente grato ao meu orientador, Dr. Arilson dos Santos Gomes, que sempre esteve presente quando precisava e que em nenhum momento desacreditou das possibilidades desta pesquisa, em diversas vezes reforçou que eu conseguiria cumprir com meus objetivos e nunca deixou que o desânimo fosse maior que a esperança. A minha co-orientadora, Dra Larissa Oliveira e Gabarra, agradeço por ter sido um exemplo de força, por diversas vezes acreditar mais na minha capacidade do que qualquer outra pessoa. As minhas amigas, Estelany Silveira e Eduarda Freitas, que estiveram comigo durante essa trajetória acadêmica, sempre motivando, dando broncas e conselhos; mulheres incríveis que fazem parte do profissional que sou hoje. Sou grato também por toda dedicação e orientações dadas pelos professores Dr. Itacir Marques Luz e o Dr. Frack

Pelos momentos em que eu estava disperso, agradeço às músicas/poesias de Emicida e dos Racionais Mcs que foram "lembretes" para que eu não esquecesse, por nenhum minuto, a minha jornada e nem os motivos pelos quais estava realizando essa pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa visa contribuir com as discussões sobre o processo de invisibilização da população negra com o intuito de romper com as narrativas ainda tão presentes no imaginário cearense. Discutiremos de que modo a criação de uma identidade negativa (identidade atribuída), proposta por Kabengele Munanga (1994), tem relação com o processo de invisibilização da população negra. Essa análise também se apoiará na discussão feita por Achille Mbembe (2014) sobre a inferiorização do negro. Para realizar a análise da invisibilização e do processo de inferiorização do negro, apoiamos-nos em autores como: Nilma Lino Gomes (2005), Wlamyra Albuquerque (2009), Roberto Damatta (1981), Antonio Vilamarque Carnaúba (2006), Janote Pires Marques (2013), Paulo Henrique de Souza (2012), dentre outros. Procuramos evidenciar a exclusão e inferiorização da população afro-cearense por meio dos discursos oficiais da elite intelectual, principalmente, nos documentos publicados e presentes no arquivo do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, por entendermos que essa instituição foi um dos meios que contribuíram para esse processo. Será utilizado o método de análise de conteúdo proposto pela autora Laurence Bardin (1977) com a intenção de interpretar se as “comunicações” emitidas nos documentos representaram um mecanismo de “informação” e inferiorização dessas populações. A delimitação temporal da pesquisa terá como recorte o ano de 1887, ano de fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará; porém, é necessário explicitar que em alguns momentos nos direcionamos para períodos anteriores a esse recorte, que também vai até 1903, ano do tricentenário do Ceará, nos quais o Instituto Histórico produziu textos referentes à formação da região. O estudo concluiu que a invisibilização da população negra ocorreu atrelada à inferiorização e dentro de uma percepção hierarquizada e racializada dos intelectuais do IHC, além disso, é denotado que a própria caracterização “heroica” de figuras como Martim Soares Moreno são exemplos de uma “predileção invisibilizadora”.

Palavras-chave: Invisibilização. População Negra. Identidade. Ceará.

ABSTRACT

The present research aims to contribute to the discussions about the process of invisibility of the black population in order to break with the narratives still so present in the imagination of Ceará. We will discuss how the creation of a negative identity (attributed identity), proposed by Kabengele Munanga (1994), is related to the process of invisibility of the black population, this analysis will also be supported by the discussion made by Achille Mbembe (2014) about the black inferiority. To carry out the analysis of the invisibility and the process of inferiorization of blacks, we rely on authors such as: Nilma Lino Gomes (2005), Wlamyra Albuquerque (2009), Roberto Damatta (1981), Antonio Vilamarque Caruaíba (2006), Janote Pires Marques (2013), Paulo Henrique de Souza (2012), among others. We will seek to evidence the exclusion and inferiorization of the Afro-Cearense population through the official discourses of the intellectual elite, mainly in the documents published and present in the Historic, Geographic and Anthropological Institute of Ceará, as we understand that this institution was one of the means that contributed to this process. The content analysis method proposed by the author Laurence Bardin (1977) will be used with the intention of interpreting whether the “communications” issued in the documents represented a mechanism of “information” and inferiorization of these populations. The temporal delimitation of the research will have as its cut the year 1887, the year of foundation of the Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, but it is necessary to explain that in some moments we go to periods before this cut that also goes up to 1903, year of the tercentenary of Ceará in which the Historical Institute produced texts referring to the formation of the region. The study concluded that the invisibility of the black population occurred linked to inferiority and within a hierarchical and racialized perception of the intellectuals of the IHC and that the “heroic” characterization of figures such as Martim Soares Moreno are examples of an “invisibilizing predilection”.

Keywords: Invisibility. Black Population. Identity. Ceará.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O HEROÍSMO COMO NARRATIVAS DE EXCLUSÃO	21
1.1 A formação do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará	21
1.2 Martim e o heroísmo invisibilizador como característica da narrativa	33
2 AS CONTRIBUIÇÕES DOS INTELECTUAIS NO PROCESSO DE INVISIBILIZAÇÃO E INFERIORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA	42
2.1 Invisibilização, inferiorização e a invenção do Ceará	43
2.2 A narrativa intelectual: inferiorização como mecanismo de apagamento	49
2.3 A população negra como problema	59
3 ABOLIÇÃO, O JOGO DE DISSIMULAÇÃO NO CEARÁ E A RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA	71
3.1 As narrativas acerca da abolição e a ocultação da população negra	72
3.2 As resistências da população negra cearense	83
CONCLUSÃO	89
FONTES	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender o processo de invisibilização da população negra cearense, a partir da segunda metade do século XIX e meados do século XX. Procuramos evidenciar a exclusão da população afro-cearense por meio dos discursos oficiais da elite intelectual, principalmente através das narrativas construídas pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Acreditamos que as análises propostas neste trabalho passam também pela compreensão da própria marginalização presente nesse “discurso oficial” da elite intelectual cearense.

Analisaremos os discursos difundidos pelos intelectuais cearenses com o intuito de problematizar até que ponto o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHC) contribuiu para a exclusão e criação de uma identidade negativa (marginalizadora) sobre a população negra cearense. A exclusão dos negros do discurso histórico de formação do Ceará vem sendo estudada e discutida nas últimas décadas em diversos meios, como em congressos e produções científicas.¹ Essa longa caminhada de estudiosos que (re)escrevem as histórias dos afro-cearenses nos permite afirmar que hoje não é mais possível aceitar a narrativa invisibilizadora na qual no Ceará a presença negra não foi significativa.

No entanto, percebemos que o Ceará ainda continua vinculado a um imaginário no qual a presença negra foi inexpressiva. Nesse sentido, acreditamos que a exclusão da população negra faz parte de um processo histórico longo, que tem origem nas primeiras tentativas de definir uma narrativa histórica de formação do Ceará. Dessa maneira, é visto que a invisibilização, que tem como símbolo e representação a narrativa fundamentada pelo

¹ O Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra, o encontro de formação Memórias do Baobá, o Seminário de Negras e Negros no Ceará e o livro “Histórias de Negros no Ceará” são alguns dos diversos exemplos dessa realidade. O Artefatos da cultura negra tem como objetivo criar e divulgar conhecimentos relacionados a educação antirracista produzidos pelos diversos estudiosos do tema, as edições acontecem na região do Cariri. site:<http://www.urca.br/artefatosculturanegra/xi/index.php/apresentacao/>. O encontro Memórias do Baobá tem como foco a produção de material didático apoiados na ancestralidade e na lei 10.639 com a intenção de contribuir com uma educação antirracista e pluricultural. Outra atividade importante foi o encontro promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce), em parceria com grupos de estudo e pesquisa, entidades do movimento negro e sites, intitulada: “História, Pesquisa e Realidade” <https://www.facebook.com/Sindjorce/videos/debate-ao-vivo-hist%C3%B3ria-pesquisa-e-realidade-a-forma%C3%A7%C3%A3o-da-identidade-cearense/576403886380086>. A atividade foi transmitida ao vivo em plataformas online. A *Live*, organizada por Arilson dos Santos Gomes (Unilab), o pesquisador e também historiador Hilário Ferreira (Ateneu) e a advogada e coordenadora da CEPPIR Martir Silva (MNU - Ceará) e a mediação conduzida pelo jornalista Rafael Mesquita, presidente do Sindjorce. Link: digitais do Sindjorce no dia 03 de agosto de 2020. Uma obra relevante para a temática das contribuições negras para o Ceará é a de FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.). O livro busca discutir as questões que envolvem a presença da população negra no Ceará e servir de instrumento educativo para as escolas e universidades.

romancista e político brasileiro José Martiniano de Alencar (1829-1877), em sua obra “Iracema” (1865), que não é exclusiva do século XIX, é singular para pensar o Ceará.²

A obra representa um mito de origem do Ceará, pois é referência no imaginário social do Estado. Isso fica nítido no fato de Iracema ser representada em vários espaços públicos da cidade de Fortaleza como um ícone urbano, símbolo da identidade desse povo. Dessa forma, a obra de Alencar ajudou a sustentar um discurso oficial, que influenciou a necessidade de busca pela origem cearense, e assim alimentar diretamente o “problema de identidade”³.

Antes de nos voltarmos para as análises mais aprofundadas, é importante frisar que não definimos José de Alencar como uma figura que criou propositalmente uma narrativa de invisibilização, mas entendemos que sua obra, mesmo que aborde um contexto de início da colonização cearense, representa de maneira simbólica a forma como a elite intelectual presente no Instituto constrói a narrativa histórica.

O historiador Antonio Vilamarque Carnaúba (2006) nos fornece algumas contribuições para podermos compreender a narrativa histórica criada por essa instituição. Com isso, a historiografia cearense foi o principal meio para a difusão dessa história oficial. Desse modo, o Instituto Histórico do Ceará foi uma das principais instituições a fundamentar e enraizar essa invisibilidade. Sobre o Instituto Histórico, Vilamarque afirma que:

Os exaustivos trabalhos promovidos pelos seus membros, na busca, e na construção da história e da memória do povo cearense lhe credenciaram como lugar privilegiado do saber e estabeleceram essa instituição como principal centro de informação para a sociedade, influenciando decisivamente nos mecanismos de educação, de cultura e, sobretudo, na opinião pública local. (SOUSA, 2006, p.56).

É a partir desse entendimento que consideramos o IHC como um importante meio para compreendermos a construção da “identidade” cearense e as características do processo de invisibilização da população negra.

Assim posto, a necessidade de criar uma narrativa histórica sobre a história do Brasil fundamentou a importância da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que ocorreu em 1838, tendo o seu processo de criação influenciado o surgimento de institutos locais em diversas regiões como Alagoas, Pernambuco e no próprio Ceará. Dessa forma, para a intelectualidade da época, a criação do Instituto Histórico do Ceará representa em si próprio

² ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Ftd, 2011. 126 p.

³ Em nosso entendimento o problema de identidade seria o fato de ainda hoje existir uma lacuna no imaginário, em narrativas acadêmicas e até propagandistas em que o Ceará é tudo menos negro, esse problema de identidade seria o fato da formação do estado ser representada na maioria das vezes entre o europeu e a indígena, nesse sentido seria um problema causado pela invisibilização.

um direcionamento do Ceará rumo ao “progresso civilizacional”, pois estava diretamente ligada à necessidade de fazer a história da província cearense ficar conhecida e reconhecida como singular.

Os membros dessa instituição, no Ceará, demonstraram interesse sobre diversos acontecimentos, tais como o início da colonização, o local que teria sido a primeira vila, dentre outros assuntos, e definiram quais representavam a história cearense (OLIVEIRA, 2001).

Assim como José de Alencar, os representantes do Instituto Histórico do Ceará estavam interessados com o projeto de nacionalidade, implicando na necessidade de definir quem eram os “cearenses”. Almir Leal de Oliveira reforça importância que essa instituição teve na produção historiográfica:

Coube aos historiadores do Instituto Histórico do Ceará, como acadêmicos pioneiros da historiografia cearense, nomear, classificar e descrever as particularidades que diferenciavam a trajetória cearense das demais regiões do Brasil. A definição das origens, bem como a tematização de sua história, alimentou a constituição de elementos simbólicos da história do Ceará na definição dos traços distintivos do Ceará diante da Nação. A produção historiográfica cearense após 1887 preocupou-se em constituir uma ‘verdadeira’ compreensão das origens do Ceará a partir do estudo dos eventos locais. (OLIVEIRA, 2001, p.83).

A preocupação sobre as origens do cearense estava relacionada com a urgência de construir uma nação e isso significava seguir um caminho e um padrão de sociedade (o modelo nacional baseado no modelo europeu de sociedade). Foi através dessa necessidade que os intelectuais cearenses trilharam o discurso histórico. Dessa forma, “A integração do Ceará a uma história das civilizações foi uma das premissas propostas pela prática historiográfica positivista francesa (história política) que o Instituto Histórico do Ceará imprimiu à historiografia local.” (OLIVEIRA, 2001, p.100).

Como Oliveira destaca, os membros do IHC atribuíram a eles mesmos o dever de escrever e definir as especificidades da história cearense. Para isso, era necessário construir e difundir as características que definiam e davam destaque para a história cearense. Para compreendermos melhor como foi o processo de construção dessa narrativa histórica, voltamos nossa atenção para as publicações da Revista do Instituto Histórico do Ceará, que foi o meio utilizado pelos seus membros para propagar a história cearense.

A pesquisa buscou trazer e apoiar suas discussões em trabalhos de autores que contribuíram com a reflexão sobre a narrativa histórica construída pelos membros do Instituto Histórico do Ceará e outros intelectuais que influenciaram essa instituição. O historiador Almir Leal de Oliveira (2006) pode ser considerado um dos mais conhecidos destes pesquisadores pela enorme produção sobre a construção da historiografia cearense. A partir de suas

contribuições, foi possível nos questionar sobre a viabilidade das discussões propostas neste trabalho. As reflexões da historiadora Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento (2018) contribuíram para compreendermos o perfil dos membros do IHC, figuras que pertenciam e usufruíam de espaços elitizados, sendo a própria instituição um desses locais. As análises da pesquisadora Nivia Marques Monteiro (2014) também serviram como suporte para nossos questionamentos, tendo em vista suas reflexões referentes à narrativa de Joaquim Catunda e a recepção de ideias racialistas e evolucionistas no Ceará, na segunda metade do século XIX. As pesquisadoras Camila de Sousa Freire e Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (2018) nos possibilitaram entender de que modo foi constituída “uma intelectualidade cearense entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, bem como suas redes de sociabilidade e atuação, principalmente, no que diz respeito à escrita da história e à construção de uma identidade regional cearense” (FREIRE; BARCELOS, 2018 p. 440).⁴

Em nosso trabalho, analisamos as questões que envolvem a discussão do IHC sobre a abolição, através da perspectiva da historiadora Wlamyra R. de Albuquerque (2009), pois compreendemos que as publicações analisadas demonstram mais do que a delimitação e descrição sobre quem são as figuras que estiveram presentes nesse processo. Albuquerque nos mostra que, dentro do processo que culminou na abolição, houve uma manutenção das hierarquizações que eram visíveis na racialização. A elite intelectual demonstrava, através de seus discursos, que o fim da escravidão não representava o fim da visão inferiorizada e racializada que tinham da “raça emancipada”. Dessa forma, entendemos que as reflexões da historiadora foram de extrema importância para compreendermos que, mesmo com as devidas especificidades de cada região, a narrativa encontrada nos arquivos analisados nesta pesquisa demonstram uma dissimulação, representada pela divisão entre aqueles que são “emancipados” e aqueles que “emancipam”, além disso esse “jogo de dissimulação” também se faz presente nos limites dessa “benevolência”.⁵

Visto isso, acreditamos que o processo de invisibilização tem relação direta com os questionamentos feitos sobre: “origem do Ceará” e “quais foram os grupos que contribuíram com a formação da região?”. Como já foi dito, esses questionamentos estavam atrelados ao

⁴ Ressaltamos que o trabalho da historiadora Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento (2018) cumpre diversos outros objetivos, principalmente a reflexão de como a comemoração do I Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará realizada em 1984 e publicada pelo Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará contribuiu com a sacralização e a definição de “heróis” do processo abolicionista.

⁵ A historiadora Wlamyra reflete sobre esse processo através do que define como “jogo da dissimulação” e mostra como essa sociedade não deixa de ser racializada mesmo depois de decretada a abolição e instaurada a república, tendo a Bahia como exemplo desse processo. No entanto, acreditamos que mesmo com os distanciamentos é possível discutir de que forma foi dissimulado a presença negra nesse processo de abolição no Ceará.

sentimento de determinar quais os principais fatos que definiam as particularidades da história cearense. Qualquer pessoa, que de maneira despreziosa se deparasse com esses questionamentos, poderia não compreender quais implicações estão presentes na narrativa oficial. No entanto, acreditamos que são esses questionamentos que podem exemplificar a intenção dos membros do IHC. Quais são as questões que estão implícitas nas diversas tentativas de definir os sujeitos que constituem o cearense? De acordo com Almir Leal de Oliveira (2001):

Para uma sociedade que procurava se definir como nova, civilizada e moderna, a datação de suas origens, dos marcos de sua singularização, representava a possibilidade concreta de municiar-se de referências identitárias e, a partir de uma cruzada pela delimitação de seu passado, definir-se num presente incerto, estabelecer as escolhas que definiriam suas formas e contornos dentro da nacionalidade pretendida. (OLIVEIRA, 2001, p. 12)

Essas questões nos levam também para outro objetivo desta pesquisa, que é problematizar o papel e as influências do Instituto Histórico do Ceará (1887) na construção da identidade cearense hegemônica e compreender de que forma essa narrativa contribuiu na construção de uma identidade negativa sobre a população negra.

O contexto pelo qual o Brasil passava naquele momento também é importante para compreendermos como essa camada da sociedade cearense percebia os pretos e pobres. Havia, no Brasil, oitocentista que estavam preocupados com as características que o país e sua população deveriam possuir para terem o *status* de civilizado. Entendemos também que esse sentimento não é exclusivo desse período, mas que continua durante o século XX. Desse modo, dentro da ação de definir quem seriam os “civilizados”, era necessário também caracterizar os “incivilizados”, definir aqueles que eram vistos como não cidadãos. Buscaremos identificar quem são esses sujeitos “incivilizados” e indesejados através dos discursos presentes nos textos do IHC.

É fundamental explicitar que o termo “civilizado”, utilizado em nosso tema, não pretende imprimir uma característica qualificadora do Ceará, mas destacar que, dentro de nossas análises, interpretamos que a elite intelectual cearense procurou inserir essa região dentro de uma narrativa “civilizada” baseada na concepção ocidental de civilização. De acordo com Nobert Elias:

Mas se examinamos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. (ELIAS, 1994, p.23)

Desse modo, o conceito de “civilização” ou “civilizados” faz parte de uma percepção de sociedade que, para os intelectuais daquele período, era o europeu. Naquele período, os sujeitos que possuíam as ferramentas para construir e difundir o discurso histórico cearense eram principalmente os intelectuais que estabeleceram, a partir de seus pensamentos, uma noção daquilo que definem como história do Ceará. Dessa forma, antes de nos aprofundarmos especificamente em quem eram os intelectuais daquele período, consideramos necessário levantar algumas questões sobre a compreensão de Antonio Gramsci (1982) em torno da formação da intelectualidade.

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. [...] Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. [...] Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 1982, p.7-9)

Percebe-se que realizar uma atividade intelectual não é algo exclusivo daqueles que fazem parte do grupo privilegiado, mas que a ação intelectual é pertencente a todo sujeito que desenvolve uma determinada atividade. No entanto, é fundamental considerar que o grupo intelectual que analisamos pertence a um setor elitizado da sociedade, são sujeitos que estão conectados com os interesses do grupo social dominante e por isso muitas vezes exprimem esses interesses em suas narrativas.

Antes de nos aprofundarmos nas discussões propostas em nosso trabalho, é necessário empreender algumas considerações sobre os termos que utilizamos, como afrodescendentes e população negra, para nos referirmos aos sujeitos presentes nesse processo. Cabe acrescentar que, quando utilizamos esses termos, estamos nos apoiando no entendimento do movimento negro brasileiro que ressignificou não só a ideia de raça, mas também a utilização do termo negro. A população negra à qual nos referimos são os sujeitos que, por conta de sua cor, cultura, religião, costumes etc., foram alvos de ações que marginalizaram e os excluíram do pleno direito à cidadania. Utilizaremos esses termos para definir aqueles que não só foram excluídos, mas como também resistiram dentro de um processo que buscou constantemente apagar a sua presença. Portanto, o termo negro e afrodescendente utilizados neste trabalho são colocados de maneira positiva para que compreendamos também a continuidade de um processo de invisibilização e marginalização que perduraram na sociedade cearense e que forja uma narrativa.

Peço licença neste momento para explicar um pouco de como surgiram as primeiras questões que nos levaram a pesquisar esse processo de invisibilização e marginalização da população negra cearense. Acredito que, em muitos momentos da nossa vida (pessoas negras cearenses), nos deparamos com argumentos que se resumem à ideia da formação do Ceará ter acontecido entre indígenas e europeus (sendo esse último o que “predominou”), pois desde a infância nos ensinam que a presença negra no Ceará não foi relevante. Mas, como essa ideia pode ser sustentada em um estado no qual nitidamente notamos essa presença em diversos momentos? Atualmente contamos com diversas pesquisas que mostram o contrário dessa narrativa, que historicamente excluiu esses sujeitos do discurso histórico oficial, mesmo assim nos deparamos com obras revisionistas que procuram “fundamentar” um processo de invisibilização que ainda não foi encerrado.

Nossa pesquisa surgiu de inquietações pessoais que estiveram presentes durante toda a trajetória deste pesquisador, seja pelo fato de ser negro e assim ser chamado desde sua infância por quase todas as pessoas mais próximas de “nego”- na maioria das vezes de maneira carinhosa – mas que, ao mesmo tempo, cresceu com a presença de ideias que nesse estado não existia negros. Dessa forma, as inquietações desta pesquisa surgiram da própria trajetória que trilhamos, mas também como resposta a discursos que ainda hoje persistem em colocar o Ceará até como terra de nórdicos, mas menos de pretos.⁶

Dentro desse processo, voltaremos nossa atenção para o conceito de identidade, pois o movimento de criação de uma identidade atribuída a população de cor também passa pela compreensão de sua definição. Pois a “[...] identidade ‘ampla’ é invocada sempre que um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido” (NOVAES, 1993, p. 25 *apud* GOMES, 2005, p. 41). As construções das identidades podem acontecer de diferentes formas, tendo como um de seus motores a interação, pois é através das relações estabelecidas com um grupo semelhante, (compartilham da mesma cultura, religião e etc) e também com aqueles que são diferentes, que uma identidade se configura, seja num modo operante de exclusão ou de privilégios. Não acreditamos que a identidade seja uma definição estagnada no tempo, mas sim que continua e sempre esteve em constante transformação. O antropólogo Kabengele Munanga nos ajuda a compreender melhor esse conceito:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou

⁶ Pesquisa desenvolvida através do livro “O Cearense Revelado: uma jornada via DNA desvenda nossa ancestralidade” (2020) escrito pelo professor Luís Sérgio Santos.

alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc. (MUNANGA, 1994, p. 17)

Para compreendermos esse processo de invisibilização e marginalização, acreditamos ser crucial investigar de que modo a elite cearense caracterizava (identidade atribuída) aos afrodescendentes presentes na cidade de Fortaleza. A compreensão de identidade que Munanga (1994) propõe é importante, pois é possível identificar que as identidades possuem diversas funções que podem servir como uma defesa do grupo, mas também como uma manipulação daquilo que definiria o “outro”. Nesse sentido, investigamos as ações e discursos criados para definir os padrões de quem fazia parte do que era definido como cearense e aqueles que não eram aceitos dentro desse ideal (europeizado).

Visto isso, há uma certa obviedade em afirmar que as bases científicas de nosso trabalho estão apoiadas em todos os autores que utilizamos em nossa pesquisa, mas é importante deixar explícito que buscamos trazer trabalhos de diferentes áreas das ciências sociais e humanas para que pudessem fornecer uma análise mais aprofundada das questões propostas em nossa pesquisa. No entanto, também entendemos os limites que não foram possíveis ultrapassar e que, na maioria das vezes, as análises tiveram como direcionamento o campo da história. É importante salientar que nosso trabalho também se considera fundamental a interdisciplinaridade como ferramenta de análise, tendo em vista que, assim como Frigotto, entendemos que:

Se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É nesse sentido que mesmo delimitado um ato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (FRIGOTTO, 2008, p. 44)

Mesmo considerando os limites desta pesquisa, nossas intenções foram baseadas em diferentes autores que nos permitem trazer uma multiplicidade de interpretações. Dessa forma, procuramos trazer a interdisciplinaridade dentro das nossas reflexões, principalmente quando propomos interpretar o processo de invisibilização da população negra cearense por meio da contribuição de autores como Achille Mbembe (2014), Kabengele Munanga (1994) e Valentin-Yves Mudimbe (2013). Em nosso trabalho não trazemos as discussões de Walter Dignolo (2008) de maneira recorrente, mas foi a partir de suas contribuições sobre Aníbal Quijano referente a “desobediência epistêmica” que esta pesquisa foi pensada, provavelmente não tenhamos conseguido fazer o que Quijano propõe. No entanto, a influência dos dois autores, dentro da nossa abordagem, contribuiu para definirmos como necessário o entendimento da

“inferiorização” sobre os sujeitos “subalternos”.⁷ Além disso, o filósofo Mignolo nos permite, através das suas reflexões, uma “orientação descolonial (com inclinação) de pensar e de agir” (MIGNOLO, 2008, p. 323).

Os métodos utilizados na investigação dos documentos expostos neste trabalho foram apoiados na abordagem proposta pela autora Laurence Bardin (1977). Para isso, buscamos encontrar nos textos do Instituto Histórico do Ceará informações que não estão escancaradas e que necessitam de uma investigação para o que se encontra implícito nos documentos. “O objetivo[...] da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 1977, p.46)

Para analisar de maneira mais acurada os discursos presentes na revista do IHC utilizaremos em nossas reflexões a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977), “[...]desde que se começou a lidar com comunicações, que se pretende compreender para além dos seus significados imediatos, parecendo útil o recurso à análise de conteúdo”. (BARDIN, 1977, p. 29)

Mas o que seria a análise de conteúdo? Para Bardin “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.” (BARDIN, 1977, p. 31) Desse modo, em nossa pesquisa, entendemos como formas de comunicação os textos publicados pelo IHC, sejam eles dos próprios membros do instituto ou de figuras que ganharam espaço dentro da revista. Acreditamos que, através dessa análise, será possível compreender as implicações dos discursos que foram expostos nas publicações da revista, buscando entender também quais as características dessa narrativa e de que modo é possível perceber sua contribuição no processo de invisibilização da população negra cearense.

Em nossa pesquisa fizemos um levantamento inicial dos documentos presentes na revista do Instituto e buscamos compreender quais as características presentes nas produções e as principais preocupações dos autores. Desse modo, nos momentos em que foram expostas as narrativas dessa Instituição, mantivemos a análise da forma como esses sujeitos escreviam sobre determinado assunto. No entanto, sempre acompanhado de reflexões críticas em que fosse possível perceber a frequência dessa narrativa invisibilizadora.

⁷ Entendemos o conceito de desobediência epistêmica utilizado por Aníbal Quijano como uma ação de contestação do eurocentrismo que seja possível formular concepções e entendimentos baseados nas referências “descolonizadoras”.

Busca-se, com essa pesquisa documental, compreender as ideias difundidas através da narrativa do Instituto Histórico do Ceará e suas vinculações com o processo de invisibilização que estamos analisando neste trabalho. Portanto, através de nossa empreitada, esperamos que seja possível compreender a complexidade do processo no qual os sujeitos da elite intelectual cearense acabaram excluindo e marginalizando a participação da população negra na formação do estado.

Nesta pesquisa foram analisados documentos referentes às publicações da Revista do Instituto Histórico do Ceará, principalmente situadas entre 1887, ano de fundação da instituição, até o ano 1904, ano em que encontramos um documento que aborda a repercussão do “Tricentenário do Ceará”. Entende-se que esse período representa um momento no qual a elite intelectual cearense, principalmente aqueles que faziam parte dessa instituição, demonstrou um interesse significativo no fortalecimento de uma história “verdadeira” sobre o Ceará. Além disso, para nossa pesquisa, esse período é de extrema importância, pois é nele que ocorrem processos importantes para a história cearense e nacional, como a abolição da escravidão e a Proclamação da República. Dessa forma, dentro desse período, podemos levantar questionamentos de como o fim da escravidão não rompe com a visão hierarquizada desses intelectuais e como a população negra continua sendo inserida em um discurso invisibilizador e marginalizador.

Alguns dos documentos citados e analisados foram: Relato da Sessão em 4 de Março de 1887; Estatuto do Instituto Histórico do Ceará (1887); Lista de Associações Nacionais e Estrangeiras (1902); Resumo Cronológico para a história do Ceará - João Brígido dos Santos - Ligeira apreciação por Perdigão de Oliveira (1888); Ephemerides do Ceará. (1900); Correspondência Arquivo Público da Bahia com o Instituto do Ceará (1897); O Tricentenário da República de Fortaleza (1903); Memória sobre a Capitania do Ceará (1889); Para a História da Libertação dos Escravos no Ceará. (1897); Sessão de 17 de Maio de 1888.

Nossa intenção é interpretar as “comunicações” através da análise de conteúdo, pois acreditamos que os documentos presentes neste trabalho representaram um mecanismo de “informação” para os sujeitos daquele período. Dessa forma, nossa intenção é analisar os possíveis caminhos da documentação. Como afirma Bardin: “Em última análise, qualquer comunicação, isto é qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (BARDIN, 1997, p.32)

Acreditamos que a justificativa desta pesquisa está apoiada na ideia de confrontar esse discurso invisibilizador que tem suas raízes nas ações da elite intelectual cearense e para isso requer uma reflexão profunda do processo histórico mais amplo. Os discursos oficiais e pesquisas que tentaram se debruçar sobre essa origem podem ser considerados como uma das principais ferramentas que sustentaram o “problema de identidade” cearense em que “o Ceará é tudo menos negro”.

Refletir sobre identidade significa compreender que “[...] os elementos fundamentais das identidades dos sujeitos são, em nosso entendimento, constructos da orientação, das experiências e, portanto, da consciência histórica” (GOMES, 2021, p. 207). Nesse sentido, é primordial compreender que as populações, que classificamos neste texto como negras e afrodescendentes, compartilham de um processo de apagamento e exclusão do próprio direito à cidadania e da contribuição histórica na formação de nossa sociedade.⁸ Neste momento, iremos nos concentrar especificamente sobre a invisibilização da população negra e a construção da identidade atribuída, que de certa forma é uma ferramenta dentro desse processo de exclusão.

Em nosso trabalho, no primeiro capítulo, identificamos e descrevemos quem eram os membros do Instituto Histórico do Ceará, os objetivos da instituição e como era sua estrutura e formação. Para isso, utilizamos alguns documentos encontrados durante nossa pesquisa como os documentos referentes à inauguração e aos estatutos.

No segundo capítulo, discutimos o modo como foram construídas as narrativas sobre os “outros” (“incivilizados”) através da visão colonialista, pois acreditamos que esse processo possui uma relação direta com o modo como os intelectuais do IHC percebiam a população negra. Com isso, objetivamos trazer reflexões acerca da imposição da identidade atribuída e a relação com esse processo de invisibilização.

No último e terceiro capítulo, buscamos identificar de que modo a narrativa sobre o processo abolicionista cearense também esteve atrelada a um certo heroísmo no qual é possível notar uma diferenciação entre os “emancipados” e o “emancipadores”. Assim, com a mesma intenção também discutiremos de que modo a população negra esteve atrelada na narrativa histórica ligada a situações de “rebeldia” e “criminalidade”. Será um dos nossos objetivos aprofundar nossa análise sobre a construção e as características da invisibilização e

⁸ “Identidade atribuída” conceito retirado do trabalho de Kabengele Munanga (1994). Desse modo, este trabalho utiliza a compreensão de Munanga sobre o conceito de identidade atribuída, pois entendemos que o processo de construção de identidade faz parte das relações em que os sujeitos também impõem uma determinada identidade ou caracterização ao grupo que consideram diferente.

inferiorização dentro das narrativas referente às ações abolicionistas registradas pelo Instituto Histórico do Ceará. Nesse mesmo capítulo, buscamos trazer alguns trabalhos de autores que discutiram em suas produções a resistência da população negra cearense. Alguns deles são: Jofre Teófilo Vieira (2020), Janote Pires Marques (2020), Eduardo Campos (1980), Eylo Fagner Silva Rodrigues (2012), José Hilário Ferreira Sobrinho (2020). Esses autores além de serem importantes na compreensão da história da população negra cearense também produziram obras fundamentais para a discussão de diferentes maneiras de resistência encontradas por esses sujeitos.

Portanto, acreditamos que esse trabalho tem sua importância fundamentada na tentativa de servir como ferramenta para desconstrução de um discurso ainda presente em nossa sociedade: o da “origem do cearense”, sem ter como objetivo realizar um levantamento e definir de maneira fechada o que seria essa “origem”, mas fazer reflexões sobre a exclusão dos sujeitos afrodescendentes daquilo que é definido como Ceará (identidade hegemônica) com foco na invisibilização e inferiorização realizada através dos discursos da elite intelectual cearense.

1 O HEROÍSMO COMO NARRATIVAS DE EXCLUSÃO.

Neste primeiro capítulo, buscamos entender e contextualizar o processo da fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. A nossa intenção também esteve diretamente ligada com a necessidade de compreender qual o grupo social que ocupava esse lugar e até que ponto é possível definir essa instituição como um espaço destinado exclusivamente para os sujeitos que eram aceitos e vistos como intelectuais.

Dessa forma, pretendemos, com isso, identificar como essa instituição foi estruturada por seus membros fundadores e quem eram essas figuras. O capítulo também tenta trazer discussões sobre o alcance das publicações do IHC e quais são as possibilidades de interpretação do documento que relatava as instituições nacionais e internacionais para onde as publicações da Revista do Instituto Histórico eram enviadas.

Com intuito de cumprir com a compreensão do processo de fundação e da característica que marcava quem eram os sujeitos que faziam parte dessa instituição, realizamos a análise de documentos referentes à fundação da instituição juntamente com a relação de trabalhos que discutiram o contexto de criação do IHC. Além disso, buscamos entender de que forma podemos identificar essa instituição como local privilegiado de divulgação de uma narrativa histórica sobre o Ceará.

Neste mesmo capítulo, objetivamos discutir de que modo os membros do Instituto Histórico do Ceará produziram narrativas históricas sobre a região em que privilegiaram figuras vistas como “heróis” dentro da história cearense dessa época. Com isso, pretendemos fazer uma análise do modo como essa narrativa foi construída e apoiada numa visão que estabelecia uma “superioridade” dos colonizadores europeus, pois foi essa percepção que fundamentou o processo de invisibilização.

1.1 A formação do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará.

Aos quatro dias do mez de março de mil oitocentos oitenta e septe, em um dos Salões da Bibliotheca Publica d’esta capital, presente o Dr. Paulino Nogueira, Joakim Catunda, João Perdigão, Dr. Guilherme Studart, Julio Cezar, Dr. Padre Frota, Dr. Antonio Augusto, Antonio Bezerra resolveram fundar uma sociedade sob o titulo - Instituto do Ceará - com o fim de fazer conhecida a historia e a geographia da Provincia e de concorrer para a propagação das lettras e sciencias na Provincia.(REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO DO CEARÁ/ Sessão em 4 de Março de 1887/ TOMO I)

Iniciamos este capítulo com o relato da sessão de fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, de 4 de março de 1887. Nesse momento, procuramos refletir sobre o processo de criação do Instituto Histórico com o intuito de compreender quem foram os membros fundadores e qual a motivação e o contexto de sua fundação. Como é possível notar, no documento citado, o objetivo principal da instituição era possibilitar que a história e a geografia cearense fossem conhecidas e com isso fosse possível incentivar o desenvolvimento das “ciencias” e das “letras” na província. Mas até que ponto as ações do IHC foram limitadas a essas questões? Esperamos compreender esse e outros questionamentos no decorrer desta pesquisa.

De acordo com o estatuto da instituição, haviam doze sócios efetivos em que desempenhavam cargos específicos como presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiro e orador.⁹ Além disso, no mesmo documento, é possível notar que a instituição era dividida nas seguintes comissões: Estatutos, Redação, História, Geografia e Estatística; “Sciencias e Letras”, Aquisição de Documentos e de Admissão de Sócios. A configuração da instituição é importante, pois conseguimos, por meio dela, perceber como estavam divididas as funções dos membros.

O primeiro presidente da instituição foi Paulino Nogueira Borges da Fonseca, exercendo essa função de 1887 até o ano de 1908 (ano de sua morte). Além do presidente, no ano de inauguração, o instituto era composto pelos seguintes membros: João Augusto da Frota; Joaquim de Oliveira Catunda; João Baptista Perdigão de Oliveira; Julio Cezar da Fonseca Filho; José Sombra; Virgilio Augusto de Moraes; Antonio Augusto de Vasconcellos; Guilherme Studart; Antonio Bezerra de Menezes Juvenal Galeno da Costa e Silva e Virgílio Brigido.

Conhecer a estrutura do IHC é importante para que consigamos entender as características que estão implícitas nos documentos de inauguração e outros que serão analisados no decorrer deste e dos demais capítulos. Não era todo e “qualquer” cearense que poderia se tornar sócio efetivo do Instituto Histórico. Para poder fazer parte desse “seleto” grupo, era preciso preencher determinados requisitos, que estão destacados no artigo 2º do seu estatuto:

“§ 1º. Para sêr admittido socio effectivo, no caso de morte ou renúncia de qualquer dos socios actuaes, deverá o candidato apresentar um trabalho ou mimoria que será submettido à consideração da commissão respectiva. § 2º. Aceito o candidato, deverá este em sessão especial dizer algumas palavras acerca do seu antecessor, rememorando os serviços por elle prestados ao Instituto e ás letras. § 4º. Cada um

⁹ Revista Trimensal. Estatuto do Instituto Histórico do Ceará. p. 9. 1887.

dos socios effectivos pagará uma joia de dez mil réis e a mensalidade de dois mil réis. Os socios correspondentes pagarão igualmente a joia de dez mil réis.”(Revista Trimensal. Estatutos do Instituto do Ceará, 1887. p.9-10)

Como é possível perceber, o intelectual, que tivesse a intenção de fazer parte do IHC, teria que apresentar um “trabalho ou memória”. Com essas regras os membros fundadores da instituição definiam e delimitavam quem realmente era apto a utilizar esse espaço para difundirem suas ideias. As delimitações foram importantes para esses sujeitos, pois criavam um padrão de “qualidade” e possibilitava o controle dos trabalhos e das ideias que consideravam ser relevantes para serem discutidas através do órgão. Outro ponto que nos chama atenção, é que havia, dentro da própria instituição, uma preocupação em “escrever” a história dos seus membros, pois a ação de definir como necessária a realização de um discurso, ressaltando os feitos de seu antecessor, durante a sessão de posse, demonstra a vontade de impedir um possível esquecimento da importância dessas figuras para a instituição e para a história cearense. Entendemos também que essa ação é uma forma de respeitar a memória e as ações de cada membro.

A restrição para se tornar membro fica ainda mais visível, no quarto parágrafo, quando é determinado que tanto os sócios efetivos quanto os chamados sócios correspondentes deveriam pagar uma quantia mensal para fazerem parte da instituição. Essa determinação pode ser vista tanto como uma forma de manter a sobrevivência financeira da instituição como também uma demonstração de quais eram os sujeitos que podiam se tornar membros, intelectuais, que também faziam parte da classe rica da província.

A autora Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento analisou o mesmo documento e nos permite confirmar essa característica delimitadora do estatuto. “A limitação da uma quantia alta para pertencer ao rol de sócios do instituto, mostra o perfil dos indivíduos que transitavam naquele espaço, tinham acesso a suas produções, bem como produziam para ele” (NASCIMENTO, 2018 p. 29). Dessa forma, a historiadora, junto com o documento, possibilita-nos confirmar que de fato os membros da instituição eram sujeitos que tinham uma condição financeira muito favorável, diferentemente da maioria da população cearense daquele período.

O que o estatuto escancara é o modo como a instituição era um lugar para poucos e para aqueles que se consideravam “civilizados”, pois eram os que detinham o “saber”. Para os criadores do estatuto, a instituição era um local destinado aos sujeitos que tinham condições de contribuir com o grupo financeiramente e intelectualmente, uma organização criada também para ser um lugar de socialização e compartilhamento de ideias, que acreditavam ser

necessárias para a história do Ceará. Logo, nesse discurso estava o próprio entendimento daquilo que seria o cearense ideal.

Nota-se que o IHC não pode ser percebido apenas como um local de “propagação das letras e ciencias”, mas também era um local que “Ao mesmo tempo, funcionou como espaço de sociabilidade fundamental no qual os intelectuais cearenses formavam redes, trocavam ideias e afirmavam-se enquanto aqueles que possuíam legitimidade para falar da história da região.” (FREIRE; BARCELOS, 2018 p. 441)

As autoras, Camila de Sousa Freire e Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva, contribuem para compreendermos melhor a constituição e o fortalecimento da elite intelectual. “Em Fortaleza, foi no final do século XIX que se desenvolveu de forma mais acentuada a atividade intelectual, fruto da expansão econômica na região e do contexto político do próprio país” (FREIRE; BARCELOS, 2018 p. 443). Como sabemos, nesse período, o Instituto Histórico do Ceará foi fundado. Porém, sua criação não é algo que acontece de maneira isolada, outras organizações foram criadas nessa época, como a Academia Francesa, Gabinete de Leitura, Sociedade Cearense Libertadora, etc.¹⁰

Todos esses espaços podem ser entendidos como locais privilegiados de discussão e difusão das ideias da intelectualidade cearense. Gleudson Passos Cardoso (2000) nos ajuda a compreender como essas organizações estiveram presentes em discussões e na produção de narrativas sobre acontecimentos importantes, diretamente vinculados aos processos históricos, que marcaram a história cearense. De acordo com Gleudson Passos, a Academia Francesa foi uma das primeiras congregações que surgiu na segunda metade do século XIX. Posto isso, esse processo acontece:

Com o retorno de alguns intelectuais à terra natal, e, sobretudo, pela iniciativa de Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Xilderico de Faria, João Lopes e Thomás Pompeu Filho, dentre outros, em 1872 fundaram aquela que seria a primeira congregação de letras cearenses, após o grupo dos “Oiteiros”, segundo os valores modernos. A Academia Francesa, grupo que atribuíram como sendo literário, mas, na verdade era filosófico, nasceu em Fortaleza num momento marcado pela primeira experimentação de progresso antes da seca e a inquietação social que as ideias da Escola do Recife já propagava no início da década de 1870 (...) (CARDOSO, 2000, p. 57)

¹⁰ Sabemos que a Sociedade Cearense Libertadora foi uma instituição abolicionista e que surge com objetivos diferentes do IHC, no entanto, essa sociedade não deixa de ser um local de propagação de ideias defendidos por boa parte da elite intelectual e política cearense que via a abolição como um grande passo no alcance do progresso. Além disso, a própria história da sociedade cearense será destacada pelo IHC. Discutiremos essa questão no decorrer deste trabalho. Sobre a criação dos órgãos citados órgãos intelectuais ver: FREIRE, C. S.; BARCELOS, Ana Paula. O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Também é necessário deixar explícito que alguns desses grupos antecederam a criação do IHC.

O trabalho de Gleudson Passos nos possibilitou compreender a configuração dos grupos intelectuais que estavam sendo formados naquele período. Mesmo que esses agrupamentos citados não sejam o foco principal desta pesquisa, entendemos o surgimento dessas agremiações como um reflexo do fortalecimento da intelectualidade cearense. Buscamos com isso evitar que fique subentendido, em algum momento de nossa análise, que os grupos de intelectuais daquele período eram homogêneos, tendo em vista que existiam diferenças políticas entre essa elite intelectual. Além disso, Cardoso nos permite confirmar que os intelectuais cearenses em sua grande maioria pertenciam às classes abastadas.¹¹

A manter suas especificidades, em tais congregações, detentoras de uma atividade estética, seus sócios encontraram-se na missão de agir sobre as transformações ocorridas no território social de Fortaleza, trabalhando os enunciados coletivos daquele espaço de acordo com o papel dos intelectuais em uma cidade das letras. Assim, deve ser elencado o anseio por legitimar uma esfera de poder dominante, em certa medida discrepante daquela realidade social (cultura de corte e das belas letras, teorias e esfera axiológica eurocêntricas), sendo a forma de tornar proficuamente moderno a tradicional estrutura de poder vigente, a partir de um sofisticado instrumental de práticas políticas do mundo moderno – a cultura letrada. O abalo das instituições imperiais e a emergência para a reconstrução da ordem social e política durante a primeira década do regime republicano, aliados à possibilidade do uso das leituras científicas, evolucionistas e positivistas sobre aquela realidade social, teriam impulsionado a atividade dos letrados cearenses naquele período. (CARDOSO, 2000, p. 25-26) [Grifos nossos]

O autor exemplifica que os grupos intelectuais daquele período estavam envolvidos com os processos de mudança do regime monárquico para o republicano e que também estavam apoiadas em uma compreensão “cientificista, evolucionista e positivista” daquela realidade social. Compreendemos que Cardoso não se refere neste momento ao IHC, mas essas características presentes na interpretação dos intelectuais também são nítidas na narrativa do Instituto, tendo em vista as influências eurocêntricas sobre esses “homens das letras”.

Essas organizações foram criadas com diferentes objetivos, mas tinham algo em comum, que era o fato de possuírem meios para a difusão de ideias e compartilharem da mesma origem que era a elite intelectual cearense. A constatação de que, nesse período, a elite intelectual criou organizações, comprova que existia uma preocupação em pensar e difundir os

¹¹ Um caso destoante da maioria foi o de Juliano de Serpa, figura que teve um papel importante dentro dessa intelectualidade e que era de origem humilde. (CARDOSO, 2000)

Sobre a configuração e de outros aspectos do papel da intelectualidade cearense na imprensa, política e literatura ler: CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)*. 2000. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

ideais que esses sujeitos consideravam ser importantes para a região. Mas voltemos especificamente para o IHC e os seus membros.

No que se refere aos intelectuais do Instituto do Ceará percebemos que em sua maioria eram bacharéis em Direito e haviam feito seus estudos preparatórios no Liceu do Ceará e, em seguida, na Faculdade de Direito do Ceará, o que demonstra a continuidade de um grupo que se constituía na escola primária e que construiu uma trajetória política e intelectual semelhante. A maioria também galgou altos cargos na burocracia daquele Estado, seja por nomeação ou concurso, além de atuar na imprensa.” (FREIRE; BARCELOS, 2018 p.449)

Nota-se que os sócios do Instituto Histórico do Ceará ocuparam cargos importantes durante suas vidas. Um exemplo disso era o próprio presidente da Instituição, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, que em sua trajetória exerceu diversos cargos importantes, foi vice-presidente da província e, em 21 de fevereiro de 1878, assumiu a presidência da província cearense.¹² Com isso, atestamos que esse grupo era constituído por figuras que desempenharam funções importantes na política cearense, além de sócios que compartilhavam de privilégios e de uma trajetória, que estava de certa forma interligada. Dessa forma, “(...) podemos ver que estamos entre deputados, jornalistas, professores, senadores, enfim, falamos de pessoas que pertenciam a uma estratificação social privilegiada, e todos estavam embebidos desse projeto de modernidade, de um Ceará civilizado” (NASCIMENTO, 2018 p. 26-27)

Durante nossa pesquisa, foi possível encontrar um documento que possibilitou refletir sobre a possível repercussão que as publicações do IHC tinham. Em 1902, o Instituto Histórico do Ceará publicou uma relação detalhando para quais associações nacionais e internacionais era remetida a revista do Instituto do Ceará. A tabela a seguir foi feita com o intuito de deixar mais nítido a quantidade e quais locais recebiam a Revista do Instituto.

TABELA 01: LISTA DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS/1902.

LOCAL	ASSOCIAÇÕES
Fortaleza	Academia Cearense, Centro Literário, Padaria Espiritual, Phenix Caixeiral.
Belém	Instituto do Pará, Museu Goeldi
Recife	Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano,

¹²Informações obtidas no documento fúnebre de despedida de Paulino Nogueira, escrito por João Baptista Perdigão de Oliveira. (1908)

	Academia de Letras Pernambucana, Gabinete Português de Leitura.
Maceió	Instituto Arqueológico Alagoano.
Bahia	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Arquivo Público da Bahia, Arquivo do município da Capital da Bahia.
Natal	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
Florianópolis	Instituto de Santa Catarina.
Rio de Janeiro	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Sociedade de Agricultura, Centro Cearense, Arquivo Público, Biblioteca Nacional, Arquivo do Distrito Federal, Revista da Ordem dos Advogados Brasileiros.
São Paulo	Repartição de Estatística do Arquivo do Estado de São Paulo, Instituto Histórico de São Paulo, Museu Paulista, Instituto dos Advogados de São Paulo, Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, Boletim de Agricultura, Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios.
Ouro Preto	Arquivo Público Mineiro Centro
Campinas	Centro de Ciências e Letras e Artes.
Buenos Aires	Instituto Geográfico Argentino
Montevideú	Boletim de Enseñanza Primaria, Vida Moderna.
Washington	Smithsonian Institution.
Philadelphia	Historical Society of Pennsylvania.
New York	American Geographical Society.
Quebec	Literary and Historical Society.
Lisboa	Real Academia de Ciências, Bibliotheca Nacional, Sociedade de Geografia.
Ponta Delgada	Arquivo dos Açores.
Madrid	Real Academia de História.

Paris	Société de Geographie, Société Bibliographique.
Nancy	L'Academie de Stanislas.
Lorient	Société Bretonne de Geographie.
Roueu	Société Normande de Geographie.
Dijon	Société Bourguignonne de Geographie et d'histoire.
Toulouse	Bibliotheque de Université de Toulouse.
Bruxelles	Société d'Etudes Coloniales
Genebra	Société de Geographie.
Cairo.	Société Khendiviale de Géographie.
London	Royal Geographical Society.
Hamburg	Geographische Gessellschaft.
Roma	Academia dei Licei.
Pádua	Revista di storia antica e scienze

Fonte elaborada pelo autor a partir da consulta a Revista do Instituto do Ceará (1902).

Optamos por trazer todas as informações que constavam no documento do IHC por acreditar que seria importante exemplificar a quantidade e as regiões que faziam parte dessa rede que a instituição tinha estabelecido para que possivelmente seus textos chegassem nesses lugares. O número correspondente às organizações nacionais era de 32 e o de estrangeiras era de 27, totalizando 59 instituições para as quais era remetida a revista.

É possível notar que o número de associações que recebiam a revista era superior no Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo com o distanciamento geográfico sendo maior do que para outras regiões mais próximas, como Natal, Maceió e Recife. Consideramos que esse dado pode ser um indicativo da demonstração de como, para a elite intelectual do IHC, era importante que

suas publicações chegassem em locais “centrais”, porém, isso não significa que esses sujeitos não consideravam as regiões mais próximas como locais necessários de difusão da história do Ceará. Entretanto, esse ponto é característico de uma elite que queria que suas publicações chegassem em regiões que para eles tinham um destaque econômico e político como as duas regiões supracitadas. Além disso, nota-se que o Rio de Janeiro, além da capital federal do Brasil, era visto como ponto estratégico, por ser o local no qual funcionava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dessa forma, a criação do órgão pode ser vista como uma tentativa de criar e difundir as especificidades da história cearense, diferenciar as características e mostrar quais contribuições essa região oferecia para a história nacional.

No entanto, a lista de associações expõe também que as pretensões do IHC não eram limitadas à difusão da história do Ceará em âmbito nacional, mas também era interesse de seus membros transmitir essa produção para locais fora do país. Na lista, consta que países do continente americano como Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá também possuíam associações que recebiam a revista, sendo os EUA com o maior número de instituições.

De acordo com o que há no documento, o número de “associações estrangeiras” para as quais a revista foi remetida era maior para o continente europeu, tendo destaque a França que recebia em diferentes regiões e associações. Esse ponto pode ser justificado pelo fato de a elite intelectual cearense ter uma relação direta com a produção intelectual francesa, tendo em vista a influência que a mesma tinha sobre esses sujeitos. Essa influência podia ser notada nas ruas (a própria Planta Topográfica pode ser considerada um exemplo) e também através das ideias dos intelectuais.¹³

Para esses cearenses, a França era o exemplo a ser seguido de intelectualidade e também de civilização, isso estava explícito na própria maneira desses sujeitos interpretarem a sociedade, pois estavam apoiados em: “(...) uma escrita legitimada pelo viés europeu, uma vez que o modelo literalmente norteador era o da Academia Francesa. A escrita produzida tinha duas matrizes que nos saltam aos olhos, elitizada e positivista, característico daquele contexto” (NASCIMENTO, 2018. p.19). Dessa forma, os pontos destacados em nossa análise sobre a “Lista de Associações Nacionais e Estrangeiras” não só mostram os possíveis locais nos quais a revista do Instituto era remetida como também deixa nítido os locais que influenciavam os pensamentos da elite intelectual cearense.

¹³ Ver: PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860 -1930. 5. ed. De acordo com o autor, a planta topográfica de Fortaleza teve influências das reformas elaboradas por Haussmann.

A estrutura da maioria das publicações do IHC nos chamou atenção, pois tinham como característica a exposição de fatos na "íntegra", sendo muitas vezes os documentos expostos sem qualquer reflexão. Nesse sentido, a documentação comprovaria o fato histórico do qual queriam tratar, assim os documentos eram expostos nas publicações quase que *ipsis litteris*. Esse ponto nos mostra como esses intelectuais detinham o poder para definir quais fatos e personagens eram importantes para a história cearense e quais os interessavam.

Em 1888, dentre outros textos, foi publicado o “O Resumo Cronológico para a História do Ceará”, que tem como autor original João Brígido dos Santos, porém, a publicação se trata de uma apreciação feita por João Baptista Perdigão de Oliveira, com o objetivo de corrigir os possíveis erros cometidos por Brígido sobre alguns fatos históricos. Posto isso, o que nos interessa nesse momento é a preocupação de Baptista Perdigão com o cuidado que o instituto deveria ter com a veracidade dos fatos relativos à história do Ceará.

Assim, tinha-se uma narrativa que estava diretamente atrelada a uma “historiografia factualista, centrada nas ideias e decisões de grandes homens[...]” (CASTRO, 1997 p. 76). Logo, esses sujeitos tinham não só o documento, mas o fato como representantes da verdade histórica, uma historiografia apoiada em um certo positivismo. Dessa forma, a narrativa da história cearense não esteve desvinculada das influências positivistas e historicistas que fizeram parte desse período.¹⁴ Portanto, entendemos que as produções do Instituto seguiram uma narrativa factualista, mas, mesmo com essa compreensão, não procuramos, nesta pesquisa, realizar uma “caça às bruxas”, pois temos total entendimento que as narrativas do IHC estiveram diretamente ligadas aos interesses que seus membros tinham sobre uma história verdadeira e que esses interesses estavam relacionados com o local que ocupavam na sociedade.

Destarte, fica perceptível como era necessário que a construção da narrativa histórica sobre os cearenses deveria demonstrar um caráter de confiabilidade, os trabalhos referentes à história da região precisavam ser minuciosamente comprovados pelos documentos.¹⁵ Assim sendo, fundação do IHC fez parte de um movimento que tentou criar ou “iluminar” a história do Ceará. Para isso, era preciso escrever sobre a história da região, mas apoiada sempre em documentações “verídicas” que dessem sustentação ao que os membros do Instituto pretendiam escrever.

¹⁴ Sobre historicismo e positivismo ver: BARROS, José D’assunção. Teoria da História: os primeiros paradigmas positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2011. 246 p.

¹⁵ Documento: Resumo Cronológico para a história do Ceará - João Brígido dos Santos - Ligeira apreciação por Perdigão de Oliveira. 1888. Instituto Histórico do Ceará.

Ademais, outra publicação de autoria de João Brígido (1900) pode ser considerada um exemplo dessa característica. Intitulado “Ephemerides do Ceará”, no texto, é possível notar uma descrição dos acontecimentos ocorridos, no Ceará de 1761 até 1892. Nessa obra, observamos uma escrita que prioriza uma narrativa apoiada em documentos oficiais, uma espécie de resumo da história cearense. Porém, é importante destacar que essa característica da escrita de Brígido e de outros membros do Instituto não exclui a possibilidade de existir reflexões sobre os acontecimentos relatados em suas produções dentro das características da produção histórica da época.¹⁶

Nesse documento também nos chamou atenção os momentos em que o autor aborda os anos em que o Ceará estava tomando as primeiras ações em favor da abolição. No texto de João Brígido é relatado algumas datas em que alguns escravizados foram libertados. Assim, o autor afirma que 1º de janeiro de 1883 aconteceu “primeiro acto de libertação em massa, no Brazil, ocorrido na villa do Acarape. São libertados todos os captivos do município em numero de 116.” (BRÍGIDO, João. Ephemerides do Ceará. 1900, p. 220/Revista do Instituto Histórico do Ceará).

Em outros momentos, o autor expõe os processos semelhantes ao de Acarape em regiões como Baturité, Icó, Fortaleza, Viçosa, Aquiraz, Canindé, Ibiapina, São Mateus, Santa Quitéria, Sobral, Aracati, União, Russas e Missão-velha. No dia 25 de março, o autor relata que ocorreu a “libertação final dos escravos no restante do território do Ceará” (BRÍGIDO, João. Ephemerides do Ceará. 1900, p.221/Revista do Instituto Histórico do Ceará). Nota-se que o autor aborda as primeiras ações do processo abolicionista de maneira resumida, mas não deixa de acentuar que foi no Ceará o “primeiro ato de libertação em massa”, notamos que o registro desse momento é importante não apenas como um processo histórico, mas também como algo que “resume” a região.

Sabemos que é uma obviedade a importância que a abolição tem para a narrativa histórica do Ceará, mas é fundamental que compreendamos que a necessidade de registrar isso também é baseado no interesse de definir os “grandes feitos” que ocorreram e caracterizam essa região. Além disso, a narrativa de João Brígido possibilita conhecer as características da narrativa do Instituto Histórico do Ceará.

¹⁶ Documento: Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará/ TOMO XIV, 1900. p. 280. O texto de João Brígido consta na revista do instituto dividido em duas partes, a primeira intitulada “Ephemerides do Ceará: 1º Epocha/ Da descoberta e povoamento do Ceará até sua ocupação pelos holandeses (1590-1760), na segunda parte o texto tem também como título: Ephemerides do Ceará.

A necessidade de registrar a história cearense não era apenas uma forma de definir as especificidades da história do Ceará, mas também uma forma de inserir a região dentro da história nacional, esse sentimento estava presente também em outras regiões como a Bahia. Por meio de nossa pesquisa, encontramos um documento relativo à correspondência trocada entre o Instituto Histórico do Ceará e o diretor do Arquivo Público da Bahia. A mensagem contida na correspondência é de autoria de Frederico Augusto Da Silva Lisboa, diretor do Arquivo Público da Bahia (1893-1908). Nela, o autor responde um ofício feito pelo IHC e agradece pelo acolhimento que a instituição teve com a oferta feita por ele de alguns documentos que existiam no arquivo público da Bahia “os quaes interessam bastante a história do Ceará” (CORRESPONDÊNCIA ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA COM O INSTITUTO DO CEARÁ, 1897, p. 82).

Consideramos dois pontos importantes nesse documento: o primeiro, é a importância dos documentos para esses intelectuais e a demonstração de um sentimento pertencente em grande parte da elite intelectual brasileira de “preservação” da história do país para com isso fortalecer a nacionalidade.

Tendo a satisfação de proceder, como procedi, nada mais fiz do que mostrar que, como brasileiro, tão vivo é o meu empenho pela elucidação da história da Bahia, minha terra natal, como pela do Ceará, que merece o culto de minha admiração. Obscuro soldado da campanha abolicionista, jamais esquecerei as glórias da ‘Terra da Luz’ (CORRESPONDÊNCIA ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA COM O INSTITUTO DO CEARÁ, 1897, p. 82) [Grifo nosso].

Nesse trecho, é possível confirmar que de fato havia um sentimento de “elucidação” da história dessas regiões. O segundo ponto, que consideramos interessante, é a visão que o diretor tem do Ceará, é a terra da “libertação”, o local no qual foi dado os primeiros passos rumo às “luzes”, esse entendimento mostra a influência da narrativa e da memória que foi divulgada sobre o processo abolicionista. Dessa forma, o que destacamos nesse momento é que essas questões caracterizam o discurso do Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará.¹⁷

As produções do Instituto Histórico demonstram que essa necessidade de comprovar a “verdade” também estava atrelada à ideia de trazer a contribuição de personagens que consideravam importantes, como os ex-presidentes da província e colonizadores da região, como Pêro Coelho e Martim Soares Moreno. Discutiremos, no decorrer de nosso trabalho,

¹⁷ Documento encontrado durante pesquisa no Instituto Histórico do Ceará (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA COM O INSTITUTO DO CEARÁ - DR. Frederico da Silva Lisboa [Diretor]).

algumas produções que fazem referência a esses sujeitos para compreendermos até que ponto os membros do IHC construíram uma narrativa “heroica” sobre alguns personagens.

Com as reflexões propostas neste tópico, fundamentado na teoria da história, foi possível perceber que os membros do IHC pertenciam a classe mais abastada da sociedade e que muitos fizeram parte da política cearense. Outro ponto importante foi a compreensão de que a intenção de seus membros era a de possibilitar que as publicações da Revista do Instituto Histórico tivessem ampla divulgação, sendo enviadas para regiões consideradas pelos intelectuais como importantes e centrais. Abordamos também algumas características que as publicações da revista tiveram, como uma abordagem priorizando o relato de “fatos históricos”, a intenção de construir uma narrativa histórica confiável e verídica. Além de iniciar algumas discussões que pretendemos aprofundar no decorrer dos demais tópicos.

1.2 Martim e o heroísmo invisibilizador como característica da narrativa.

Durante o desenvolvimento deste tópico buscaremos identificar de que modo a narrativa do Instituto Histórico do Ceará pode ter contribuído com o processo de invisibilização da população negra cearense. Contextualizar e mostrar as ações da elite intelectual de Fortaleza, dentro do período proposto (1887-1903) por este trabalho, poderá nos fornecer condições para compreender como essa busca por uma “origem”, que não seja negra, faz parte de um processo histórico duradouro no qual tem sua “base” na construção do outro que não pode fazer parte do que se almeja como sociedade, tendo em vista a sua “inferioridade”.

Como vimos anteriormente as narrativas do Instituto Histórico do Ceará tinham a intenção de criar uma diferença regional e acentuar a sua especificidade entre as outras regiões, tendo em vista que isso contribuiria para a construção de uma identidade regional, que estava diretamente atrelada a definição daquilo que de “melhor” representava a história cearense. Percebe-se que o IHC acabou “(...) se tornado uma instituição chave que legitimaria a identidade regional cearense utilizando-se amplamente da memória em torno da abolição dos escravos na escrita da história da província, conferindo-lhe caráter de verdade” (FREIRE; BARCELOS, 2018 p. 457). Além de trazer o “pioneirismo” abolicionista cearense como definidor da história da região, os membros dessa instituição também construíram uma narrativa que privilegiou determinadas figuras, como Martim Soares Moreno.

Para as pretensões desta pesquisa, acreditamos ser necessário investigar de que modo foi construída essa invisibilização e como esse problema é visível quando nos deparamos com

o sentimento infundável de busca da “origem do cearense”. Mas para compreendermos esse problema é preciso voltar as atenções para o processo histórico que contribuiu na criação desse mito alencarino.¹⁸

A literatura pode ser considerada um espelho de como determinados sujeitos entendem uma sociedade, mesmo que tenham suas narrativas de ficção, aquele que escreve não se encontra deslocado das implicações presentes numa sociedade que o motiva a produzir um determinado texto. Dessa forma, a literatura não pode ser vista como desassociada da sociedade e, portanto, do próprio imaginário da sociedade cearense. Assim, esse sujeito que escreve expõe em seu texto, mesmo que de maneira indireta, as cosmovisões da época em que vive.¹⁹

A revista da instituição pautada aqui publicou, em 1903, ano do tricentenário do Ceará, um texto intitulado “Martim Soares Moreno: fundador do Ceará”. O documento é de autoria de Guilherme de Studart, conhecido como Barão de Studart e detalha a trajetória do colonizador de forma heroica, um sujeito que teria sido o principal responsável pelos primeiros passos rumo ao desenvolvimento desse povo. A forma heroica como Studart descreve o colonizador fica visível no trecho em que afirma:

Martim Soares Moreno é o vulto culminante da primitiva história do Ceará; tudo que lhe diz respeito reveste-se de capital interesse, porque, mais afortunado que Pero Coelho e os missionários Pinto e Figueira, é ele o fundador do Ceará, e por longos annos o nascente estabelecimento viveu e prosperou debaixo de sua direcção inteligente e vigorosa. (STUDART, 1903. p.177/REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ) [Grifo Nosso].

É interessante notar que, em uma data comemorativa, o instituto optou por trazer uma narrativa que relatasse os primeiros passos do Ceará em seu “desenvolvimento”, mas centralizando a imagem de um personagem que seria para esses sujeitos a maior representação dos feitos heroicos de um colonizador “nato”. Sabemos que essa narrativa escolhida por Martim Soares também é justificada pelo fato desses sujeitos estarem comemorando o tricentenário da região e por isso voltaram as atenções para o período inicial da colonização. Mas isso não anula o fato de que houve uma caracterização de Martim como fundador e sujeito que tornou a terra cearense próspera, mostra como a escrita dos intelectuais do IHC sobrepõe a figura do colonizador sobre os povos que contribuíram com a formação da região, como os indígenas e

¹⁸ Classificamos como mito alencarino o discurso da “pouca” presença negra na formação da sociedade cearense, mas reforçamos que a pretensão desse termo é refletir o papel que a obra tem nesse processo de invisibilização, uma vez que a obra Iracema possui uma relevância significativa no Ceará.

¹⁹ A obra do sociólogo de Luís Távora Furtado Ribeiro (2014) é um exemplo importante na compreensão de como a literatura pode ser uma ferramenta não só de entendimento das cosmovisões do autor como também da própria sociedade que é representada em uma obra. Ver: RIBEIRO, Luís Távora Furtado. Pobres e remediados na terra do sol: um estudo a partir dos clássicos da literatura. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 489p.

a população negra. Mais uma vez reforçamos que compreendemos que essa perspectiva era praticamente “natural” para aquele período; no entanto, essas questões não impedem a reflexão sobre como essa escrita excluiu através da inclusão de figuras como a de Martim Soares.

Em outro documento, também referente ao tricentenário do Ceará, notamos como os feitos dos colonizadores foram exaltados como o início da caminhada cearense na empreitada “evolucionista”. Em um documento, localizado na revista do instituto histórico, escrito por Graccho Cardoso expôs que:

Como nós, os vindoiros hão de querer saber o número de evoluções tardias que o paiz foi obrigado a completar e quantos seculos levou em aperfeiçoar essa cultura europeia um dia aportada ás suas plagas em hora propicia. Quando em cogitações profundas pelas regiões da história adquerimos a certeza de que, desde a palavra até a geographia e explorações do nosso território, desde o pão com que nos alimentamos até a religião que é o pão do espírito, tudo devemos aos primitivos povoadores do solo nacional, não podemos calar sentimentos da mais carinhosa e reconhecida sympathia pela velha patria ocidental que á custa de heroicos esforços nos trouxe a comunhão da vida, fazendo que emergissemos do nada ao refulgente scenario do mundo (CARDOSO, 1903. p. 34 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO. O Tricentenário da República de Fortaleza. 1903). [Grifo Nosso].

O heroísmo presente no texto do autor mostra a visão que esses intelectuais tinham sobre os feitos dos europeus. Na narrativa, conseguimos notar que há uma certa preocupação com a história que seria deixada sobre as “evoluções tardias”, era necessário lançar sobre esse processo detalhes que mostrassem a trajetória que possibilitou o avanço do país. Para Graccho Cardoso não poderia ser permitido a falta de reconhecimento dos esforços que a “pátria ocidental” teria dedicado ao país, pois teria sido esse esforço que colocou a nação no cenário mundial, no caminho da “civilização”. As narrativas heroicas são características presentes tanto em Graccho como em Studart, pode-se questionar o fato das análises desses autores serem feitas sobre o período da colonização e, por conta disso, estarem trazendo essas figuras. No entanto, consideramos que esse ponto não anula a possibilidade de refletir e analisar que essas figuras trouxeram para a publicação comemorativa a sua visão do processo de “fundação” do Ceará.

A narrativa de que Martim Soares teria sido um herói no processo de construção do Ceará não ficou apenas nos textos do IHC, mas analisamos esse ponto através do texto intitulado "Ephemerides: Ceará Republicano". O documento se trata de uma produção na qual constam várias informações sobre alguns acontecimentos ocorridos em 1891. O que nos

chamou atenção, no texto, foi o relato referente ao "Congresso Constituinte Cearense", o trecho se trata de uma mensagem relatada pelo General de Divisão José Clarindo de Queiroz. Na fala do General, o Ceará é referenciado como terra de Martim Soares, uma região "fadada aos mais altos destinos(...)". (REVISTA TRIMENSAL/ EPHEMERIDES, p. 66)

Ausente, eu acompanhava com particular interesse o progredir do Ceará, sempre na dianteira de todos os cometimentos notáveis. De longe, seguia com carinho sua desenvolvimento, notava com desvanecimento sua rápida marcha na trajetória da civilização brasileira. E orgulhava-me de ter visto a luz primeira sob o azulado céu desta pequena, mas formosíssima circumscrição, que se põe em relevo por seu alto valôr moral entre suas irmãs. (REVISTA TRIMENSAL/ EPHEMERIDES, p. 66)

É importante lembrar que essa produção do IHC traz o relato de uma figura política que, em um "Congresso Constituinte", opta por exaltar a imagem do colonizador, isso expõe como a narrativa histórica construída sobre Martim influenciava a visão que os sujeitos daquele período tinham do processo de "fundação" e também quem seriam as figuras "máximas" da história cearense. O modo como José Clarindo de Queiroz faz referência ao Ceará, ressaltando a importância e o entendimento quase que unânime entre os intelectuais e autoridades políticas, tinham o colonizador português como "herói máximo" da história cearense, sendo exemplificada a influência do IHC sobre a memória que estava sendo fortalecida.

Foi possível notar que algumas publicações da revista, analisadas dentro do período proposto em nosso trabalho, seguem características parecidas. As principais preocupações eram com o processo de formação da região, como ocorreu o povoamento, as primeiras expedições, alguns textos pequenos e biografias sobre figuras consideradas importantes, as condições geográficas e climáticas.²⁰

Entendemos também que, para compreender e cumprir com os objetivos deste trabalho, será necessário conhecer as narrativas que podem ter de certa forma influenciado as produções do Instituto Histórico do Ceará ou que pelo menos tiveram como intenção iniciar esse processo de "registro" da história cearense. Dessa forma, Tristão de Alencar Araripe pode ser considerado uma dessas figuras que também demonstra preocupação com os rumos da sociedade cearense. Dessa maneira, Tristão tem sua importância em nossa análise, pois é uma figura que possui uma relação muito importante com a província, além de ser considerado um dos primeiros historiadores a realizar uma produção escrita sobre a história do Ceará, intitulada

²⁰ Todos os arquivos lidos e analisados constam no site do Instituto Histórico do Ceará. Link: <https://www.institutodoceara.org.br/revista.php>

“História da Província do Ceará”.²¹ Tristão também pode ser considerado um personagem importante por ter feito parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição que tinha influência direta em sua congênere, além disso foi membro honorário do IHC. A autora Ítala Byanca Morais da Silva (2006) contribui para conhecermos mais sobre quem era essa figura e as suas contribuições para a escrita da história do Ceará. Nossa análise referente ao escritor e jurista passa pela tentativa de compreender quais as suas contribuições na construção do discurso de invisibilização do negro e de formação do Ceará, duas narrativas dependentes uma da outra quando falamos da história “oficial”.

Araripe pode ser considerado uma figura emblemática em sua trajetória política, tendo em vista sua transição entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. “Enquanto esteve no Ceará, ele atuou efetivamente como membro do Partido Liberal e defensor do passado de sua família. Como fundador e redator do Jornal O Cearense de 1846 a 1853, utilizava o espaço do periódico como um meio para a construção desse passado[...]” (SILVA, 2006, p.37). Em Pernambuco, Araripe “[...] realizou a principal escolha de sua trajetória política, a sua transferência para o Partido Conservador e a completa ruptura com qualquer perspectiva que propusesse o enfraquecimento do absolutismo imperial.” (SILVA, 2006, p.40). Essa mudança de partido acontece de maneira estratégica, Pernambuco não tinha muitas possibilidades para o Partido Liberal (SILVA, 2006). Entendemos essa atitude como uma tentativa de manter o seu lugar de poder, principalmente por ser um funcionário público.

Mas qual a importância de Araripe para a construção do discurso que estamos analisando? O fato de ser uma figura preocupada em escrever sobre a “história do Ceará” já seria um ponto importante para responder essa pergunta. No entanto, essa questão vai além a partir do momento em que notamos como o discurso do autor segue a mesma linha de raciocínio de “eugenistas” que discutiram a nacionalidade brasileira. Araripe buscava resgatar e destacar os "heróis" da história e de que forma a história da província foi sendo construída.

A história de Araripe não se encontra solitária nessa missão de resgatar os heróis da história. A obra do autor acompanha teoricamente a historiografia romântica, não apenas na pedagogia voltada para a formação moral dos indivíduos, mas também na construção de uma nacionalidade (SILVA, 2006, p.53-54). [Grifo Nosso].

O discurso do escritor tem alinhamento não só com a ideia de criar uma narrativa de “nacionalidade” a partir do Ceará, mas também no modo como essa nação deveria ser

²¹ Tristão de Alencar Araripe filho de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, foi um magistrado, escritor e jurista brasileiro. Nasceu na cidade de Icó, no Ceará e faleceu em 1908. Para maiores aprofundamentos, ler: SILVA, Ítala Byanca Morais da. Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. 120p.

construída e divulgada: “O Brasil deveria ser representado para o resto do mundo como uma nação civilizada, instruída, monárquica e, assim como as nações do Velho Mundo, capaz de ser um agente civilizador” (SILVA, 2006, p.59). Araripe é importante para essa discussão, pois através dele é possível compreender a questão regional, pois o autor estava preocupado em inserir a província cearense no discurso histórico de construção da nação e isso tinha relação direta com a imagem que a província deveria ter para o restante do país.

A compreensão de Araripe sobre a província passa pelo seu entendimento como sujeito do lugar que o ocupa (SILVA, 2006) e de como constrói uma narrativa não somente heroica, mas também exclusiva daqueles que o autor classifica como civilizados:

Assim, as suas afirmações se estabeleceram nessa relação dialética do ‘eu’ e do ‘outro’, onde a descrição do outro, ‘degenerado, incivilizado, fraco’, propicia por uma relação de oposição o reconhecimento e a construção de uma identidade para esse ‘eu’ que narra, letrado, civilizador, forte, colonizador. (SILVA, 2006, p.65).

Sua compreensão de si mesmo reforça ainda mais a visão que o escritor tinha da província ou pelo menos que desejava que fosse realidade: “Ele se considerou herdeiro da civilização europeia, definindo o objetivo geral da sua narrativa em demonstrar como a província do Ceará passou pelo processo purificador movido pelos princípios civilizatórios vindos das nações europeias por meio da ‘raça caucasiana’ ” (SILVA, 2006, p. 63-64) . Nesse ponto, podemos observar como Araripe entendia a história do Ceará como exemplo de “purificação”, responsável por demonstrar um caminho para civilização. Através dessa narrativa, o escritor cearense encontrava uma certa “identidade”, pois estava discutindo a história dos “seus”, dos sujeitos que para ele tinham contribuído com os “avanços” dessa sociedade. Silva, traz o autor:

Ela desejará saber como a nobre raça caucasiana suplantou e aniquilou a raça autóctone, arrebatando-lhe o domínio livre dos bosques e plantando a civilização que doma as feras e ameniza as brenhas... cumpre assinalar o caminho que trilhamos na pomposa marcha do povo brasileiro e mostrar a parte que tivemos na obra da nossa majestosa nacionalidade (ARARIPE, 2002 *apud* SILVA, 2006, p.64). [Grifo Nosso].

Nota-se a visão hierarquizada que Tristão Araripe tinha sobre a formação da “civilização”, a “nobre raça” que em sua percepção seria superior às outras raças. Para existir heróis (desejáveis) existia também os sujeitos que não eram bem-vistos (indesejados), esse grupo, para a elite, eram os povos indígenas e a população negra cearense. Percebemos como a narrativa de Araripe fez parte da exclusão da população negra e dos povos indígenas. Os indígenas teriam sido “aniquilados” e os negros e negras nem estariam presentes nesse processo e com isso teria sido “plantado a civilização”.

A própria história positivista do Instituto Histórico do Ceará elucidada o motivo desses sujeitos terem demonstrado preocupação em criar uma narrativa de origem do Ceará com “heróis” devidamente selecionados que pudessem representar as contribuições do “povo cearense” para o processo “civilizacional”.

Tratava-se de integrar a história do território cearense viabilizando o ingresso do Ceará na história da Humanidade. Assim se estabeleceu uma constelação de identidades, vinculadas a uma gênese que integrava cada região à história nacional e à história universal. Enfim, é a partir desse fato universalizante que seria entendida a história local. (OLIVEIRA, 2001, p. 100)

O fato de nos direcionarmos para a construção de uma narrativa histórica do Ceará, em que ainda estavam sendo fortalecidos discursos sobre a sua “origem”, pode levantar o questionamento de estarmos cometendo o erro de abordar a construção dessa narrativa de intelectuais durante o século XIX e XX, pois estariam preocupados com uma história do início da colonização e não estariam produzindo um invisibilização dentro do período analisado neste trabalho. Porém, como já exposto, a questão analisada é como a preocupação com a história da formação do Ceará produziu um discurso oficial de apagamento da população negra cearense. Nesse sentido, mesmo que as produções desses intelectuais fossem direcionadas para o início da colonização, eles também faziam uma relação direta desse processo com o fato do Ceará ter se constituído como um exemplo de sucesso para a história nacional.

A memória estabelecida pelos membros do Instituto possibilitou a incorporação de tais personagens no grande panteão dos heróis cearenses - de índios colaboradores da colonização à cearense autênticos, “originais” e civilizados[...] A construção de uma memória histórica manifesta aqui seu caráter civilizatório eurocêntrico. (OLIVEIRA, 2001 p.121-122)

A análise de Almir Leal sobre as produções de membros do Instituto Histórico do Ceará nos permite compreender como os discursos sobre as origens do Ceará foram sendo traçados. O autor apresenta diversas narrativas que estavam preocupadas em construir um discurso histórico pautado na “verdade”, que de fato pudesse explicar a formação da sociedade cearense. Para isso, Almir aborda trabalhos de alguns intelectuais que construíram interpretações sobre essa formação, são eles: João Brígido (1829-1921), Paulino Nogueira Borges (1841- 1908)²², Guilherme Studart (1856-1938) e Bezerra de Menezes (1831-1900).

Podemos levantar outro questionamento referente à exclusão da presença negra no Ceará, a partir da própria análise de Paulino Nogueira sobre os indígenas. Em sua obra, Almir

²² Paulino Nogueira Borges da Fonseca foi o primeiro presidente do Instituto Histórico, permanecendo no cargo até sua morte, em 1908, também dirigiu o Jornal “A Constituição”, órgão do partido conservador.

expõe de que modo Nogueira entende os indígenas que “aceitaram” a colonização de forma “pacífica” e aqueles que resistiram a esse processo. Para Paulino Nogueira, os indígenas “bem-vistos” eram aqueles classificados como “dóceis”, “pacíficos”, “fiéis” e etc. (OLIVEIRA, 2001). Mas de que forma isso nos ajuda com a reflexão sobre os afro-cearenses? O fato de Nogueira classificar e incluir as “boas” características no que seria o cearense e identificar aqueles que resistiram como um problema para esse processo, nos faz questionar como esse ponto também justifica a não inclusão da população negra na narrativa de formação, tendo em vista que adicionar a população negra seria incluir características não apropriadas para o que se almejava como sociedade, já que os índios “selvagens”, que “não contribuíram” com o processo de colonização, eram considerados bárbaros; a população negra, que era vista por muitos desses intelectuais como um problema para o desenvolvimento, também não era bem vista.

Em outro momento, Almir Leal aborda as produções de Bezerra de Menezes, a partir de um trecho referente à empreitada que Menezes realiza no interior do Ceará, podemos notar algumas questões referentes ao olhar dessa figura sobre o povo daquela região.

Em Santana do Acaraú, ao observar um eclipse lunar, Bezerra notou os comentários da população de que o evento poderia trazer “mau agouro”. Foi o suficiente para disparar contra os “defeitos que denunciavam a falta de educação das classes inferiores de nossa sociedade.” Comparou-os aos habitantes da Jamaica no início do século XVI e que ficaram assombrados com Colombo quando esse previu semelhante evento celeste, e concluiu seu veredicto: o nosso povo em pouco tem excedido aqueles selvagens... (OLIVEIRA, 2001 p. 96-97), [Grifo Nosso].

A visão que o escritor expõe sobre esses sujeitos deixa nítido a inferiorização direcionada aos habitantes de Santana do Acaraú, mas também é explícito que para Bezerra de Menezes existiam “classes inferiores em nossa sociedade”, isso sustenta ainda mais nossa compreensão de que esses intelectuais nutriam uma visão discriminatória sobre os habitantes que não se adequavam às características “civilizadas”. Outro ponto interessante, é a comparação com os habitantes da Jamaica, pois em sua visão o “nosso povo” estava próximo aos “selvagens” daquele local. É importante notar a compreensão que o escritor tem dos habitantes da Jamaica, seriam para ele sujeitos inferiores.²³

²³ A inferiorização exposta por Bezerra de Menezes sobre os habitantes da Jamaica é uma demonstração da sua visão dicotômica, em que existem serem superiores (civilizados) e inferiores (incivilizados). Notamos que é citado um momento em que Colombo estaria na Jamaica e que essa referência seria ao período inicial de invasão do território jamaicano, mas é preciso compreender que Bezerra em sua afirmação expõe os estereótipos do seu tempo. Dessa forma, mesmo que esteja adjetivando os nativos como selvagens, essa visão também é sustentada pelo fato do escritor ver como inferiores os habitantes jamaicanos contemporâneos à Bezerra.

É interessante destacar que a Jamaica passou por um “duplo” processo de colonização, no qual os espanhóis foram os primeiros colonizadores e posteriormente houve a tomada desse processo pelos ingleses. A Jamaica, “na condição de colônia, recebeu uma grande quantidade de negros da África Ocidental para suprir a carência de mão-de-obra extinta com a intensa política de exploração e extermínio do sistema colonial para realização de atividades compulsória no Novo Mundo” (MORIAS; ARAUJO, 2008 p.3). A grande massa de negros e não-brancos presentes nesse país pode ter sido considerada uma marca de inferioridade por esses intelectuais.

As narrativas criadas sobre os afro-cearenses foram baseadas nesse sentimento que a colonização criou e a elite intelectual transformou em algo também pertencente a ela. Consideramos esse processo como fundador do discurso de invisibilização sobre a presença negra no Ceará. Não estamos afirmando que essa narrativa inicia com o processo de colonização, mas que ela faz parte e é herdada dessa experiência com a reprodução do IHC e de seus intelectuais. Desse modo, a “Invenção do Ceará” é fruto desse processo de colonização, mas que continua durante toda a segunda metade do século XIX.

2 AS CONTRIBUIÇÕES DOS INTELLECTUAIS NO PROCESSO DE INVISIBILIZAÇÃO E INFERIORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA.

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas sociedades que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas da exploração predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. Negro torna-se, então sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. E, como o ser humano toma sempre o cuidado de justificar sua conduta, a condição social do negro no mundo moderno criará uma literatura descritiva dos seus pretendidos caracteres menores. (MUNANGA, 2009. p.24)

De modo a iniciar as discussões, que são pretendidas por este capítulo, utilizamos a reflexão de Kabengele Munanga (2009), pois entendemos como crucial a sua análise sobre a inferiorização do negro. O renomado antropólogo faz uma análise de como o processo de colonização gerou não somente uma exploração econômica, mas também uma inferiorização daqueles que não possuíam as mesmas características do colonizador. É importante destacar que temos o entendimento de que Munanga, nesse momento, faz referência aos momentos iniciais da colonização, dos primeiros contatos, porém, suas reflexões não deixam de ser importantes para a compreensão de como o discurso dos intelectuais cearenses estiveram enraizados nessa “visão colonial”, que não foi encerrada com a independência e muito menos com o processo abolicionista.

As discussões, que realizamos neste capítulo, visam compreender a inferiorização presente nas narrativas dos intelectuais cearenses, principalmente daqueles que faziam parte ou tinham alguma relação com o Instituto Histórico do Ceará. Através dessa compreensão, discutiremos como essa inferiorização esteve apoiada na própria configuração de uma sociedade em que estava dividida entre “incivilizados” e “civilizados”. Faremos uma breve relação desse processo de inferiorização com as questões que envolvem o conceito de identidade, tendo em vista que acreditamos que inferiorizar é uma ação que acontece pautada na ideia de superioridade do grupo que se coloca como superior.

Nossa intenção é compreender até que ponto a narrativa na qual o Ceará seria uma terra sem negros (ou que os negros seriam poucos) esteve relacionada com a visão que a elite intelectual tinha desses sujeitos. Isso era perceptível não somente nas narrativas como também na própria maneira como a sociedade cearense estava hierarquizada. Dessa forma, a hierarquização presente na sociedade cearense esteve também na narrativa difundida sobre a história dessa região.

2.1 Invisibilização, inferiorização e a invenção do Ceará.

Acreditamos que, para compreendermos de maneira mais aprofundada a narrativa dos intelectuais do Instituto Histórico do Ceará e o processo de invisibilização da população negra, será necessário nos debruçarmos sobre as características desse processo, de que modo a lógica branca e eurocêntrica contribuiu na inferiorização e invisibilização desses sujeitos. Em nossa análise utilizamos a noção de identidade atribuída, conceito usado pelo antropólogo Kabengele Munanga (1994). Durante nossa empreitada sobre esse processo também foi fundamental as reflexões propostas pelo filósofo Achille Mbembe (2014). O primeiro autor, especifica de maneira mais nítida o que seria essa identidade, já Mbembe contribui com nossas discussões por abordar o processo de inferiorização do Negro. Com isso, acreditamos existir uma relação direta entre as reflexões feitas pelos dois autores, pois estão se referindo ao modo como a população negra historicamente passou por um processo de enclausuramento da inferioridade. As contribuições de Achille Mbembe são fundamentais para nossas reflexões referente às narrativas que procuramos investigar neste trabalho. O filósofo e historiador Mbembe é considerado um dos principais intelectuais pós-coloniais e discute temas que envolvem a violência e o poder.

Dessa forma, a partir da análise das ações dos intelectuais cearenses, nossa intenção é entender até que ponto a elite intelectual cearense impôs essa identidade atribuída (inferiorização) à população negra e quais as relações com a invisibilização.

A mentalidade dita selvagem teria uma incapacidade em processo de argumentação racionais. Não seria lógica, mas pré-lógica. Contrariamente a nós, o selvagem viveria num universo fabricado por si, impermeável à experiência e sem acesso às nossas formas de pensamento. A raça branca seria a única a possuir vontade e capacidade de construir um percurso histórico. A raça negra, especificamente, não teria nem vida, nem vontade, nem energia própria. (MBEMBE, 2014, p. 81)

Nesse processo de inferiorização, o branco precisa também se supervalorizar, definir suas características e “fantasiar” a si mesmo como superior, pois assim seria possível criar o outro como inferior. Nesse sentido, a identidade atribuída que esse sujeito cria é intrinsecamente ligada à inferiorização. Na “fantasia” imposta pelo branco, uma sociedade civilizada só é possível quando se alcança as características das sociedades “caucasianas”.

Frantz Fanon tem no entanto razão, ao sugerir que o Negro era uma figura ou ainda um objecto inventado pelo Branco e fixado, como tal, pelo seu olhar, pelo seus gestos e atitudes, tendo sido tecido enquanto tal através de mil pormenores, anedotas, relatos. Deveríamos acrescentar que, por sua vez o Branco é, a vários respeitos, uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar. (FANON 2008 *apud* MBEMBE, 2014, p.84)

A fantasia não é apenas sobre a sociedade europeizada que a elite intelectual (a mentalidade branca) pretende seguir, mas sobre o próprio branco. Ele mesmo cria o que ele é e fundamenta isso através da imaginação europeia. Acreditamos que a invisibilização da população negra faz parte dessa fantasia, que é representada pelas ações da elite intelectual, ações que não só invisibilizam, mas também marginalizam esses sujeitos. Como sabemos, a elite branca brasileira seguiu os caminhos trilhados pelos colonizadores, pois seriam eles os “descendentes” daqueles que iniciaram o processo de “evolução” do país, é nesse sentimento que a elite intelectual branca se apoia para definir qual narrativa e quais sujeitos representam o caminho “civilizacional”.

Como vimos no capítulo anterior, esse processo de invisibilização é construído por aqueles que possuem o poder de escrever o que acreditam ser a história do Ceará e do Brasil. Nesse processo, entendemos que são constituídos dentro da sociedade cearense um grupo que se coloca como civilizado, descendente da “raça caucasiana” e aqueles que esses sujeitos definem como “bárbaros”, “populacho”, “incivilizados” e etc.²⁴ Buscamos refletir, no decorrer deste capítulo, as possíveis conexões da narrativa invisibilizadora com o colonialismo. Mas antes utilizamos o entendimento de Nilma Lino Gomes (2005) sobre identidade, pois, nos ajuda a compreender como os sujeitos constroem diferentes identidades e como esse processo é marcado pela necessidade de diferenciação entre os sujeitos:

Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais. Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. (GOMES, 2005, p. 42)

As identidades sociais podem ser fortalecidas através das relações estabelecidas com os sujeitos “semelhantes”, mas também não são fixas, pois a identidade pode ser mutável de acordo com as necessidades de cada sujeito. Dessa maneira, seu processo de construção é percebido em diferentes espaços, o próprio grupo familiar é um ambiente onde pode ser construído ou iniciado um processo de definição da identidade. Como acentuado por Nilma Gomes (2005), acreditamos que a identidade surge a partir da interpelação do outro e entendemos também que esse processo é marcado pela definição do que seria esse outro.

²⁴ Vimos anteriormente o exemplo desse sentimento de pertencimento à “raça caucasiana” em Tristão de Alencar Araripe. Sentimento que pode ser explicado pelo fato de Tristão fazer parte de uma família com descendência europeia, mas que vai além, pois é uma forma de se diferenciar do que é considerado atrasado.

A elite intelectual constrói e define o que eles são por meio daquilo que acreditam ser o ideal de civilização e também pela definição do outro. É preciso considerar que a construção, manutenção e rejeição de uma identidade faz parte de um jogo de poder, isso pode ser visto em várias situações, e algumas delas estão relacionadas com a necessidade de sobrevivência dos sujeitos e de grupos. Essa discussão tem sua relevância em nossas reflexões, pois entendemos que questões envolvendo as ações em torno das identidades são importantes para visualizarmos como a elite intelectual delimitava certos lugares na narrativa histórica para determinados sujeitos.

Nesse processo, nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes, ou até contraditórias. Somos, então, sujeitos de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos, depois, descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. (GOMES, 2005, p. 42-43)

Acreditamos ser impossível pensar as identidades sem levar em consideração as relações com o “outro”, e que essas relações podem causar resistências, rejeição, exclusão e até mesmo o fortalecimento entre grupos. O interesse e a necessidade de sobrevivência demonstram a forma como determinado sujeito ou grupo age sobre a manutenção ou rejeição de uma identidade.

As hierarquizações historicamente presentes na sociedade cearense podem ser percebidas como parte desse processo, pois entendemos que a segregação dentro de uma sociedade exemplifica quais “identidades” são aceitas e quais são as características e sujeitos que não representam aquilo que seria ideal na concepção “europeizada”. A descrição e análise que Sebastião Rogério Ponte faz da estrutura do Passeio Público, pode elucidar algumas dessas questões:

Naquela década, surgiu o Passeio Público no local, até então da Praça dos Mártires que foi remodelada com implante de bancos, canteiros, café réplicas de esculturas clássicas e 3 planos - um para o desfrute das elites, a segunda para a classe média e a terceira para os populares. (PONTE, 2014 p.37)

A divisão do Passeio Público escancara a segregação que existia dentro da sociedade cearense e nos permite perceber como era sua estrutura. Uma estrutura que definia o lugar de cada grupo e quais eram os sujeitos que pertenciam e poderiam usufruir dos locais “civilizados”. Os personagens, dentro desse contexto, deviam seguir determinados padrões que correspondessem ao processo de “desenvolvimento” pelo qual Fortaleza estava passando.

Se levarmos em consideração que a Cidade é constituída por diferentes campos sociais, estaremos cientes de que as diversas disputas de forças e de poder, travadas

em suas várias direções engloba o homem da convivência urbana, que é um homem com diversificados habitus. Como já vimos, aquele que predomina em determinados espaços centrais da Cidade, é o homem adequado aos costumes europeizados, e que está de acordo com a “moda francesa” da belle époque. Caminhar pela cidade nestes tempos de ares europeus era carregar símbolos distintivos através das vestimentas e dos modos, era estar ciente com o “decoro” e com a “norma social” das elites que tinham na França o modelo de civilização. (ALVES; CARVALHO, 2011, p. 20)

Além dessa estrutura, que mostrava como o Passeio Público foi um local simbólico na exclusão da população negra, também existiu outro fato que exemplifica a invisibilização da população negra, que foi o enforcamento dos escravizados do motim da embarcação Laura Segunda, que ocorreu no local que posteriormente seria o Passeio Público. Esse acontecimento ocorreu antes do período que propomos como análise, porém a forma como ocorreu sua repercussão é uma demonstração não só da crueldade da escravidão, mas também do simbolismo dessa invisibilização.²⁵

Nossa intenção com a contextualização de como a sociedade cearense estava estruturada, nesse período, é mostrar que haviam sujeitos dentro dessa mesma sociedade que tinham interesses e preocupações diferentes. Além disso, compreender, que existia essa segregação, permite-nos identificar que a ausência de determinados grupos na narrativa histórica cearense e a presença e exaltação de outros têm relação direta com a forma como a elite intelectual enxergava a população pobre. Desse modo, o branco (elite) cria um discurso e medidas de inferiorização da população negra e se coloca como o civilizado. Desta forma, assim como Mbembe, acreditamos que: “A fantasia do Branco age, deste ponto de vista, como constelação de objetos de desejo e de sinais públicos de privilégio. Estes objetos e sinais implicam tanto o corpo como a imagem, a linguagem e a riqueza.” (MBEMBE, 2014, p.87).

Do mesmo modo que haviam locais sociais definidos para cada grupo, também houve a escolha de quais sujeitos estariam presentes no discurso histórico de maneira heroica. Como vimos, as figuras que foram exaltadas nessa narrativa eram pessoas que contribuíram com o desenvolvimento do Estado, sujeitos que “fundaram” o Ceará. Dessa forma, em nossa análise buscamos identificar em que lugar a população negra estava dentro do discurso intelectual por meio daquilo que não foi exposto ou melhor do que foi definido como história do Ceará.

Como afirmamos no início deste trabalho, foi criado no imaginário da população cearense, uma ideia de pouca ou nenhuma participação da população negra na formação do Ceará, problema que ainda hoje é recorrente, mesmo com todas as pesquisas e livros disponíveis sobre a história da população negra cearense. Essa ideia de pouca presença negra

²⁵ Posteriormente iremos discutir de forma mais aprofundada o caso discutido por Jofre Teófilo Vieira (2020) sobre o caso do motim da embarcação Laura Segunda.

no estado teve como um de seus locais de propagação o Instituto Histórico do Ceará, que por meio da difusão de uma narrativa na qual a sociedade cearense representava o caminho que o Brasil deveria seguir, “sem negros”, fundamentou esse processo de invisibilização.

As nossas análises dos textos do IHC nos permitiram entender que a invisibilização da população negra e pobre esteve dentro do processo que entendemos como “invenção” do Ceará. A definição desse processo como uma “invenção” foi pensado a partir das reflexões propostas pelo filósofo Valentin-Yves Mudimbe (2013), pois nos possibilitam problematizar de que forma foram construídas narrativas de invenção sobre determinado grupo, ou até mesmo um continente. A relação que procuramos demonstrar não tem a pretensão de afirmar ou deixar subentendido que essa “Invenção da África” é idêntica ao processo que acontece no Ceará, pois compreendemos que são contextos diferentes. No entanto, as contribuições de Mudimbe (2013) fornecem mecanismos de análise do discurso de “Invenção do Ceará”, pois entendemos que esse discurso é uma das características da própria colonização.

Além disso, acreditamos que as contribuições do autor podem ser inseridas em nossa análise, tendo em vista que África e Negro estão relacionados, pois fazem parte do mesmo processo histórico, como afirma Achille Mbembe: “Um confunde-se com o outro, e um pesa no outro com o seu peso contagiante, simultaneamente sombra e matéria. Os dois são o resultado de um longo processo histórico de produção de questões de raça”. (MBEMBE, 2014, p.75). Nesse sentido, as narrativas criadas pela elite cearense – na tentativa de construir uma história oficial sobre a formação do Ceará – mostram uma herança da experiência colonial citada por Mudimbe.

Valentin-Yves Mudimbe (2013) faz uma reflexão sobre a origem das palavras colonização e colonialismo. De acordo com ele, as palavras são uma derivação do termo “colere”, que pode significar cultivar ou conceber, no entanto, as experiências proporcionadas pelo processo de colonização não representam os sentidos pacíficos que essas palavras colocam, uma vez que:

Pode, contudo, admitir-se que tanto os colonos (aqueles que estabelecem uma região), como os colonizadores (aqueles que exploram um território pelo domínio de uma maioria local), tenderam ambos a organizar e transformar zonas não europeias em construções fundamentalmente europeias (MUDIMBE, 2013, p.15).

Acreditamos que houve na terra “alencarina” a construção de uma narrativa que foi herdada das noções colonialistas, que analisavam o mundo e as sociedades através do olhar europeu. As hierarquizações presentes em sociedades, que foram colonizadas, não estavam presentes apenas na estrutura das cidades e em mecanismos de controle, mas também estavam

presentes e fundamentadas nas narrativas criadas pela elite intelectual cearense. Mais uma vez ressaltamos que não pretendemos deixar subentendido que África e Brasil passaram por esse processo da mesma forma. No entanto, existe uma proximidade nesses processos até por conta da própria dinâmica da colonização. É a partir de Mudimbe que podemos perceber essa proximidade quando o autor afirma que:

Esta estrutura também indica claramente a metamorfose prevista e projetada com um grande custo intelectual, por textos ideológicos e teóricos, que desde o final do século XIX até a década de 1950 propuseram programas para “regenerar” o espaço africano e os seus habitantes. (MUDIMBE, 2013, p.16).

O que nos interessa nesta reflexão citada acima é o “papel intelectual” na formulação de textos que propuseram uma certa regeneração da sociedade. Nota-se que, dentro do processo de invisibilização, também existe a tentativa de regenerar os espaços e os habitantes, a população negra continuava sendo na concepção desses sujeitos um empecilho no desenvolvimento dessa sociedade. Os intelectuais poderiam até invisibilizar esses sujeitos dos discursos, mas eles continuavam participando do dia a dia da cidade. Entendemos que a vontade de regeneração se mostra presente também no Ceará e em todo Brasil.²⁶

O discurso de invisibilização sobre a presença negra no Ceará esteve diretamente relacionado com o desejo de desenvolvimento que a elite cearense tinha de tornar o Estado um espelho da “civilização” europeia. Essa regeneração era tanto dos espaços quanto também das pessoas, as medidas de reformas e “aformoseamento” são um exemplo dessa pretensão. Dessa forma, segundo Sebastião Rogério Ponte: “A regeneração das praças, portanto, vai além do mero aformoseamento: facilitava a circulação e determinava regras de convívio e utilização do espaço público(...)” (PONTE, 2014, p.42). Regenerar a sociedade significava não só tornar os espaços públicos parecidos com os dos países europeus, mas também criar formas de controlar a população e impor costumes “civilizados”. É nesse ponto que a elite cearense partilha das mesmas concepções do discurso nacional eugenista, a relação se encontra na Europa como objetivo a ser alcançado.

É importante deixar explícito que este trabalho não tem como intenção aprofundar em questões relacionadas ao processo de urbanização citado, mas acreditamos que esse processo pode ser percebido como reflexo de um sentimento “europeizado”, que tem relação direta com o aquilo que foi definido como narrativa histórica oficial. Como dito anteriormente, esse

²⁶ Sobre o processo de regeneração e urbanização da cidade de Fortaleza ver: PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque: reforma urbana e controle social 1860 – 1930**. 5. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

sentimento foi herdado do processo colonizador e teve como marca a imposição de uma estrutura estranha aos grupos que já habitavam o Brasil antes da invasão e para aqueles que foram sequestrados e trazidos para “nova terra”. O desejo de regeneração estava apoiado no interesse que essa elite tinha de “inventar” um Ceará. A própria organização da sociedade portuguesa, que era extremamente hierarquizada, demonstra essa imposição de “construções fundamentalmente europeias” (MUDIMBE, 2013, p.15):

Tais favores, que podem ser lidos com o vagar que merecem na obra de Raymundo Faoro (1975) e de Vitorino Magalhães Godinho (1971), entre outros, fortaleceram aqui o sistema vigente em Portugal, realizando um perfeito transplante de ideologias de classificação social, técnicas jurídicas e administrativas de modo a tornar a colônia exatamente igual em estrutura a Metrópole. (DAMATTA, 1981, p.64).

Sabemos que, no período analisado por este trabalho, o Brasil já havia conseguido a sua independência, porém, acreditamos que os ideais colonialistas não foram completamente dissolvidos da mentalidade da elite do país, esses sujeitos continuaram pensando e agindo a partir de uma perspectiva “eurocêntrica”, pois, em suas concepções, era fundamental seguir os passos do continente “moderno”. Para esse grupo, uma nação desenvolvida deveria possuir determinadas características e essas discussões giraram em torno também dos grupos que integravam a sociedade brasileira.

Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar em seus quadros de pensamento na ciência europeia ocidental, tida como desenvolvida, para poder, não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu país, mas também é sobretudo propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial (MUNANGA, 1999 p.50)

A construção de uma nacionalidade ideal atingia todos os âmbitos da sociedade brasileira, estava presente na tentativa de tornar a estrutura das cidades o mais próximo das características europeias, na narrativa histórica que determinava quais eram os sujeitos que contribuíram com a formação do país e também presente na preocupação de quem eram os sujeitos que faziam parte dessa sociedade que queria alcançar a “civilização”, como destacou Clóvis Moura (1990) em “Injustiças de Clio”.

2.2 A narrativa intelectual: inferiorização como mecanismo de apagamento

Neste tópico, buscamos nos aprofundar sobre as compreensões que a elite intelectual tinha dos sujeitos que faziam parte dessa sociedade, entendendo qual a compreensão que possuíam sobre a presença da população negra e até que ponto houve, nas narrativas desses

sujeitos, uma visão hierarquizada desses grupos. Iniciamos nossas discussões em âmbito mais geral para posteriormente nos direcionarmos para os intelectuais cearenses.

Com isso, abordamos intelectuais como Nina Rodrigues (1862-1906), Oliveira Viana (1883-1951), Gilberto Freyre (1900-1987) e diversos outros que realizaram trabalhos e que, de certa forma, demonstram uma preocupação com a composição da sociedade brasileira. A questão racial brasileira era um problema, pois para a maioria desses sujeitos a superioridade branca era uma realidade.²⁷ No entanto, é preciso compreender que o processo de racialização, no Brasil, não foi uniforme, tendo em vista os diferentes contextos de cada região e as diversas concepções dos intelectuais sobre o assunto.

A ver, a Bahia, de Nina Rodrigues, não objetivou invisibilizar a população negra como ocorreu no discurso cearense, mas classificou esses sujeitos como um empecilho para o desenvolvimento da região. Nina Rodrigues representa bem o chamado racismo científico, que tinha como uma de suas características estabelecer uma narrativa "científica" para explicar as diferenças entre as populações negras, povos indígenas e população branca, definindo essas diferenças como significado de inferioridade. Para esses intelectuais a "superioridade" branca era demonstrada através da própria história. Em sua obra "As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil" Nina Rodrigues (1894) faz uma exposição de diversos autores para explicar a ideia que ele acreditava representar a inferioridade dos negros e indígenas. Nesse sentido, para o médico maranhense existiam diferenças entre as raças e isso era demonstrado através de um processo "evolutivo" no qual os negros estariam atrasados quando comparados aos brancos. No entanto, o autor acreditava que esses sujeitos não estavam apenas atrasados, mas quase que impossibilitados de alcançar o desenvolvimento da "evolução mental" (RODRIGUES, 1894). Em seu texto, "Rediscutindo a Mestiçagem", Kabengele Munanga aponta algumas afirmações feitas pelo médico eugenista:

[...] Nina disse, citando Spencer: a julgar por certos fatos, a mistura entre raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um tipo mental sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior, nem para o da raça inferior, que não presta enfim para gênero algum de vida (RODRIGUES, 1894 *apud* MUNANGA, 1999, p. 55).

²⁷ Esses sujeitos produziram diversas obras e são importantes para compreendermos o pensamento da elite brasileira, no entanto, é preciso continuar repensando as suas produções, tendo em vista que seus trabalhos podem ser classificados como "Elaborações especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo[...]" (MUNANGA, 1999, p.51) Outro ponto importante é que Gilberto Freyre em sua narrativa não abordava essa suposta superioridade de maneira explícita como os outros dois intelectuais.

Na visão de Nina Rodrigues, os sujeitos, que eram resultados dessa “mistura”, não possuíam valor, então uma sociedade, na qual a maioria das pessoas faziam parte dos chamados “grupos inferiores” e dessa “mistura”, estaria condenada ao fracasso, pois para o médico: “Uma adaptação imposta e forçada de espíritos atrasados a uma civilização superior provocaria desequilíbrios e perturbações psíquicas” (RODRIGUES, 1894 *apud* MUNANGA, 1999, p. 54). Dessa maneira, argumentos como esses e de outros intelectuais que estavam preocupados com a mestiçagem - mesmo aqueles que discordavam da compreensão de Nina - embasaram a necessidade de repensar a composição da sociedade brasileira. No caso de Nina, existia uma condenação da “mistura de raças”, uma sociedade que possuísse essa característica dificilmente alcançaria o estágio satisfatório do desenvolvimento, além disso, acreditava-se que a inferioridade era algo hereditário e por isso não era simples de mudar essa condição.²⁸

Dessa forma, entre os diversos intelectuais que teorizaram sobre o problema da mestiçagem e de uma população majoritariamente negra, tal como Euclides da Cunha (1866-1909) que é considerado uma dessas figuras. Para isso, Munanga nos possibilita compreender o posicionamento do escritor quando expressa que: “No pensamento de Euclides, o Brasil não pode ser considerado como um povo, uma nação, porque é etimologicamente indefinido por falta de tradições nacionais uniformes” (MUNANGA, 1999, p. 58). Esse pensamento reflete a interpretação que a elite intelectual brasileira tinha sobre as possibilidades do país se tornar uma nação, era preciso uniformizar até mesmo as tradições, pois a diferença prejudicaria a sua unidade. Euclides acreditava que a miscigenação era um empecilho na construção de uma nação (MUNANGA, 1999).

O interessante dessa discussão feita por Munanga (1999) sobre a teoria euclidiana é que havia no escritor o sentimento de que os sertanejos poderiam representar um caminho legítimo para a construção da nação. Essa visão, de certa forma, demonstra uma característica em comum com a questão cearense, pois, para Euclides, o “sertanejo” representaria uma figura menos “desviante”, uma vez que são constituídos através da relação entre brancos e índios.²⁹

Dentro das teorias racistas é possível observar diferentes posicionamentos sobre a miscigenação; com isso, há sujeitos que defendiam o processo de “mistura das raças” como

²⁸ Ver: RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

²⁹ A questão do Ceará tem relação com a visão de Euclides da Cunha por compartilharem a necessidade de exclusão do negro, pois seria um elemento perigoso na formação de uma sociedade. Como expomos em outros momentos deste trabalho, a narrativa de formação da sociedade cearense foi baseada na ideia de que o Estado representaria um exemplo bem-sucedido de branqueamento da população, pois a sua composição teria acontecido através da relação entre índios e brancos.

uma forma de branqueamento e outros, como Nina Rodrigues, condenavam a miscigenação por não conseguir apagar a “inferioridade” existente em negros e índios. Desse modo, os pensamentos referentes ao caminho que o Brasil deveria tomar não eram homogêneos, mas tinham algo em comum, que era a necessidade de embranquecer a população brasileira. O médico João Batista Lacerda (1846-1915) não fugia dessa cartilha racista e acreditava que a miscigenação poderia levar ao apagamento da marca negra: “Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós” (LACERDA, 1911). O que vemos em Lacerda é outra interpretação da miscigenação, pois seria através dela que seria alcançado o sonhado branqueamento. Já na conclusão de suas ideias Lacerda afirma que:

A importação, em uma vasta escala, da raça negra ao Brasil, exerceu uma influência nefasta sobre o progresso deste país; ela retardou por muito tempo seu desenvolvimento material, e tornou difícil o emprego de suas imensas riquezas naturais. O caráter da população ressentiu-se dos defeitos e dos vícios da raça inferior importada (LACERDA, 1911, p.242). [Grifos nossos].

É possível notar que os discursos de branqueamento estavam diretamente ligados com as teorizações sobre os possíveis caminhos para o desenvolvimento e que apagar a presença negra significava regenerar o país dos seus “vícios”. A racialização engendrada por esses intelectuais escancaram a inferiorização feita da população negra em âmbito nacional, porém compreendemos que esse processo possui especificidades nas diferentes regiões do país. Dessa maneira, o caso cearense pode ser considerado um exemplo disso, tendo em vista a invisibilização e as teorizações que foram feitas para divulgar uma narrativa de uma suposta presença negra “ínfima” na região. Um exemplo dessa “qualidade” dada ao Ceará pode ser percebida na descrição feita por Américo Barreira abordada no trabalho de Eurípedes Funes (2007).

O Ceará, mais feliz, quanto ao seu povoamento que outras antigas províncias, hoje Estados, nem ao menos se deve queixar, como a Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, da mescla, tão condenada por muitos escritores, de certos elementos etnológicos, como o negro boçal, extremamente ignorante e supinamente fanático, que nos trouxe, com seus costumes e hábitos africanos, o fetichismo dissolvente que por aí campeia na prática de cenas e cerimônias ridículas e indecentes, cujo resultado tem sido e será sempre o afrouxamento do verdadeiro sentimento moral, que só a educação e a instrução popular bem ministradas poderão modificar e corrigir, no correr dos anos. (FUNES, 2007: p. 103).[Grifos nossos]

Infelizmente, durante nossa pesquisa não foi possível encontrar essa fala de Américo Barreira, mas compreendemos o relato como extremamente necessário e por isso citamos através de Eurípedes Funes. A fala de Américo mostra como a caracterização do Ceará, como um local livre de “certos elementos etnológicos”, esteve de fato presente na narrativa da intelectualidade cearense. A região cearense seria mais feliz por conta de sua suposta característica “não-negra”, que a diferenciava de outras regiões que não conseguiram alcançar o mesmo “sucesso”.

Para a compreensão da especificidade que o processo de invisibilização possui quando falamos da história do Ceará, acreditamos ser importante a análise de Roberto Damatta (1981). O apontamento que o autor faz referente a Thomas Skidmore é importante no entendimento do processo de construção das doutrinas raciais: “Neste sentido, vale a pena observar, com Thomas Skidmore (1976), que o marco histórico das doutrinas raciais brasileiras é o período que antecede a Proclamação da República e a Abolição da Escravatura.” (SKIDMORE, 1976 *apud* DAMATTA, 1981, p. 68). Desse modo, observamos que esse processo é estabelecido em um período no qual estavam sendo fundamentadas as doutrinas raciais, mas que esse processo continua durante o século XX.

O ponto crucial em nossas reflexões é como o processo de criação da “fábula das três raças” possibilita entender a especificidade do Ceará, tendo em vista que dentro desse mito há a presença dos três grupos, no mito cearense mesmo que haja uma certa narrativa “harmônica” entre os povos indígenas e os brancos, - citada anteriormente - a questão específica é que na narrativa histórica a população negra não possui lugar na construção dessa sociedade. É essa característica que escancara a particularidade do processo de invisibilização no Ceará.

A romantização e a ideia de uma relação harmônica entre o europeu, indígenas e negros esteve presente na difusão do pensamento nacionalista, tendo em vista a necessidade de fortalecer as características da identidade do povo brasileiro. “[...] É essa fábula que possibilita visualizar nossa sociedade como algo singular - especificidade que nos é apresentada pelo encontro harmonioso das três raças” (DAMATTA, 1981, p. 69-70).

As discussões referentes à composição da sociedade brasileira nos permitem refletir sobre a questão mais específica do Ceará, uma vez que as ações de exclusão da população negra aconteceram em esfera nacional. Durante todo o processo de “construção” da região, a elite cearense, por meio de seus intelectuais, nutriu o desejo de tornar o estado um exemplo de

"civilidade". Como refletido anteriormente, para esse grupo o exemplo mais nítido de civilização era a Europa.³⁰

A obra de José Alencar faz parte das discussões sobre a composição da sociedade cearense, tendo em vista o simbolismo que a obra possui em nosso Estado. O romance traz a relação entre Iracema (personagem que representa os “povos nativos”) e Martim (representante dos portugueses), essa história não só fundamentou um discurso sobre o Ceará, como também serviu de narrativa da origem do Brasil.

Nesse sentido, podemos afirmar que de certa forma o livro “Iracema” representou uma narrativa que agradava membros da elite intelectual e política do século XIX e XX, pois sustentava o sentimento de nacionalidade que esses sujeitos pretendiam difundir. Para a história da origem do Ceará, o livro possui uma peculiaridade, uma vez que ainda hoje o imaginário de origem do cearense passa pelo simbolismo que a obra gerou. O livro representa um mito em que o Ceará foi constituído pela relação de indígenas e europeus, no entanto, esse primeiro grupo “não existiria mais”, a morte de Iracema seria a representação deste “fato”. O significado da obra tenderia ao que Frantz Fanon (2008) chamou de “lactiforme” em seu livro “Pele Negra Máscaras Brancas”, com isso, podemos até mesmo ir mais afundo e relacionar essa característica que possui a obra de Alencar com o romance de Mayotte Capécia citado por Fanon. Mesmo Fanon não sendo brasileiro, a sua perspectiva diaspórica é de fundamental importância para acurar nossa reflexão, pois o autor nos possibilita identificar a narrativa inferiorizadora imposta aos colonizados. É necessário elucidar que Iracema não possui as mesmas características que Mayotte, pois, a segunda obra, expõe escancaradamente a negação da identidade negra e o seu entendimento como algo negativo, diferentemente da obra alencarina, que nega a presença negra, mas não inferioriza, pois nem sequer existiu e isso acontece também a partir da apropriação que é feito da obra pela própria “memória” de formação do Ceará.³¹

O que buscamos trazer com essa reflexão não é deixar implícito que a obra tem essa intencionalidade, mas sim fazer uma breve análise do simbolismo e, de certa forma, da relação que a obra pode ter tido com as narrativas dos intelectuais cearenses. Sabemos que o trabalho de Alencar se trata de um romance e não de uma narrativa histórica científica à época, como a que era pretendida pelos membros do IHC, porém a obra se baseia em um personagem real que

³⁰ Esse sentimento de seguir os passos da Europa não era exclusivo do Ceará, tendo em vista que estava presente no discurso nacional.

³¹ É importante ressaltar que a relação entre Fanon e Alencar, mesmo com as suas produções sendo elaboradas em territórios e tempos diferentes, se tornam importantes para a análise desta pesquisa em virtude de abordarem, guardadas as proporções, as relações identitárias, o que gera hierarquias que podem ser problematizadas.

foi transformado em "herói" - no romance isso pode até ser válido, mas na narrativa histórica implica várias questões - pela narrativa histórica. Dessa forma, guardadas as devidas distâncias, percebemos que há algo instigante entre o romance e as narrativas desses intelectuais e também sobre a análise de Fanon, pois tanto Mayotte como Iracema representam o processo de colonização e suas consequências. A inferiorização pode não se mostrar presente explicitamente na obra alencarina, mas existe nos discursos de intelectuais à reprodução da narrativa.

Mesmo com os distanciamentos necessários, com Fanon, é possível notar outro ponto em comum com a análise do autor, quando descreve o momento em que o oficial abandona Mayotte e deixa instruções a respeito dos cuidados com o filho que tiveram. O homem branco pede para que Mayotte lembre seu filho de que ele era um homem "superior" e afirma que ela precisa trabalhar para ser merecedora do seu filho. Sobre esse ponto, Fanon analisa: "E a dignidade do filho? Não seria mais necessário conquistá-la, pois já tinha sido tecida no labirinto de suas artérias, gravada nas suas pequenas unhas cor de rosa, bem instruída, bem branca" (FANON, 2008, p. 61). Tanto o filho de Iracema como o de Mayotte são símbolos do branqueamento e da miscigenação, os dois não precisam conquistar a dignidade ou pelo menos já possuem uma parte, pois havia no sangue de ambos o rastro da "evolução" e da "superioridade". Pode-se afirmar que o embranquecimento na obra alencarina é direcionada ao indígena que agora passou a ser um legítimo cearense.

A partir desse exemplo, que Fanon utiliza em sua obra, também é possível perceber a dinâmica das sociedades colonizadas, a visão de "superioridade" do branco molda a mentalidade dos sujeitos que fazem parte dessa sociedade. Dessa forma, é essa mentalidade que sustenta a hierarquização, que esteve presente mesmo depois do período colonial.

Outro ponto importante é que a romantização da relação entre esses povos esconde a violência que ocorreu durante o processo de colonização.³² Para além desse apagamento dos povos indígenas presente na obra, notamos também a caracterização desse grupo como "inferiores" aos portugueses, o homem branco é admirado não só por Iracema, mas por seu povo, visto como um ser quase divino, pois foi "Tupã" que trouxe o branco.

A população negra também é marginalizada e invisibilizada dentro desse mito de origem. Como afirmamos anteriormente a obra representa o pensamento dos intelectuais cearenses desse período, além de simbolizar uma base de construção da narrativa nacionalista

³² Na obra de Alencar são retratados conflitos entre a nação de Iracema e outros povos, no entanto, a relação branco e indígena não deixa de ser romantizada.

de formação do Brasil e mais especificamente regionalista.³³ Além disso, a produção alencarina serviu de influência e de símbolo do discurso “histórico oficial” dessa origem cearense em que a presença indígena é silenciada e a negra excluída. Portanto, por meio desse discurso oficial, além de ser enraizado no imaginário cearense, que a presença indígena morre com Iracema, foi arraigado a ideia de que a população negra se quer contribuiu com a nossa história.

Entendemos que é preciso ir ainda mais longe para compreendermos melhor as características desse processo histórico. Para isso, voltemos nossas atenções para o grupo que possuía as condições de criar e impor um discurso histórico oficial e hegemônico. A historiadora, Nivia Marques Monteiro (2014), em seu trabalho sobre Joaquim Catunda e o debate evolutivo na segunda metade do século XIX, nos ajuda a compreender a constituição de ideias racialistas no Ceará. O escritor e político cearense tem sua relevância em nossa análise, pois fez parte do grupo de fundadores do IHC e fez parte da elite intelectual da região. Nivia Marques, em seu trabalho, faz uma análise de algumas produções do autor, mas se concentra na obra “Estudos de História do Ceará” (1886) e nela faz reflexões das características racialistas e evolucionistas da escrita de Catunda.³⁴

A autora destaca que procurou: [...] “compreender como este livro, que fomentou um discurso pautado na verdade histórica positiva e na questão racial, constituiu um pensamento social aliado a um projeto político no Ceará” (MONTEIRO, 2014, p. 13). É a partir dessa afirmação que consideramos a análise da historiadora como crucial para compreendermos não somente a propagação de narrativas racialistas e evolucionistas como também compreender quais as possíveis relações desses pensamentos com a narrativa histórica que excluiu a população negra. Antes é necessário destacar que assim como outros membros do IHC, Joaquim Catunda presenciou e participou de acontecimentos importantes e que foram narrados pelo Instituto Histórico, como o processo abolicionista cearense. Nivia Monteiro nos possibilita conhecer mais afundo a trajetória intelectual e política desse membro:

Além de ocupar cargos no professorado das principais instituições de ensino da província, o Liceu do Ceará e a Escola Militar do Ceará, e integrar um dos mais importantes lugares de produção historiográfica da província, o Instituto do Ceará, também colaborou na fundação de duas importantes associações: o Centro Abolicionista e o Centro Republicano. (MONTEIRO, 2014 p.22)

³³ Uma narrativa invisibilizadora que poderíamos até “confundir” como algo exclusivo dos “Alencares” (Tristão de Alencar Araripe e José de Alencar), mas que representa ainda mais como os discursos dos dois - um através da literatura e outro através da narrativa histórica - estavam alinhados com as narrativas que eram presente no Ceará naquele período.

³⁴ O livro de Catunda foi publicado em 1886. “Tratava-se de uma obra de síntese histórica da província do Ceará, dividida em nove capítulos, que abordavam desde a colonização e o povoamento do território até o início do século XIX, com a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador” (MONTEIRO, 2014 p.56).

Como é possível notar, Joaquim Catunda, além de integrar o Instituto Histórico do Ceará, também participou de momentos que foram importantes para a história cearense e que foram registrados nas narrativas do instituto. A preocupação de Catunda estava alinhada com a de outros intelectuais da época, que era a de registrar e investigar a história cearense. No entanto, é interessante compreender também a “inserção” deste no meio científico.

A “inserção” de Joaquim Catunda no meio intelectual é relevante para entendermos as questões que envolviam o modo como os intelectuais daquele período reconheciam determinado sujeito como um igual (intelectual). Dessa forma, os membros da elite intelectual consideravam que para fazer parte desse “grupo” o sujeito deveria ter contribuído de alguma forma com a produção intelectual, e com Catunda não foi diferente. Esse processo é exposto por Nivia Monteiro que apresenta que: “A publicação de um livro atendia a uma demanda intelectual e a uma determinada ‘pressão’ por parte de uma parcela letrada da população de Fortaleza” (MONTEIRO, 2014, p.59). Essa pressão pode ser considerada como um exemplo da forma como os intelectuais daquele período construíram uma certa “identidade” ou melhor características que definiam aqueles que de fato eram intelectuais. Vimos no capítulo anterior que uma dessas características era possuir condições financeiras para isso, mas o caso de Joaquim Catunda demonstra que era necessário também a publicação de um livro, pois seria a melhor forma de expressar sua capacidade intelectual.

Por meio do trabalho da autora Nivia Monteiro foi possível observar não só essa pressão como também compreender que haviam questões envolvendo conflitos sobre o que seria considerado “produção intelectual”. Através da análise do relato de João Brígido a historiadora afirma que: “A obra de Catunda recebeu críticas dos mais diversos intelectuais, como a do jornalista e historiador João Brígido dos Santos (1829-1921), publicada no Gazeta do Norte, que chegou a afirmar que em Estudos de História do Ceará “não há nem história, nem Ceará” (MONTEIRO, 2014, p. 63).

É importante deixar nítido que essa obra não recebeu apenas críticas negativas, mas que foram também direcionados elogios publicados no periódico Libertador por autores anônimos. Como Nivia Monteiro (2014) destaca, todas as críticas e comentários sobre a obra demonstram a relevância que as discussões propostas por Catunda tiveram dentro da intelectualidade cearense.³⁵ Como exposto anteriormente, em nosso trabalho, a elite intelectual cearense estava

³⁵ Para compreender melhor essa questão, a leitura do trabalho da historiadora Nivia Marques Monteiro é de extrema importância, pois aprofunda questões mais específicas sobre a repercussão que a obra teve dentro da elite intelectual.

preocupada com questões referentes à história da formação do Ceará, pois assim seria possível registrar e difundir as especificidades desse processo. Em Joaquim Catunda também notamos a importância dada ao processo de “formação” da região.

O interesse do autor em discutir os primórdios da espécie humana, sobretudo do “tipo americano” em seus dois principais trabalhos - Estudos de História do Ceará, de 1886, e no artigo Origens Americanas. Imigrações Pré-históricas, de 1887 -, possivelmente decorreu do anseio de Catunda de obter explicações a respeito da sociedade que compunha o Ceará na época de suas reflexões. Ora, o que era exatamente a população da província do Ceará? Porque apresentava determinadas características? Poderia ser considerada uma população mestiça? Qual era a ascendência daquele povo? Possivelmente, eram estes os questionamentos levantados por intelectuais como Joaquim Catunda. Tais questões eram importantes para a compreensão das “potencialidades” daquele “cearense” para os possíveis destinos daquela província diante da civilização e do progresso. (MONTEIRO, 2014 p. 96)

Na reflexão de Nivia Monteiro é possível confirmar que para o escritor havia um certo interesse em compreender e definir quais foram os grupos que fizeram parte da “construção” do Ceará. Além disso, possibilita perceber que a busca pela compreensão da origem do cearense esteve também apoiada no desejo que os intelectuais, como Catunda, tinham de identificar quais as “potencialidades” desse povo, quais as possibilidades e que “estágio” do progresso o cearense poderia alcançar.

O que nos interessa em Joaquim Catunda é a forma como em sua narrativa o autor expressava a história do cearense dentro de uma visão evolucionista:

Ou seja, ele possuía uma compreensão de que houve evolução no continente americano, mas devido determinados fatores se deu de forma diferente. Então, para ele, os habitantes que ocupavam o continente americano não eram apenas distintos de outras raças como as da Europa, mas os primeiros eram inferiores ao segundo (MONTEIRO, 2014 p.122)

A inferiorização de povos que não estavam dentro do suposto processo “evolutivo” que a Europa tinha passado e alcançado um certo “sucesso”, nos confirma que esses pensamentos estavam presentes na sociedade cearense, principalmente na narrativa da elite intelectual. Mas qual o entendimento que Joaquim Catunda tinha da população negra e dos povos indígenas dentro desse processo? Quais as características de cada povo nesse processo “evolutivo”?

N’aquelle, a ferocidade é mais intensa; n’este, mais covarde e atraçoada. O negro crê; seus fetche, com revestir fôrmas hediondas, symboliza sempre alguma cousa que transcende ao grosseiro materialismo de seus instinctos animaes. O caboculo teve sempre a alma cerrada á crença; seus manitós cafam sob a categoria das coisas abjetas. O africano manifesta uma grande força de resistência e mantém com energia perseverante o typo da raça onde quer que viva ao lado do branco, assimilando seus usos e costumes; o índio desaparece pela acção da morte quando em relações com a

raça superior, ou perde logo, pelo cruzamento, seus caracteres ethnicos. (CATUNDA *apud* MONTEIRO, 2014 p. 143-144)

A argumentação de Catunda sobre os indígenas e negros serve de resposta para os questionamentos que fizemos acima, além de acreditar que os europeus atingiram um grau de superioridade sobre os demais povos, o autor também diferencia características entre os indígenas e negros. Para o intelectual cearense, o negro teria a marca dos seus “instictos animaes”, havendo nesses sujeitos uma suposta capacidade de assimilação e com isso conseguiriam viver perto daquele que é “superior”. Diferentemente dessa visão sobre o negro, Catunda nutria outro entendimento sobre a capacidade indígena nesse processo “evolutivo”, tendo em vista que para ele o “índio” seria o elo mais “fraco”, pois desapareceria através da morte ou da extinção das suas características. Dessa forma, para o escrito cearense “tanto o negro como o indígena pertenciam a raças inferiores se comparadas aos europeus, sendo ambas incapazes de se “elevarem na escala da humanidade” (MONTEIRO, 2014, p. 144).

A partir de nossas análises, nesse tópico, foi possível perceber como intelectuais, como Catunda, enxergavam a sociedade cearense de maneira hierarquizada e entendendo a população branca como superior, essa visão, que não foi exclusiva de Catunda, pode ser considerada como herança do processo de colonização, que teve como fundamentação a diferença entre “raças”.

2.3 A população negra como problema

A caracterização do negro como inferior simplesmente existindo ou se misturando com o branco era visto como um problema para o desenvolvimento do Ceará. Como discutido, anteriormente, essa percepção e suas definições não foram exclusividade dos intelectuais cearenses, - de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, João Batista Lacerda e etc - definições apoiadas em um racismo explícito e que fez parte da fundação do Brasil República.

Para trilhar o caminho civilizatório pretendido pela elite intelectual, era necessário acabar com a escravidão. As sociedades europeias já tinham dado esse passo e era importante seguir no mesmo rumo. Mas o contexto brasileiro não era idêntico aos dos países europeus, tendo em vista o número de escravizados e a importância que a escravidão tinha para a economia e sua influência no jogo político. Esse contexto é importante para compreendermos que o fato de uma parte da elite considerar a escravidão e o sujeito escravizado como um problema para o desenvolvimento da nação não significou que a abolição tenha sido um processo fácil e sem contradições. Celia Maria Marinho Azevedo, através de seu livro “Onda negra, medo branco” aborda questões sensíveis para a compreensão desse processo, tendo em

vista que é possível observar o medo que a elite tinha de possíveis movimentos revolucionários por parte da população negra, situação que fez diversos sujeitos sustentarem a ideia de ações cautelosas em direção a abolição (AZEVEDO, 1987). De fato, existia o desejo em acabar com a escravidão, mas concomitante a isso existia também o medo das consequências que esse processo poderia levar, medo da própria população que seria liberta.

O dia 25 de março de 1884 ficou marcado no calendário histórico do Ceará por ser considerado o dia da conquista da tão “bem sucedida” abolição, um processo histórico impossível de não ser citado quando o assunto é o Ceará, mas muitas vezes não pelo processo no todo (com suas contradições e manipulações) e sim pela ideia do pioneirismo e a suposta benevolência dos cearenses.³⁶ Sabemos que na esfera nacional esse medo de revoltas e uma possível inversão da ordem vigente naquele período eram fatos, mas até que ponto a elite cearense compartilhava do mesmo medo? Podemos nos questionar que esse medo talvez não tenha sido tão expressivo no Ceará como em outras regiões em que o número de escravizados era bem mais expressivo. No entanto, o fato é que existiu na província uma preocupação sobre os rumos e quais caminhos deveriam ser seguidos para que a abolição não causasse maiores transtornos. Havia na província uma elite cautelosa com as decisões que definiriam a sociedade que pretendiam construir, porém os intelectuais abolicionistas defendiam que essa era uma questão fulcral para alcançar o desenvolvimento do Ceará.³⁷

As discussões sobre o fim da escravidão estiveram atreladas não somente à introdução de uma economia “moderna” (capitalista), mas também ao embranquecimento da população brasileira, discurso que foi sustentado pela ideia de que o recém liberto não estava apto para realizar as atividades do trabalho especializado e moderno.

Esta substituição de temas e de enfoques tem sido justificada de modo sucinto e algo taxativo: o negro apático para o trabalho livre e acostumado à coação de um sistema irracional de produção não pôde fazer frente à concorrência representada pelo imigrante europeu, trabalhador este já afeito a uma atividade disciplinada, racionalizada e regulada a partir de contrato de compra e venda da força de trabalho. (AZEVEDO, 1987. p.21)

³⁶ É importante destacar que o pioneirismo remonta o ano de 1883 com a abolição em Acarape, atual Redenção. Uma das contradições da abolição cearense se encontra na sua própria consistência e veracidade, uma vez que existem indícios da continuidade da escravidão na região. Paulo Henrique de Souza Martins, nos fornece indícios dessa continuidade por meio do requerimento do deputado Pedro Alves de Oliveira, em que consta o questionamento de quantos escravos existem em Milagres, situação que vai contrário ao discurso de que no Ceará não existia mais escravidão (MARTINS, 2012)

³⁷ Veremos de maneira explícita essa característica no terceiro capítulo na fala de Gonçalo sobre a lei do ventre livre.

Os debates sobre a capacidade do negro em conseguir se adaptar ao trabalho livre foram recorrentes e isso demonstra a visão marginalizadora que a classe dirigente possuía sobre a população não-branca. Porém, para além dessa questão, notamos que tornar a população afrodescendente “inapta” ao trabalho livre demonstra que a escravidão como sistema não era o único problema, mas sim a própria população escravizada e também liberta. O problema era a população branca ser minoria em uma nação que sonhava com um país semelhante ao continente europeu. Com a discussão desse panorama, buscamos exemplificar algumas questões em torno das mudanças e discussões que ocorreram no século XIX, tendo em vista que o medo e a preocupação sobre o fim da escravidão escancara que o rumo que o Brasil e o Ceará deveriam seguir passava pela necessidade de definir como e qual local a população negra deveria ocupar tanto na narrativa histórica como nos espaços físicos. Dessa forma, as discussões abolicionistas são importantes por também estarem no mesmo marco temporal desta pesquisa.

Uma demonstração de que a presença da população negra preocupava a elite cearense se mostra presente no trabalho de Paulo Henrique Martins (2012), a fala exposta pelo autor é do chefe de polícia Benjamin Franklin Oliveira de Melo, responsável pela chefia de polícia da província do Ceará. A fala do chefe de polícia é uma reação a chegada de escravizados fugidos em Fortaleza. Com a abolição da escravidão no Ceará houve um fluxo de pessoas de outras regiões como Pernambuco e Maranhão que buscavam a sua liberdade, um exemplo é o caso de Raymunda que fugiu da província do Maranhão em direção a Fortaleza.³⁸

D. Maria Emilia de Carvalho, residente em Caxias na província do Maranhão, que enviou uma petição à Chefia de Polícia do Ceará requerendo a captura de Raymunda, escrava de sua filha menor D. Jozepha da Conceição Carvalho Lima, em virtude da mesma ter fugido para Fortaleza sem estar alforriada, nem a sua senhora ter recebido indenização que lhe fora oferecida para conceder a carta de liberdade. (MARTINS, 2012, p. 36)

Além desse processo de vinda de sujeitos escravizados para o Ceará, em busca de liberdade, o que nos interessa nesse momento é a reação sobre essas fugas, pois demonstram uma certa preocupação sobre quem eram as pessoas que habitavam a província e um certo cuidado para que o Ceará não viesse a se tornar o que o chefe de polícia classificou como um “valhacouto de escravos fugidos” (MARTINS, 2012, p. 36).

³⁸ Relato de sobre Raymunda disponível na dissertação “Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense” de Paulo Henrique de Souza Martins (MARTINS, 2012).

Reforçamos que o processo de urbanização não será o foco do nosso debate, mas é importante destacar que a partir das ações por meios de códigos, de posturas e dos discursos da elite intelectual de Fortaleza notamos como havia uma definição de quem eram as pessoas indesejadas na cidade, que existia um grupo de “viciosos” e “bárbaros” que deveriam ser retirados ou controlados pelas ações higienistas, todas essas questões nos mostram a tradução e a narrativa que a elite fortalezense criou sobre a população negra. A autora Nilma Lino Gomes nos ajuda a compreender esse processo de “tradução” do outro, quando afirma:

Nesse sentido, o meu mundo o meu eu, a minha cultura, são traduzidos também através do outro, de seu mundo e de sua cultura, do processo de decifração desse outro, do diferente. É como um processo de espelhamento. Ao mesmo tempo em que os grupos socialmente discriminados lançam um olhar para a sociedade, formam-se imagens a partir do modo como uma sociedade se vê refletida pelos olhos do outro. (GOMES, 2005, p. 42).

Compreende-se que essa tradução seria a própria definição do outro, do mundo e da cultura branca traduzidos e visualizados sempre que a população negra fosse definida ou decifrada como “bárbara”, “inferior” e “incivilizada”. Dessa forma, a elite de Fortaleza percebe a cidade através dos seus próprios olhares eurocêntricos, como já dito em outro momento, uma visão em que essas pessoas impedem o tão almejado “desenvolvimento”.

Em nossa pesquisa documental, encontramos uma publicação da Revista do Instituto Histórico do Ceará, que como relatamos anteriormente, trazia uma narrativa cronológica de alguns acontecimentos ocorridos no Ceará, o relato feito é sobre o ano de 1838. Ressaltamos que temos ciência que o período não faz parte do nosso recorte, porém, o texto em que o fato é relatado foi publicado em 1900 e por isso possui um sentido que não se resume apenas ao registro, há uma certa intencionalidade na própria publicação de João Brígido, pois considera que esse fato seria um dos que resumiram a história do Ceará. Dentre diversas outras informações (1761- 1892) no documento consta que: “Janeiro. O Dr. Marcos Antonio de Macedo chega da Europa com 16 artífices francezes, engajados por ordem do presidente Alencar” (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO/ BRIGIDO, Ephemerides, 1900, p. 195).

Acreditamos que esse relato de Brígido demonstra que houve no Ceará uma “supervalorização” de trabalhadores que não fossem locais ou melhor de trabalhadores europeus. O fato de a informação ser bastante resumida não nos permite elucidar outros motivos que pudessem explicar a decisão do presidente da província ter solicitado 16 artífices franceses. No entanto, o que queremos reforçar aqui é que o autor do texto considerou esse fato como relevante. Além disso, com ajuda da autora Maria Clélia Lustosa Costa (2008) e a relação

com essa documentação conseguimos perceber um pouco mais sobre o possível entendimento que João Brígido (autor do texto citado) e Paulino Nogueira tinham sobre a presença de trabalhadores que tivessem “características” europeias.

A autora Maria Clélia nos mostra qual a intenção do então presidente da província José Martiniano de Alencar interessado no “processo de civilização do povo cearense, ou seja, no ‘melhoramento da raça’ e no seu avanço tecnológico. Para isto, buscou-se “artistas europeus que viessem trabalhar nas obras públicas da Província” (COSTA, 2008, p. 196). Nota-se que o desejo de Alencar em trazer trabalhadores estrangeiros para o Ceará não foi algo exclusivo de 1838, mas que antes mesmo o presidente já havia realizado a mesma ação. Mas o que nos interessa, nesse momento, é a percepção de Paulino Nogueira sobre essa solicitação.³⁹

O historiador Paulino Nogueira (1889), ao analisar os relatórios do Presidente Alencar, avalia como positiva a vinda destes migrantes, pois eram: Todo, homens válidos, trabalhadores e bem comportados, que fizeram fortuna e constituíram famílias numerosas e honradas, que ainda hoje honram-les o sangue e o nome com uma descendência abastada e conceituada, composta de estimáveis conterrâneos e dignos concidadãos. (NOGUEIRA, p. 130 *apud* COSTA, 2008, 196)

A partir da afirmação de Paulino Nogueira, é possível levantar a reflexão de que a decisão de João Brígido, em registrar como um fato histórico importante a solicitação de Alencar em 1838, poderia ter um certo alinhamento entre esses dois membros do Instituto Histórico do Ceará. Dessa forma, a fala de Nogueira expõe uma visão de valorização das características europeias, assim, em seu entendimento, ter esses trabalhadores no Ceará significaria um “melhoramento” das características, da cultura e, conseqüentemente, do povo cearense.

A percepção de Paulino Nogueira, como positiva sobre a vinda de estrangeiros, nos permite notar questões centrais para as discussões deste trabalho. Uma visão que reflete como esses sujeitos percebiam a sociedade de maneira hierarquizada, compreensão que não foi fundada por ele, mas que foi diretamente influenciada pela percepção que a maioria dos intelectuais da época tinham e que também foi construída através de um processo consideravelmente longo, como os relatos de cronistas e naturalistas do período colonial. Dessa forma, a narrativa desses historiadores esteve diretamente atrelada a uma percepção que foi herdada desses “primeiros historiadores”, pela importância que os relatos tinham como fonte histórica, mas também por suas interpretações que muitas vezes eram vistas como uma verdade incontestável.

³⁹ Segundo Maria Clelia, em junho de 1837, chegaram na cidade 120 colonos das Ilhas dos Açores.

Antes de analisar a narrativa que é exposta pela instituição, através do relato na íntegra do naturalista, é fundamental destacar que esse documento, publicado pela revista do instituto, foi assinado pelo presidente da instituição, Paulino Nogueira. Mas o que esse fato nos permite identificar? Talvez se considerássemos apenas esse documento de maneira isolada não seria possível identificar a importância dada por Nogueira ao relato feito pelo naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). Em 1888, foi publicado na revista do instituto, tendo como autoria o presidente do IHC, um texto intitulado “O Naturalista João da Silva Feijó”. Nesse documento, o autor afirma que:

Poucos que eu conheça, nacionaes ou estrangeiros prestaram ainda a esta Província mais relevantes e desinteressados serviços, ou pelo menos procuraram prestal-os, como o Naturalista João da Silva Feijó nos fins do século passado e nos princípios deste; e menos ainda o conhecem para lhe darem o devido apreço e merecido renome. (...) Dos escritores que se occuparam de sua vida, uns são nimiamente lacônicos, como Pereira da Silva, outros não só incompletos como inexactos, como o notável bibliographo portuguez Innocencio Francisco da Silva. Em um ponto, porém todos estão acordes, e é em que Feijó era um sábio, um distincto naturalista e insigne botânico. Felizmente poude ainda sobreviver nas obras que deixou; porque afinal de contas os bons livros não são cousas que pareçam nem se possam esquecer. (NOGUEIRA, 1888, p.247 - O Naturalista João da Silva Feijó) [Grifos nossos]

Percebe-se, na descrição feita por Paulino Nogueira, uma certa admiração pelo naturalista. Assim, considerando Feijó uma das principais figuras que deixaram informações sobre a história da província, suas obras seriam o principal exemplo dessa contribuição, pois, para Nogueira, a qualidade delas permitiam que o naturalista não fosse esquecido. É de extrema importância deixar explícito que Feijó tem sua importância para esse intelectual, por também ser considerado uma fonte “verdadeira” da história cearense, pois o naturalista realizou descrições vistas como importantes sobre a região, importância que não foi dada exclusivamente por Paulino Nogueira, mas também por outros membros como Thomaz Pompeo.⁴⁰

A utilização de fontes como o relato de Feijó são uma demonstração do sentimento de estabelecer dentro da narrativa uma “verdade” histórica/cientificista. Como coloca Almir Leal: “A produção historiográfica cearense após 1887, ano da criação do Instituto Histórico, preocupou-se com a elucidação dos fatos locais para uma *verdadeira e definitiva* explicação de seu começo histórico.” (OLIVEIRA, 2001, p. 13) [Grifos do autor]

O que queremos deixar acentuado nesse momento é como essa compreensão sobre o naturalista por parte do presidente do IHC faz parte de uma influência da “ideologia

⁴⁰ Thomaz Pompeo também utilizou Feijó em seu trabalho “Ensaio Estatístico da Província do Ceará, 1888, p. 270.

colonialista” que ainda permanecia dentro da lógica de pensamento desses intelectuais. Clóvis Moura teve grande importância para que conseguíssemos realizar essas reflexões, pois, mesmo o autor analisando os discursos dos cronistas do período colonial, em seu trabalho ele não deixa de trazer como esse discurso foi sendo “readaptado” e aceito por intelectuais como o cearense Capistrano de Abreu.

Se não partirmos da posição teórica de que essa historiografia existia como suporte ideológico desse sistema, com o apoio institucional das suas estruturas de poder, não poderemos compreender como os seus autores trataram o negro e o escravo (uma coisa estava imbricada na outra) nas suas obras e nas suas posições políticas. (MOURA, 1990, p. 31)

O autor nesse momento aborda como a historiografia foi utilizada como “suporte ideológico” do sistema no qual esses intelectuais estavam inseridos e comprometidos politicamente. Ressaltamos, que temos ciência, que as produções analisadas em nosso trabalho estão situadas no pós-abolição, mas mesmo assim entendemos que a narrativa da elite letrada cearense não havia rompido com a visão racializada sobre a população negra e não-branca daquele período. Dessa forma, buscamos demonstrar através de nossas reflexões que a narrativa dos membros do Instituto Histórico do Ceará esteve diretamente apoiada em uma “ideologia colonialista”. Sobre a historiografia brasileira Clóvis Moura destaca em seu trabalho que:

Mas a produção historiografia brasileira, especialmente a dos séculos XVIII e XIX, caracteriza-se pela omissão ou subestimação completa ou quase completa em relação ao negro, ao escravo. Quanto à produção do início do século XX há uma revisão por parte desses historiadores em relação ao negro. Há uma biologização da história, através de teorias que se diziam científicas, criadas para justificarem a aventura colonialista e todas elas, na hierarquização das raças, colocavam o negro no último patamar da escala racial: o negro era inferior, o fator de atraso do nosso desenvolvimento social e do retardamento no nosso processo civilizatório. (MOURA, 1990, p.35) [Grifos nossos].

Nota-se que a omissão da participação da população negra era uma característica pertencente a historiografia que estava sendo fortalecida naquele período. Característica que não deixou de, também, estar presente naquela que foi difundida pelo IHC. Além disso, esses sujeitos, em suas narrativas, deixavam explícito a inferiorização que faziam da população negra, esses sujeitos eram considerados pela elite intelectual como o principal motivo do “atraso” da sociedade brasileira.

Para compreender esse processo, dentro da narrativa da instituição histórica cearense, voltemos à análise de como a influência dessa “ideologia colonialista” esteve presente nas publicações da revista do Instituto. Em outra publicação pertencente à revista do IHC,

encontramos o texto intitulado “Memória sobre a Capitania do Ceará” de autoria do naturalista João da Silva Feijó, mais uma vez o documento se trata de um período diferente do analisado pela nossa pesquisa. No entanto, a publicação tem sua relevância por ter sido feita pela instituição em 1889, tendo como responsável Paulino Nogueira.

Acreditamos que a importância desse documento pode ser percebida por sua intencionalidade, pois publicar um texto que tratasse de "memórias" da região era uma forma de mostrar ao leitor a história desse local, mas a publicação ia muito além, tendo em vista que de certa forma o início do seu texto parece querer mostrar um Ceará de “verdade” o autor do texto expõe que: “É necessário ter muito pouco conhecimento do físico da Capitania do Ceará para duvidar das immensa vantagens que ella pode produzir em utilidade dos seus habitantes, aumento do seu commercio e prosperidade geral do Estado(...)” (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO/ FEIJÓ, MEMÓRIA / NOGUEIRA, 1889, p. 3)

Entendemos que essa afirmação é de um sujeito que estava registrando as condições da região por conta do seu "ofício", no entanto, podemos ver como intencional a iniciativa de Paulino Nogueira quando voltamos nossas atenções para o que discutimos no primeiro capítulo deste trabalho a respeito da vontade desses historiadores em tornar conhecida as especificidades do Ceará. Dessa forma, publicar o texto de Feijó, que em seu início faz “elogios” às condições da capitania, cumpre com a função de criar uma narrativa sobre a região que também fosse positiva. Mas, como dito anteriormente, a publicação deste relato ultrapassa o “fator informação”, tendo em vista que acreditamos que houve uma certa influência da percepção de Feijó sob Paulino Nogueira. Portanto, nesse documento nos deparamos com a forma como o naturalista percebia a população cearense daquele período. Nesse relato João Feijó afirma sobre a população da região que:

Sendo porém esta Capitania tão vasta, é de admirar a sua diminuta e desfalecida população, que apenas montará a 150 mil habitantes de todas as classes, e estes pela maior parte de pessima qualidade: porque uns são índios originaes do paiz, entes de si mesmo ineptos para se felicitarem ou para fazerem à felicidade dos outros, ou seja por natureza e sua consituição física ou por falta de educação ou por algum capricho particular etc., outros são provenientes destes com os negros cuja raça indigena constitui o maior numero della, conhecido com a vil denoinação de - cabras -, outros são nascidos dos mesmos índios com os brancos, que faz em uma diminuta parte da população , verdadeiro mamelucos, porque ha outra raça impropriamente assim chamada, proveniente de mistura de outras, digo, de todas as outras classes entre si; a outra classe enfim a mais diminuta é a dos brancos, oriundos de Portugal: uns e outros, porque o paiz lhes é favorabelismo, por lhes facilitar, digo, por lhes subministrar com liberalidade multiplicados meios de facil subsitencia, na abundancia de raizes ou batatas e de infinitos fructos silvestres, e de immensa caça e pesca , por isso mesmo de ordinario muito preguiçosos e indolentes, com particularidade os índios, cabras e mamelucos, que são em extrema vadios, dissolutos nos costumes e cheios de vicios que pode produzir no coração humano uma vida

licenciosa no centro da mais crassa ignorancia, dondde provém nele a fala de sentimento e de virtudes moraes, e outros vicios já pouco estranhos contra todos os direitos da natureza e da sociedade. - (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO/FEIJÓ, MEMÓRIA / NOGUEIRA, 1889, p. 22) [Grifos nossos]

Como dito anteriormente, a análise de conteúdo visa compreender o que não se encontra explícito nos textos originais. Dessa maneira, durante a análise dos documentos, nos questionamos de que modo estavam marcados por características semelhantes, se havia nos textos do Instituto uma narrativa que seguia uma “lógica comum”. Durante este trabalho foi exposto em alguns momentos características que as produções realizadas pela revista do Instituto possuíam, principalmente a valorização dos “heróis coloniais”, algo que levou os membros dessa Instituição a demonstrarem sua percepção hierarquizada da sociedade.

Através da análise de conteúdo é possível compreender nesse extenso relato que tanto negros como indígenas estavam sendo classificados como grupos “inferiores”, quando o autor afirma que os habitantes são “de péssima qualidade” notamos como a percepção de sujeitos como Feijó era de inferiorizar grupos que não fossem europeus. Entendemos que essa questão, para Paulino Nogueira, era uma forma de enxergar esse processo, pois optar por publicar um documento com esses pontos de vista não tinha um sentido isolado em apenas registrar a história cearense, principalmente se nos apoiarmos no que discutimos e tentamos deixar explícito anteriormente, a forma como Nogueira entendia como positiva a decisão do presidente Alencar sobre a vinda de estrangeiros e também a própria maneira como esse intelectual nutria uma certa admiração pelo naturalista, além da influência percebida na necessidade de expor o relato de Feijó na íntegra em sua publicação. Dessa forma, o compartilhamento dessa “ideologia colonialista” escancara a forma como esses intelectuais percebiam a sociedade cearense de maneira hierarquizada e que isso era representado pela própria “história”.

Voltemos novamente para as contribuições de Clóvis Moura para a análise da narrativa histórica realizada por grande parte dos intelectuais dessa época. É fundamental elucidar que o autor em sua obra “As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira”, faz uma análise profunda da forma como o negro foi “apresentado ou simbolizado” dentro da historiografia brasileira (MOURA, 1990). Para cumprir com esse objetivo, o sociólogo realizou análises sobre escritores que se debruçaram sobre a história brasileira, sejam aqueles que faziam por forma de registro por estarem presenciando determinada situação como o Frei Vicente do Salvador (1564-1639) ou de intelectuais que comentaram essas obras como o Almir de Andrade e o cearense Capistrano de Abreu. O trabalho de Clóvis Moura passa pela própria sustentação

das nossas reflexões, tendo em vista que o autor mostra como a historiografia brasileira foi construída sobre o “pilar” da invisibilização. (MOURA, 1990, p. 42)

A discussão feita por Clóvis Moura em seu trabalho, mostra como cronistas e sujeitos que são vistos como intelectuais produziram narrativas apoiadas numa “ideologia colonialista”, o autor analisa diretamente as argumentações de figuras como Frei Vicente do Salvador, Sebastião da Rocha Pita, Robert Southey, José Inácio de Abreu e Lima, Francisco Adolfo Varnhagen, João Armitage, Gottfried Heinrich Handelman, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. As contribuições de Clóvis Moura (1990) são maiores quando nos deparamos com a realidade analisada sobre intelectuais posteriores a essas figuras que continuaram ou readaptaram as percepções sobre a população negra de maneira inferiorizante.

É crucial perceber que, mesmo que haja um questionamento referente aos limites de nossa análise, por muitas dessas figuras fazerem parte de uma sociedade ainda colonial, esse fato não exclui a possibilidade de análise e reflexão, tendo em vista que mostramos como sujeitos que estavam dentro do período posterior a colonização tinham esses naturalistas e cronistas como referência. Dessa forma, compreendemos que as características da narrativa do IHC mostram que essa visão “colonial” ainda perdurou na escrita do Instituto.

Dentro das publicações do Instituto Histórico do Ceará, deparamo-nos com a publicação de obras de diversos cronistas do período colonial, como falamos anteriormente Feijó foi um desses, mas não foi o único. Durante nossa pesquisa, encontramos na publicação da revista do Instituto, a publicação em 1897 de alguns capítulos da obra do Frei Vicente do Salvador referente ao Ceará. Mais uma vez notamos a presença da necessidade de apoiar as narrativas em produções, que possibilitassem uma fundamentação documental em sujeitos que documentaram de “maneira verídica” o processo de desenvolvimento da colonização no Brasil. No entanto, pretende-se relacionar a presença desse documento na publicação da revista com as reflexões críticas feitas por Clóvis Moura, que em seu trabalho procura através do texto do Frei Vicente de Salvador perceber como esse sujeito via a população negra e escrava em seus textos. Sobre sua análise da obra o autor destaca que:

O que se nota no texto do nosso primeiro historiador é que o índio se destaca muito mais do que o negro, que comparece apenas como pano de fundo esmaecido. Tanto que o autor designa os nomes de vários chefes indígenas, descreve os seus feitos, dá-lhes individualidade histórica, o mesmo não acontece com o negro. Somente uma vez refere-se nominalmente a um negro, Bastião, durante a ocupação de Salvador pelos holandeses (MOURA, 1990, p. 42).

Ressaltamos novamente que compreendemos que cobrar dos sujeitos que faziam parte da estrutura colonial uma certa criticidade, que incluísse a população negra em sua narrativa, seria incorrer em um erro em nossa investigação, tendo em vista que o modo de perceber aquela sociedade estava atrelada a própria estrutura social hierarquizada. No entanto, a análise dessas percepções não deixa de ser possível, uma vez que através dessa reflexão podemos caracterizar como foram estabelecidas essa visão sobre a população negra, além de ser importante na própria compreensão de intelectuais que continuaram perpetuando uma narrativa apoiada na percepção sobre esses sujeitos, que eram vistos como inferiores dentro da sociedade.

Na publicação do Instituto Histórico do Ceará os membros optaram por trazer, na íntegra, trechos referentes à empreitadas de colonizadores, que teriam feito parte do processo de ocupação colonial da região. O autor do relato, Frei Vicente do Salvador, produz uma narrativa em que destaca os papéis de Pero Coelho de Souza, dos padres Francisco Pinto e Luiz Figueira e por fim de Martim Soares Moreno. Como afirmado anteriormente, a publicação desse documento ultrapassa o caráter informativo, pois mostra como os intelectuais dessa instituição foram de fato influenciados por uma narrativa que expunha os feitos “grandiosos” de figuras que ganharam um destaque importante nas publicações dos membros do IHC. Outro ponto importante e presente no documento é como a hierarquização e racialização dos sujeitos históricos aparecem no documento, pois em diversos momentos o Frei Vicente recorrer a classificação branco, índio e negro.

Uma figura que utilizou a narrativa do Frei Vicente do Salvador foi o historiador Capistrano de Abreu, cearense e membro honorário do Instituto Histórico do Ceará, figura bastante prestigiada pelos membros dessa instituição.⁴¹ Em nossa pesquisa não encontramos a obra na qual Capistrano faz referência ao Frei, no entanto, a presença da obra do missionário e cronista, na revista do Instituto, demonstra como essa figura era considerada importante não somente para Capistrano como para a Instituição.

Entendemos que de fato as narrativas construídas sobre a história cearense foram diretamente influenciadas por um olhar hierarquizado, sujeitos que diferenciavam a história dos civilizados e daqueles que atrapalhavam esse processo de “desenvolvimento”. Dessa forma, reforçamos a importância da contribuição de Clóvis Moura para percebermos como a historiografia brasileira durante todo o século XIX e também dentro do século XX realizou trabalhos que davam continuidade às concepções que os “cronistas” (historiadores) tinham da

⁴¹ A relevância de Capistrano de Abreu para os membros do IHC é exposta na homenagem feita depois de sua morte. Revista do Instituto Histórico do Ceará, 1927.

população negra brasileira. Dessa forma, entendemos que a narrativa do IHC se vincula às ideologias racistas. Isso fica perceptível no modo como a narrativa do instituto era colocada, e como vimos as obras se concentraram em registrar a chegada dos portugueses e como aconteceu o processo de formação do Ceará, uma narrativa caracterizada pela valorização do processo de colonização e seus “heróis”. Mas para além das análises, que já fizemos neste trabalho sobre esse ponto, acreditamos ser um exemplo de como o Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará compartilhou dessa percepção colonialista, a publicação de 1897 pela revista do instituto do texto do Frei Vicente de Salvador.

Com as reflexões neste capítulo acreditamos que foi possível identificar que havia no Ceará sujeitos pertencentes a elite que identificavam a presença da população negra e não-branca como um elemento prejudicial ao desenvolvimento da região. Seja nas falas de funcionários públicos, como o chefe de polícia; ou na própria visão de intelectuais, como Paulino Nogueira; em relação à vinda de estrangeiros ou na narrativa invisibilizadora construída pelos membros do Instituto Histórico. Dessa forma, acreditamos que dentro da narrativa do Instituto Histórico do Ceará, além de ter existido uma predileção por determinadas figuras, também houve uma exclusão de grupos que eram vistos como inferiores dentro dessa memória que esses sujeitos queriam difundir. Acreditamos que essa narrativa define quais sujeitos estavam sendo destacados na memória histórica cearense. É possível afirmar também que houve uma diferenciação dentro da sociedade cearense, entre intelectuais e os sujeitos classificados como “populacho”.⁴² Portanto, compreendemos que, dentro desse processo, “essa produção demonstra a “capacidade de organização e diferenciação social de uma determinada sociedade, se expressando em livros, jornais, revistas, partidos políticos, instituições, entre outros” (SOUZA; NEVES, 2015, p. 14 *apud* FREIRE; BARCELOS, 2018 p.443). Foi durante a construção dessa narrativa que a elite intelectual definiu quais os assuntos eram relevantes e importantes para a construção da narrativa histórica.

⁴² “Populacho” termo utilizado por Rodolfo Teófilo para designar os rebeldes na deposição de Antônio Pinto Nogueira Acioly em 1912, o farmacêutico que era um apoiador da deposição criticou a ação da população pobre em depredar estátuas e ruas. Dessa forma, optamos por utilizar esse termo, pois demonstra bem como as “diferentes elites” percebiam a população pobre da cidade que era composta por negros, indígenas e sujeitos que eram frutos dessa relação. Sobre a revolta ver: PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque: reforma urbana e controle social 1860 – 1930**. 5. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014. 224 p.

3 ABOLIÇÃO, O JOGO DE DISSIMULAÇÃO NO CEARÁ E A RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA.

Por meio da análise de documentos encontrados na Revista do Instituto Histórico do Ceará buscamos compreender e identificar de que modo, nessas publicações, foram expostas as interpretações e as ações referente ao processo abolicionista cearense. Entende-se o processo abolicionista como um momento chave para a compreensão da narrativa do Instituto, pois esse processo é caracterizado e visto como um dos feitos mais importantes para a história cearense, é possível afirmar que esse seria o fato histórico que mais possui destaque quando falamos de história do Ceará. Mas de que forma investigar a invisibilização da população negra dentro de um processo marcado por um “suposto pioneirismo”? Talvez, para sujeitos que não tenham conhecimento das particularidades desse processo, seja complicado pensar numa invisibilização em um Estado no qual as ideias abolicionistas teriam sido fortes. E de fato há uma contradição dentro desse processo, não somente pelos registros de que a escravidão permaneceu existindo no Ceará, mas também pelo discurso dissimulado no qual os abolicionistas propagaram e ajudaram na construção de uma memória “heroica” desse processo. Nesse sentido, discutiremos a própria reivindicação de membros do IHC de uma memória de que seriam a *Primogenita do Abolicionismo*.

Percebe-se que a difusão dessa narrativa do pioneirismo cearense foi apoiada em um discurso muito mais redencionista do que libertador, isso fica mais nítido quando nos atentamos para a reflexão que Antonio Vilamarque Sousa propõe:

A história do negro no Ceará, sintetizada no fato de ter sido o estado do Ceará, o pioneiro no processo de Abolição da Escravatura, adquiriu grande relevância historiográfica, mas ao mesmo turno, a presença do elemento negro no Ceará não adquiriu a mesma importância, pois se considerou desde o surgimento dessa instituição que a presença do elemento de origem e descendência africana, em tempos colonial e imperial, de escala muito reduzida e sem influência sociocultural. (SOUSA, 2006 p.56)

Neste capítulo, buscaremos identificar até que ponto a narrativa e documentos presentes nas publicações do IHC seguiram uma lógica que descrevia as ações abolicionista de maneira benevolente. Nosso intuito será compreender como esse processo foi descrito em determinadas situações como no relato de criação da Sociedade Cearense Libertadora. Com isso, tentaremos identificar quais as possibilidades que estariam por trás da publicação de um documento que

relatava a criação de um grupo abolicionista como também de que modo a própria ação nos possibilita entender como a população, que estava sendo liberta, era vista.

O capítulo também busca se apoiar nas reflexões propostas pela historiadora Wlamyra de Albuquerque (2009), uma vez que acreditamos que suas contribuições são fundamentais para compreendermos até que ponto podemos identificar de que modo esses sujeitos demonstram em seus discursos e ações um “jogo de dissimulação” no qual podemos identificar como esses sujeitos, mesmo dentro de processo, que deveria acabar com a diferença “senhor” e escravo, demonstram o contrário, pois ainda notamos a distinção entre “emancipados” e “emancipadores”.

Nossa tarefa também será discutir as resistências da população negra que foram abordadas pela historiografia contemporânea para a compreensão da presença negra no Ceará. Pretende-se mostrar que população negra estava presente nessa sociedade, seja nas irmandades, nas “festas de negros” ou nas rebeliões que aconteceram no Ceará. Para refletir sobre a resistência imposta pela população negra a um sistema que os excluía e os inferiorizava, utilizaremos as contribuições de autores renomados que discutiram a presença negra no Ceará como Janote Pires Marques (2020), Jofre Teófilo Vieira (2020) e Eduardo Campos (1980).

3.1 As narrativas acerca da abolição e a ocultação da população negra

Neste capítulo, iremos discutir as narrativas construídas sobre o processo de abolição no Ceará e de que modo esse discurso invisibilizou a população negra cearense. Acreditamos que a narrativa sobre a abolição tem, como uma de suas características, o desejo de inserir e difundir a ideia de que esse marco representaria a região cearense como símbolo a ser seguido de “civilidade”. O discurso histórico cearense é marcado por contradições, seja na narrativa sobre a “inexpressiva” população negra ou pela ideia de terra benevolente com a escravidão. Como ser benevolente com uma escravidão que, na concepção dos intelectuais, não tinha sido significativa - em termos quantitativos - devido à economia cearense não ser dependente da mão de obra escrava? A benevolência inserida nesse discurso compartilha do mesmo interesse que a narrativa de invisibilização se apoia, que é o desejo de inventar um Ceará “civilizado”.

Como foi discutido nos capítulos anteriores, os membros do IHC tinham como objetivo construir e registrar uma história que pudesse ser acentuado os “grandes feitos” que aconteceram no estado, mas também estabelecer, através dessa narrativa, uma memória referente às especificidades que caracterizavam esse povo. Uma das primeiras especificidades levantadas e inseridas no discurso oficial pelos intelectuais foi a ideia do pioneirismo cearense

no processo abolicionista, uma memória consolidada através da narrativa do Instituto Histórico do Ceará.

A Abolição representou naquela época um fator de constatação de que o Ceará, pelos esforços que vinha dedicando à iluminação de sua gente e para a superação do atraso político e econômico, entrava numa nova era em direção ao progresso e concretizava a sua inclusão no rol das sociedades civilizadas. (SOUSA, 2006, p.65).

A abolição cearense é considerada como um dos processos históricos mais significativos da história do Estado, tanto por conta da sua narrativa de pioneirismo nesse processo como por ter sido imposto um discurso redencionista e benevolente. Mostrar para o Brasil e para o mundo que o Ceará seria uma terra em que não existiam mais escravizados era extremamente importante no caminho de “invenção” dessa região, pois colocava a província na “direção da Europa”.

De acordo com Tshombe Lee Miles (2011), o processo abolicionista cearense aconteceu de maneira gradual, com seu início em 1883 e sendo encerrado no ano de 1884. Miles explica seu entendimento através da análise da documentação deixada pelo Barão de Studart. Com isso, Acarape teria sido a primeira cidade a abolir a escravidão e Missão Velha a última. Já a capital cearense teria finalizado esse processo em 24 de maio de 1883 (MILLES, 2011, p. 186). Nota-se que, mesmo com esse discurso de que o Ceará teria sido uma região iluminada por conta de seu pioneirismo, houve na “terra da luz” um processo que não ocorreu da noite para o dia como diversas vezes é deixado subentendido. Neste capítulo, é pretendido possibilitar uma compreensão de como esse processo foi retratado pelo Instituto Histórico do Ceará; desse modo, buscamos discutir de que forma esses documentos demonstram a percepção e como esses sujeitos queriam que esse processo ficasse registrado.

Em nossa pesquisa procuramos documentos que pudessem ser importantes na interpretação desse processo, principalmente arquivos que fossem publicados como um registro ou que fosse de autoria de algum membro do IHC. Na Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará, de 1897, foi publicado o texto “Para a História da Libertação dos Escravos no Ceará”, o documento consiste basicamente em um relatório da inauguração da Sociedade Cearense Libertadora que expõe como aconteceu esse processo e quais as figuras que estavam presentes. Para Antônio Martins, “A festa popular da inauguração da sociedade “Cearense Libertadora” foi um facto brilhante para a história do Ceará.” (REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ, 1897, TOMO XI/Para a História da Libertação dos Escravos no Ceará.)

Nessa afirmação é destacada a importância que a elite intelectual dava para o processo de abolição da escravidão no Ceará, porém, durante a análise do documento foi possível perceber que a sua necessidade cumpre outras funções além de relatar um fato visto como importante para a história da abolição da escravidão no Ceará.

No conteúdo do relatório analisado são descritos e destacados os sujeitos que contribuíram e participaram da inauguração. Além de relatar os discursos e os objetivos daquele encontro, também foram destacadas as ações “benevolentes” e “heroicas” dessas figuras. O primeiro momento que representa esse caráter redencionista dos abolicionistas presentes foi a entrega da carta de alforria para um homem chamado Ricardo. Consta no relato que: “Ao terminar o meu discurso deu-se a carta de liberdade ao escravo Ricardo, em nome de sua Sr^a a Exm.^a Sr^a D. Maria Correia do Amaral, mãe do nosso digno Presidente, que nos quiz assim significar a sua profunda adesão á nossa causa” (REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ, 1897, TOMO XI/Para a História da Libertação dos Escravos no Ceará. p.107). Percebe-se nesse ato que o destaque da ação é direcionado para Maria Correia do Amaral e para o presidente que demonstram sua “benevolência” com um de seus escravos.⁴³ É importante reforçar que entendemos que esse momento não se resume a uma “ilustração”, uma vez que para Ricardo pode representar um fato importante e de relevância, pois mesmo não sabendo o que estava lhe esperando, ter sua liberdade tinha um significado para esse sujeito.

No entanto, analisaremos nesse momento como a participação de Ricardo é relatada de maneira ilustrativa, não havia espaço para que esse sujeito discursasse em um momento que supostamente estaria sendo feito para sua liberdade e de seus semelhantes, assim como a presença de Ricardo a liberdade parece ser apenas para ilustrar, pois para as figuras que organizaram a cerimônia o que deveria ser destacado eram as ações dos membros, os discursos, a concessão de alforrias e a criação de uma sociedade que possuísse condições de acabar com a escravidão. Em nenhum momento é relatado o período que Ricardo ficou nessa condição e nem sequer foram mencionados elogios a esse sujeito, óbvio que isso não anularia a forma como esse sujeito foi colocado em segundo plano, mas mencionar apenas de maneira resumida a sua participação nos faz refletir como isso caracteriza uma ação nítida de invisibilização. Na mesma cerimônia, em outro momento semelhante a esse, houve novamente a entrega de cartas de alforrias, mas dessa vez para duas mulheres:

⁴³ É possível questionar que possivelmente esses sujeitos não teriam apenas Ricardo como escravo e já que estavam demonstrando “profunda adesão” por qual motivo nenhum desses libertavam todos que estavam sob sua “responsabilidade”.

[...] o illustríssimo Sr. Tenente Felipe de Araujo Sampaio pediu a palavra como Presidente da sociedade “Artística Beneficente Conservadora” e seu verbo eloquente que lhe ditava o entusiasmo, resumio a sua adesão a sociedade Cearense Libertadora” dando carta de liberdade a sua escrava Joanna de 25 anos de idade, que sabe lê e escrever; sendo lida a carta pelo nosso confrade Sr. Luis Xavier da Silva Castro, que em seguida leu a carta de liberdade da escrava Philomena de 23 annos com 3 filhos ingenuos, libertada pelos membros da “Perseverança e Porvir” (REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ, 1897, TOMO XI/Para a História da Libertação dos Escravos no Ceará. p.107). [Grifos nossos]

A invisibilização da população negra fica mais nítida quando nos deparamos com o caso de Joanna - poderia até ser contra-argumentado que não há invisibilização pelo fato dos recém libertos terem sido citados na cerimônia. No entanto, basta nos atentarmos para a questão de que a invisibilização acontece mesmo quando os sujeitos estão presentes, pois é a sua presença que faz com que seja necessária essa invisibilização. Isso fica elucidado com a situação de Joanna, uma recém liberta que sabe ler e escrever, mas que, mesmo assim, acaba não lendo sua carta de alforria, ao invés disso quem fez a leitura foi Luís Xavier da Silva, mesmo com o ex-patrão de Joanna não realizando a leitura da carta. Nota-se que a cerimônia de inauguração é marcada por momentos em que os sujeitos negros presentes são colocados como objetos pelos membros da sociedade abolicionista que estava sendo fundada, a narrativa foi colocada para exaltar os feitos “precoces” dos abolicionistas e ressaltar como essa ação representava os avanços dos cearenses no tão almejado desenvolvimento. Dessa forma, não só o evento, mas a sua necessidade de exposição nos permite perceber que existiram delimitações dentro desse processo que distinguiam os sujeitos que estariam realizando um grande feito e aqueles que “estavam apenas assistindo”, podemos afirmar que essa ação demonstra a própria marca de diferenciação estabelecida durante a escravidão.⁴⁴

É importante destacar que esse documento foi publicado em 1881 pelo Libertador, órgão da Sociedade Cearense Libertadora. Mesmo o documento tendo sido publicado anteriormente, acreditamos que isso não anula a possibilidade de uma análise, pois o fato de sua publicação, pelo Instituto Histórico do Ceará, ocorrer dezesseis anos depois, demonstra que para a construção da narrativa histórica, que o IHC pretendia criar, esse fato possuía uma importância significativa, uma vez que fazia parte da história do “pioneirismo” cearense referente a abolição. Além disso, a publicação desse documento demonstra o modo como os membros do IHC pretendiam registrar a narrativa heroica em que os “patriotas” lutavam pelo fim da escravidão por conta de uma questão “moral” e de uma característica que seria intrínseca

⁴⁴ Através de nossas análises pretendemos deixar essas delimitações mais nítidas no decorrer deste capítulo.

aos “bons cearenses” que seria a “benevolência” para com os escravizados. Ter em mãos do instituto histórico um documento que comprovasse que as ações iniciais referentes à abolição mostrassem uma certa “antecipação” dos heróis abolicionistas era crucial para comprovar que não só os cearenses teriam sido pioneiros na abolição como também nos primeiros passos em direção ao desenvolvimento.

Guardadas as devidas distâncias, esse caso nos remete a uma situação analisada pela historiadora Wlamyra de R. de Albuquerque (2009) em seu livro “O Jogo da Dissimulação”. A autora aborda um evento ocorrido na Bahia, em 1884, que pretendia comemorar a abolição da escravidão no Ceará.

A solenidade, batizada de ‘banquete da civilização, teve como ponto alto a entrega de cartas de alforria a alguns escravos - expediente recorrente nessas ocasiões. Após as saudações e discurso de praxe sobre a ‘justiça da causa dos oprimidos’ deu-se início à passeata em prol da abolição, porém o ápice da festa foi reservado para a programação noturna. Desde o fim da tarde, a rua do Palácio e a praça do Teatro São João, no centro da cidade, ‘encheram-se de povo’ disposto a seguir em cortejo até o Teatro Politeama. [...] Quando o pano do cenário foi descerrado, verificou-se que ‘em torno de vultuosa mesa’, pronta para o ‘banquete da civilização’, sentaram-se os principais nomes da Libertadora e do outro lado, em pé, um grupo de escravizados aguardava a entrega das cartas de alforria. [...] a comoção provocada pela conquista da alforria impregnava as relações entre escravos e abolicionistas e transbordava para as interpretações sobre possíveis diferenças entre a ‘raça emancipada’ e a raça emancipadora. Toda a cena descrita por Teodoro Sampaio evocava a dádiva da liberdade. A atmosfera de redenção abolicionista do evento reiterava as regras e distinções construídas no mundo escravista. (ALBUQUERQUE, 2009, p.81-82)

Justificamos a extensão da citação acima por sua importância em nossa análise. Wlamyra Albuquerque (2009), por meio de sua reflexão, ajuda-nos a compreender as dinâmicas que envolveram o processo abolicionista. Esse evento ocorrido, na Bahia, é bastante significativo quando comparamos com o que ocorreu no evento de fundação da Sociedade Cearense Libertadora, pois o próprio processo de abolição era significativo em demonstrar que a “liberdade” não seria sucedida de igualdade entre livres e libertos, pelo contrário, pois tanto o evento de criação da sociedade cearense quanto a ação dos abolicionistas baianos discutida pela historiadora demonstram que dentro do caráter redencionista desses eventos vemos as “distinções construídas no mundo escravista” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 82).

Além disso, através da relação de nossa análise do documento encontrado durante a pesquisa juntamente com as reflexões de Wlamyra Albuquerque, podemos compreender que a benevolência construída nesses eventos, e em seus relatos, poderia ter um efeito prático na manutenção de uma certa “gratidão”, que os sujeitos recém libertos deveriam ter para com aqueles que pela “bondade” os libertaram do cativeiro. Além da benevolência presente no

documento, também conseguimos perceber a presença de um certo “estilo” abolicionista, quando é citada a participação de Sr. Dr, Gonçalo de Almeida Souto:

O ilustrado Sr. Dr, Gonçalo de Almeida Souto tomou a palavra e pronunciou um bello discurso; do seu estyllo elegante, porém, destacou-se a sua doutrina particular declarando-se catholico de crença firme e abolicionista calmo, espectador dos feitos beneficis da lei de 28 de Setembro de 1871, abolicionista que respeita a propriedade, reconhecida embora a infame procedencia d’ella. SS. sauda a sociedade “Cearense Libertadora” augura-le os merecidos resultados, e termina bradando- le - Avante! (REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ, 1897, TOMO XI/Para a História da Libertação dos Escravos no Ceará. p.107)[Grifos nossos].

O ilustre Sr. Gonçalo de Almeida destaca que é um abolicionista “calmo”, mas o que significava essa afirmação? Acreditamos que essa é uma pergunta bem simples de responder quando notamos que Gonçalo afirma que é um “espectador” dos benefícios da Lei do Ventre Livre. Nota-se que o autor da frase via nessa lei um mecanismo de cautela dentro do processo abolicionista, pois existia, por parte de alguns sujeitos, um certo medo de que a abolição da escravidão gerasse conflitos capazes de inverter a ordem social daquela sociedade. Dessa forma, Gonçalo Almeida era uma figura que estava contente com os caminhos que o processo abolicionista cearense estava seguindo, pois acreditava que estava baseado em uma cautela que seria crucial na manutenção da ordem daquela sociedade. Essa “calma” representava não só a intenção de Gonçalo de um processo abolicionista seguro como também caracterizava o seu “estilo abolicionista”, uma figura que se coloca como defensor da causa, mas que acredita em um processo que tenha limites.⁴⁵

Outra possível demonstração dessa “vontade cautelosa” foi o fato desse sujeito frisar que não era apenas um abolicionista, mas um que “respeita a propriedade”. É possível interpretar que, para Gonçalo Almeida, havia uma necessidade de reforçar que a propriedade deveria ser protegida, tendo isso relação direta com o processo abolicionista, uma vez que suas consequências poderiam ser conflituosas para a manutenção dos privilégios de senhores de escravos, questão que envolvia diretamente os interesses desses sujeitos sobre propriedade. O que estava em risco para esses sujeitos de pensamentos “abolicionistas”, mas de coração escravista eram suas casas, terras e até mesmo os escravizados, já que a decisão sobre uma questão que envolvia a propriedade deveria levar em consideração os riscos desse processo, visando o respeito do direito “inviolável” que os proprietários tinham. A “dissimulação” desses

⁴⁵ Sobre a lei do ventre livre ver: DAUWE, Fabiano. **A Libertação Gradual e a Saída Viável**: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

sujeitos também pode ser percebida no caráter contraditório do próprio posicionamento, quando é “reconhecida” por Gonçalo a “infame procedência” dessa propriedade privada. Essa contradição é apenas o reflexo de como, ao mesmo tempo que deveria ser respeitado o direito, também era necessário ressaltar seu posicionamento “benevolente e crítico”.

Outra questão central nesse processo de abolição é o questionamento sobre a sua legitimidade como processo que teria tornado a província cearense uma região livre de sujeitos escravizados, isso fica perceptível quando nos deparamos com os apontamentos de autores que demonstram seu caráter controverso. Por exemplo, Paulo Henrique de Souza Martins, com base em suas pesquisas, afirma que ocorreu a continuidade da escravidão na província do Ceará, mesmo depois de seu suposto fim.⁴⁶ O autor afirma que essa continuidade esteve presente no município de Milagres. “Havia senhores de escravos ‘possuindo’ escravos no município de Milagres sem que lhes atingisse o peso do fisco provincial” (MARTINS, 2012, p.40).

Percebe-se que a abolição no Ceará não representou de fato o fim total da escravidão, podendo ser considerado um processo ilusório ou no mínimo contraditório, tendo em vista a sua continuidade mesmo depois da lei provincial de 1884. A própria lei pode ser considerada um elemento de comprovação dessa continuidade:

O artigo da referida lei assegurava ao senhor o direito de exigir até três anos de serviço após a concessão da alforria, configurando a como ‘condicional’, sem que lhe recaísse qualquer imposto ou punição (CHANDLER, 1966. p. 169 *apud* MARTINS, 2012, p. 42).

A continuidade da escravidão no Ceará nos permite questionar os limites desse redencionismo e confirmar a característica contraditória do processo abolicionista cearense. Além de não ter possibilitado um rompimento real com a coerção e o controle desses sujeitos, a narrativa histórica sobre a abolição invisibilizou os afro-cearenses, pois colocava como motor desse processo a bondade do branco.

A abolição da escravidão, em âmbito nacional, foi registrada e comemorada pelo Instituto Histórico do Ceará, na Sessão de 18 de maio. No documento, encontramos um momento peculiar que retrata bem esse desejo dos membros do IHC de reivindicar uma “qualidade” que seria por direito da “terra alencarina”. Paulino Nogueira, autor do registro, afirma que: “Si á Bahia, por ser a primeira das nossas irmãs avista pelo nauta feliz, coube o

⁴⁶ Mesmo que a extinção da escravidão seja motivo de contestação, pelo fato de que sua extinção não foi completa com a decretação da lei provincial de 1884, é importante ressaltar que os negros participaram da luta contra a escravidão e que esse processo não foi resultado apenas da cisão dos grupos dominantes.

significativo epytheto de *Primogenite de Cabral*; não poderá deixar de caber o de *Primogenita do Abolicionismo* á patria querida de José de Alencar” (SESSÃO DE 17 DE MAIO DE 1888/ NOGUEIRA, 1888. p. 101).⁴⁷

A “reivindicação”, por serem conhecidos como a primeira “irmã” a abolir a escravidão, apoia-se em outro fato histórico, que é a chegada dos portugueses no território que seria chamado de Bahia. Dessa forma, há uma nítida demonstração do valor que os fatos da história nacional teriam para esses sujeitos, pois ao ser o primeiro território a abolir a escravidão garantiria ao Ceará fazer parte dessa história nacional.

Em outro momento, desse mesmo documento, Paulino Nogueira narra as características desse processo:

O Ceará livrou se solo de escravos sem a minima commoção social, e desmentio todas as previsões atterradoras: consolidou a traquillidade pela justiça e philantropia, saldou suas dividas sem damno a ninguem, e accumulou saldos, que são o melhor documento do nosso prospero estado financeiro. (SESSÃO DE 17 DE MAIO DE 1888/ PRESIDÊNCIA DO DR. PAULINO NOGUEIRA)

O que parece, nessa afirmação, é que a necessidade de assegurar a tranquilidade, justiça e um bom estado financeiro foi a condição para que a escravidão chegasse ao fim no Ceará. E, de fato, se nos voltarmos com bastante atenção para o que se encontra "escondido" na fala dos membros, notamos que ao mesmo tempo que afirmam que a escravidão é uma “hedionda instituição” dizem que "saldou suas dividas sem damno a ninguem", mas a quem o fim da escravidão poderia causar dano? Se essa instituição era hedionda, o seu fim não deveria ser cogitado como algo danoso.⁴⁸

Sabemos que a fala se refere às previsões que tinham receio das consequências da abolição, mas o fato de afirmar que o Ceará realizou esse processo, sem danos a ninguém, demonstra que essas figuras cogitaram que, dependendo de como acontecesse a abolição, algum dano poderia ser causado. Dessa forma, havia uma suspeita sobre esse processo, até mesmo naqueles que o defendiam, pois basta se atentar para o fato de que se o fim da escravidão fosse necessário, “apenas” por ser moralmente condenável, não deveria causar danos, uma vez que os beneficiados por esse processo eram os escravizados. Portanto, o processo abolicionista envolveu outros motivos, pois, fora a questão “moral”, havia também interesses políticos e econômicos.

⁴⁷ Na sessão estavam presentes Paulino Nogueira, Joakim Catunda, João Perdigão, Dr. Frota, Virgilio de Moraes, Antonio Augusto, Guilherme Studart e Antônio Bezerra.

⁴⁸ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ SESSÃO DE 17 DE MAIO DE 1888/ PRESIDÊNCIA DO DR. PAULINO NOGUEIRA.

Na apreciação do trabalho de João Brígido, “Resumo Chronologico para a História do Ceará”, feita por João Baptista Perdigão de Oliveira, encontramos a narrativa sobre o ano de 1868, o texto é composto por diversos fatos em anos diferentes. Em 1868, é destacado que em 28 de dezembro foi sancionada a lei de número 1254:

[...] autorisando á Presidencia a despender anualmente a quantia de 15 contos com a emancipação de cem escravos que fossem nascendo (de preferencia os do sexo feminino) os quaes deviam ser libertado na pia baptismal, á razão de cem mil reis cada um. Essa lei teve Regulamento a 8 de Novembro do anno seguinte. (RESUMO CHRONOLOGICO PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ / BRÍGIDO; OLIVEIRA. p.76)

Como já discutimos, o simples registro desse fato demonstra que, para o autor, essa situação era importante para a história do Ceará, principalmente quando se tratava da aprovação de uma lei que demonstrava que a “benevolência cearense” era algo que acompanhava a sua história. Em outro momento, os autores do texto relatam uma ação apoiada nesta lei, que aconteceu quase um ano depois de sua aprovação, no dia 2 de dezembro de 1869.

[...] realisa-se na capital o acto solemne da manumissão, conforme o Reg. da lei provincial 1254. Alforriam 16 escravos; no interior as manumissões elevam-se a mais de cem. Nessa occasião o Tenente Coronel José Francisco da Silva Albano (actual Barão de Aratanha) offereceu á commissão manumissora a quantia precisa para a libertação de tres escravinhas e libertou o ventre de duas escravas que possuía. (RESUMO CHRONOLOGICO PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ / BRÍGIDO; OLIVEIRA. p.76-77)

Percebe-se, nesse registro, a limitação das ações a favor da abolição, mesmo que tivesse sido destinado, por José Francisco Albano, uma quantia para a libertação de três escravas, o mesmo possuía duas que afirmava ter libertado “o ventre”, mas e a alforria das duas que possuía? Pelo jeito a benevolência do tenente se resumia aos que não estavam sob sua competência, seja os dos outros ou com aqueles que ainda não tinham como ser “úteis”. A dissimulação sobre seu ato não se encontra presente apenas na própria ação do Tenente, mas também no destaque que é dado para sua ação, tendo em vista o seu registro na narrativa de Brígido

O texto traz posteriormente a mesma ação, pois acredita que deve trazer na íntegra a fala de Albano e com elas notamos outra questão relacionada ao que analisamos.

Como um documento valioso para a história transcrevemos integralmente, de livros da Camara desta capital, o documento abaixo em que o Tenente Coronel communica a seus collegas de ccomissão tão elevado acto de caridade: “Offereço á patriotica e ilustrada commissão, da qual sou o mais humilde membro, a quantia precisa para a liberdade de tres escravinhas do sexo feminino, no grande dia 2 de Dezembro, como exemplo para os meus tres filhos. E para exemplo de minhas duas filhas obri-go-me por meio deste a libertar o ventre não só de duas escravas, que possuo presentemente,

como também das que para o futuro possa possuir. E' um signal para que meus filhos fiquem sabendo que seu pai, nos dias em que passou sobre a terra, consagrou sempre o mais intimo culto á liberdade. [Sala das sessões de emancipação em o 1º de Dezembro de 1869. - José Francisco da Silva Albano. Nada Mais se continha do que está aqui fielmente transcripto. Fortaleza, 3 de Dezembro de 1869. O escrivão ad hoc. Antonio Arthur.]” (RESUMO CRONOLÓGICO PARA A HISTÓRIA DO CEARÁ / JOÃO BRÍGIDO DOS SANTOS. p.77) [Grifos nossos].

Mesmo esse trecho se tratando da mesma ação, é importante perceber que os autores João Brígido e João Perdigão justificam que há uma importância sobre o documento e por isso foi transcrito integralmente. Além disso, a fala completa de Francisco Albano nos possibilita compreender ainda mais a limitação da benevolência já destacada anteriormente em sua ação, principalmente no momento em que afirma o compromisso de libertar não só as escravizadas que possui como também aquelas que “para o futuro possa possuir”. Sabemos que, de certa forma, essas ações eram comuns entre os sujeitos que se colocavam a favor da abolição, mas isso não apaga o caráter contraditório e dissimulado desse processo e ainda mais da narrativa que coloca a ação como simplesmente um ato heroico.

É óbvio que as publicações do Instituto Histórico do Ceará visavam registrar e difundir a história cearense. Porém, os documentos, analisados neste capítulo, permitem-nos ir além daquilo que seus membros queriam que ficasse registrado, pois fica perceptível, através das ações descritas e da própria necessidade de publicação, o “jogo de dissimulação” presentes nos textos analisados. Uma dissimulação presente no modo como a narrativa e a ação são colocadas, tendo em vista que os sujeitos libertos são “escondidos” dentro de um processo que estava diretamente relacionado com suas vidas.

É na heroificação do ato do Tenente Francisco Albano que percebemos como foi dissimulado a “grandeza” da sua ação, principalmente se considerarmos os limites da liberdade da criança (lei do ventre livre citada por Albano), que não nasceu escrava, mas que nasceria dentro dessa relação entre senhor e escravo, uma vez que sua mãe ainda não tinha conseguido o que a ela foi teoricamente “concedido” antes mesmo de nascer.

Através da análise das publicações do IHC, foi possível perceber que, além da difusão de uma narrativa sobre a “verdadeira” história do Ceará, principalmente sobre a benevolência cearense com o fim da escravidão, houve um enraizamento tão forte dessa narrativa que essa característica foi fixada, tornando-se uma forma de referenciar o Ceará. Um exemplo disso foi o documento publicado pela instituição, em 1904, sobre “ecos” do tricentenário do Ceará. Nesse arquivo estão vários telegramas que são basicamente um compilado de homenagens de diferentes regiões e até de cidades cearenses sobre a comemoração do tricentenário do Ceará.

A análise desse documento nos permite compreender que a memória difundida de uma terra “adiantada” no processo civilizacional já era algo destacado nas falas de diferentes figuras, como políticos e intelectuais. Um dos primeiros telegramas tem como local remetente o Rio de Janeiro, e além de parabenizar a região pelo tricentenário também a caracteriza como um exemplo “para prosseguir nas conquistas da civilização”⁴⁹

Nos diferentes telegramas é possível notar as mesmas semelhanças, a valorização de figuras como Martim Soares Moreno, Pero Coelho, Francisco Pinto, Luís Figueira e José de Alencar. Em um telegrama escrito por Virgílio de Lemos é ressaltado duas “características” para referenciar a terra cearense: “pela gloriosa data do nobre povo cearense, da grande pátria de Alencar e da liberdade” (AINDA ECHOS DO TRICENTENÁRIO DO CEARÁ, Instituto Histórico do Ceará, 1904.) [Grifo nossos]. Referenciar o Ceará com essas duas características é quase que autoexplicativo por conta da importância que foi dada a José de Alencar e ao processo abolicionista cearense. Percebe-se que a narrativa difundida pelos intelectuais foi algo que influenciou diretamente a forma como a terra cearense era referenciada, a abolição foi colocada como o maior feito dos cearenses e como a principal característica desse “povo civilizado”.

Por meio dessas reflexões, tanto da contradição envolvendo a benevolência cearense como no modo que essa característica foi utilizada como referência para definir o Ceará, é possível compreender a lógica invisibilizadora. Dessa forma, esse processo deixa explícito que, mesmo com as ações que visavam “conceder” alforrias e depois com o próprio fim da escravidão, não houve uma ruptura da visão racializadora e inferiorizante empreendida pelos sujeitos que se autoproclamaram os “heróis abolicionistas”. A partir de todos esses casos “isolados”, notamos que a dissimulação também se encontra na designação velada de quem são a “raça liberta” e a “raça libertadora”.⁵⁰

Em muitos países assevera-se agora um ‘racismo sem raça’. No intuito de aprimorar a prática da discriminação, tornando a raça conceptualmente impensável, faz-se com que a cultura e religião tomem o lugar da ‘biologia’. Afirma-se que o universalismo republicano é cego em relação à raça encerram-se os Não-Branços nas suas supostas origens, e continuam a proliferar categorias totalmente racializadas (MBEMBE, 2015, p. 20)

Como já ressaltado em outros momentos, temos a compreensão que Mbembe não se refere diretamente ao Brasil, porém, o autor discute a continuidade do processo de

⁴⁹ AINDA ECHOS DO TRICENTENÁRIO DO CEARÁ, Instituto Histórico do Ceará, 1904.

⁵⁰ Utilizamos o termo “raça liberta” e “raça libertadora” como uma forma de referenciar a análise de Wlamyra Albuquerque (2009) sobre o discurso de Rui Barbosa que divide os libertos e os “libertadores” em “raça emancipada” e “raça emancipadora”.

inferiorização do “Negro” não só nos países africanos, mas também em todo contexto diaspórico. O que percebemos na fala de Achille Mbembe pode ser considerado um exemplo de como as sociedades fundamentadas dentro de uma lógica discriminatória continuaram com as suas percepções racializadas. Portanto, a segregação presente nessa sociedade não deixou de existir em situações como as realizadas pela Sociedade Cearense Libertadora, um exemplo nítido de como a racialização continua operando radicalmente no pós-abolição mesmo com o status de “escravo” não existindo mais.

3.2 As resistências da população negra cearense

A partir deste subcapítulo buscaremos investigar de que modo a população negra conseguiu criar redes de resistências culturais, revoltas e crimes. Com isso, também constitui nosso objetivo refletir até que ponto os locais de resistências podem ser definidos como uma “identidade autodefinida” em contraponto à invisibilidade.⁵¹

Durante as reflexões deste trabalho, esperamos que tenha ficado explícito como a elite intelectual cearense pretendeu difundir um “Ceará inventado”, no qual em nenhum momento a população negra e não-branca dessa região é inserida no discurso ou em momentos históricos importantes e que essa narrativa foi influenciada por uma visão hierarquizada e racializada da sociedade. A invenção de um Ceará “livre de negros” estava de fato presente nas narrativas desses intelectuais. Dessa maneira, apresentamos uma ideia de Ceará que mostrava seus pontos falhos quando nos deparamos com a descrição de um dos membros do IHC, João Brígido, sobre a presença negra em uma atividade da Irmandade de Fortaleza:

Havia reunião solemne da confraria, apparecendo enfeitados machos e femeas. Presidia o rei, e assentavão-se todos em cadeiras de espaldar com tamos de sóla, bordada, às vezes, bem bonitas. A negraria rababú ocupava bancos de madeira, formando côrte ás damas aderessadas de collares de contas vermelhas, grandes brincos de pedras verdes e azúes, em metal dourado, annéis de tambáque, e outros enfeites, entre os quaes sobresahião as fitas das quaes um carretel custava meia pataca! (BRIGIDO, 1899 *apud* MARQUES, 2020, p.110) [Grifos nossos]

Esse relato de Brígido foi discutido pelo historiador Janote Pires Marques (2020) em seu trabalho “Festas Negras na Fortaleza do final do século XIX”. O historiador nos mostra, em seu trabalho, a presença da população negra, em Fortaleza, através das “festas negras” que são compreendidas como formas de resistências praticadas por essa população. Janote Pires analisa o relato de Brígido como sendo um elemento que escancara não só a presença como

⁵¹ Identidade definida por Munanga como contrária a identidade atribuída, tendo em vista que a identidade autodefinida é aquela na qual o grupo se identifica e busca definir as características compõem o grupo ao qual pertence ou nutre o sentimento de pertencimento.

também as dinâmicas que envolviam a realização dessas festas, principalmente no fato de como acontecia a organização para conseguirem as vestimentas usadas nas “festas negras”. O historiador também cita como a fala de Brígido é depreciativa em torno desses sujeitos quando chama de “negraria rabadú”. (MARQUES, 2020). Mas, além das contribuições expostas por Janote Pires, de que forma podemos analisar o relato do membro do IHC a partir das intenções propostas por esta pesquisa? Percebe-se, em João Brígido, que suas interpretações e análises são cheias de divisões: existem aqueles que são expostos em sua narrativa de forma heroica, e existem outros que são depreciados; assim, aos que contribuem com a acentuação das características que são “europeias”, é destinado o heroísmo; e para aqueles que praticavam as “festas negras” - vistas como baderna e local de “viciosos”, era reservado a denominação pejorativa de “negraria rabadú”. Além dessa característica fazer parte de como o intelectual percebia aqueles sujeitos, também demonstrava a própria inferiorização de sujeitos que não compartilhavam de “bons costumes”.

Jofre Teófilo Vieira (2020) é mais um autor que nos permite aprofundar mais sobre a resistência da população negra, mas realizando uma análise da resistência, que esses sujeitos impuseram ao sistema escravista, utilizando o caso do “motim dos pretos da Laura em 1839”. É importante destacar que os escravizados presentes nessa revolta não eram cearenses, porém o caso nos possibilita uma proximidade com possíveis motivações de revoltas. Dessa forma, interessante compreender a motivação dos amotinados:

No júri, os negros, ao serem interrogados, confessaram novamente o crime. Em sua defesa, os amotinados alegavam a fome e os maus-tratos que passavam a bordo. Longe do argumento de vingança, buscavam mostrar que agiram daquela forma porque não tiveram alternativa. (VIEIRA, 2020, p.159)

No trabalho de Jofre Vieira (2020) é destacado que a ação teve a participação de Constantino, Antonio Angola, Bento Angola, Hilário e João Mina. Esses sujeitos estavam insatisfeitos com o tratamento recebido e com as condições impostas pelo capitão Francisco Ferreira da Silva, logo a liberdade, a fome e os maus-tratos foram os motivadores dessa ação. Para esses sujeitos, a decisão tomada era a única saída.

O autor nos mostra que de fato a resistência negra foi significativa no Ceará, trazendo informações sobre revoltas que ocorreram na região em diferentes momentos da história cearense. O que nos chama atenção também é como o autor reflete que, por muito tempo, revoltas ocorridas na região não ganharam repercussão na narrativa de intelectuais, mas destaca

que o interesse referente ao motim da Laura Segunda ocorreu somente entre dois intelectuais que faziam parte do IHC, que eram Paulino Nogueira e João Brígido (VIEIRA, 2020).

O fato dessas duas figuras terem relatado esse evento, pode ser considerada por muitos como uma das formas de conseguir informações dessa ação de motim. No entanto, Paulino Nogueira e João Brígido não se aprofundam sobre esse evento. Dessa forma, é nesse sentido que Jofre Vieira (2020) nos permite compreender mais sobre como sujeitos escravizados realizaram atos de revoltas que estavam relacionados diretamente com a insatisfação da situação desumana na qual eram expostos. Sabemos que esse evento ocorreu em um momento em que o IHC ainda não havia sido criado, mas o fato de seus membros terem abordado o assunto nos mostra de que modo a população negra e não-branca era exposta por esses autores e em que situações a ela interessava. Reforçamos que, com isso, não estamos desconsiderando este acontecimento, entendemos como uma reação às crueldades geradas pelo sistema escravista. Quem de fato desconsiderou as condições em que esses sujeitos estavam sendo transportados foram Paulino Nogueira e João Brígido.

Mesmo que uma quantidade considerável das publicações do Instituto Histórico do Ceará trouxesse os documentos de maneira “crua”, na íntegra, é possível perceber que esses sujeitos abordaram a população negra em situações como a de “figurante”, - para ilustrar a benevolência com os sujeitos que estavam dentro do processo abolicionista - mas que foram colocados na narrativa como aqueles que apenas “recebiam a alforria”, outra forma que esses sujeitos traziam a população negra eram em situações de “rebeldia”, quando cometiam algum crime. Um exemplo encontrado, em nossa pesquisa, foi o caso de Bonifácia, no documento publicado pelo IHC, intitulado “Aditamentos escrava Bonifácia” nos deparamos com a sentença de uma mulher escravizada que foi condenada pelo assassinato do filho de Joaquim Marques Vairão, que tinha a idade de 11 anos.⁵²

A informação divulgada na publicação da instituição em 1894, traz o caso de Bonifácia de maneira resumida, relatando o crime que foi cometido e a pena estabelecida que foi a de morte. É importante destacar que esse processo é de 1842. Mas sua publicação é resultado de um interesse que a instituição, mais especialmente Paulino Nogueira, tinha em processos que tiveram como condenação a pena de morte, tanto que, em 1894, foram publicados cinco textos nessa edição e três textos abordam a pena de morte. No entanto, voltemos para o caso de Bonifácia, infelizmente não foi possível encontrar maiores informações sobre essa mulher, mas

⁵² O documento foi encontrado durante nossa pesquisa na Revista do Instituto do Ceará, 1894, mas também encontramos posteriormente uma menção que o autor Jofre Teófilo Vieira (2010) faz em sua dissertação de mestrado.

podemos levantar possíveis questões que talvez a tenham levado a tomar uma medida tão drástica. A partir do exemplo do motim da Laura Segunda, que Jofre Vieira analisa, podemos nos questionar até que ponto Bonifácia pode ter tomado essa atitude como uma forma de insatisfação com as condições impostas por Joaquim Marques Vairão. De fato, não é possível saber, a partir do documento encontrado, a causa dessa ação, mas isso também não anula o fato de que, na maioria das vezes, a população negra, fosse ela escravizada ou liberta, foi inserida nas publicações do IHC vinculada à criminalidade/rebeldia ou colocada como coadjuvante em processos históricos importantes, como no próprio processo abolicionista.

É possível perceber que, dentro da própria resistência empreendida pela população negra, houve uma invisibilização realizada pela forma como a elite intelectual enxergava esses sujeitos. Mas o fato é que essa resistência existiu, seja nas “festas de negros”, nas revoltas, crimes ou através das irmandades. Acreditamos que as relações que a população negra realizou com seus semelhantes, seja durante a escravidão ou no pós-abolição, podem ser consideradas como uma expressão de identidades. As relações dentro das irmandades também nos interessam neste capítulo, tendo em vista que entendemos que as identidades negras no Ceará estavam presentes também nas irmandades existentes na região. Com intuito de compreender melhor as questões relativas às irmandades, como local de resistência e de expressão de identidade, apoiamo-nos no trabalho “As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial” de Eduardo Campos:

Existiam irmandades apenas de brancos; as de brancos e pretos. Outras de pardos. Algumas raras de pretos, quer apenas de escravos ou destes e forros; as integradas por pardos e brancos, e aquelas que quase sempre, incluindo pretos escravos, compunham-se de reis e rainhas, podendo desfilar a comemorar em ocasião de atos mais solenes, com indumentos de flagrante imitação as vestes do poder régio (CAMPOS, 1980)

A afirmação de Campos nos mostra como de fato existiram no Ceará entidades que serviram como locais em que os membros estabeleciam relações de ajuda mútua e também tinham nessas organizações um local para realizar suas comemorações e festejos, expressar suas identidades, etc. Era através das irmandades que esses sujeitos estreitavam laços e compartilhavam suas histórias e culturas, além de utilizarem como um meio de resistência a uma sociedade que entendia sua presença como algo indesejado. Mas é importante ressaltar que as Irmandades também controlavam as populações negras, buscamos também refletir as dinâmicas dessas organizações. O trabalho desenvolvido por Campos (1980) também

possibilita interpretar sobre como era a organização de algumas dessas entidades. Através dos relatos de viajantes estrangeiros, o autor nos mostra algumas características dessas irmandades:

Sobre os membros dessas entidades, escreveram eles: ‘Usam uma espécie de vestimenta semelhante à do clero, aos domingos e dias santos, com distintivos pelos quais se conhece cada irmandade. Uma joia razoável e uma subscrição anual são exigidas de todos os membros, cada qual ficando com o direito de ser auxiliado pelo fundo geral em caso de doença e pobreza, assim como para funerais em caso de morte’ (...)” (CAMPOS, 1980, p. 11) [Grifos nossos].

Esse relato nos mostra como as irmandades poderiam ser de fato locais em que seus integrantes recorriam diante de alguma dificuldade. Dessa forma, ressaltamos que a identidade não pode ser pensada de maneira estática, seu processo faz parte de um jogo no qual é necessário estabelecer relações contínuas sobre as diversas questões que surgem, principalmente em uma sociedade marcada por tentativas de controle, que atingem tanto os costumes como os corpos dos sujeitos que não fazem parte de uma “identidade branca civilizada”. As irmandades eram, para esses sujeitos, instrumentos de organização e ajuda mútua, sobreviver dentro de uma sociedade que quer, a todo momento, controlar suas ações requer a criação de estratégias que diminuam ou tornem menos pesado as dificuldades impostas. É nesse lugar que as irmandades também se tornam uma ferramenta segura, que vai além da expressão de uma cultura ou da religiosidade.

Outro trabalho importante na compreensão da presença negra no Ceará e suas resistências é de autoria de Eylo Fagner Silva Rodrigues (2012), intitulado “Liberdade ainda que precária: tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884). A pesquisa de Eylo Rodrigues expõe como os cativos utilizavam dispositivos jurídicos para acionar a justiça “contra seus próprios senhores, a fim de garantir o cumprimento de seus direitos alcançados” (RODRIGUES, 2012, p. 10-11).

Percebe-se que a população negra, seja no período escravista ou no pós-abolição, não deixou de realizar ações que pudessem garantir sua liberdade, lutar por direitos que foram estabelecidos era uma demonstração de que esses sujeitos não estavam passivamente dentro de uma sociedade que os excluiu. Mas é importante deixar explícito que, dentro dessa liberdade também, houve contradições, conseguir a liberdade não era algo impossível, mas também não era um processo fácil e simples. Referente ao caso da escrava Luzia, Eylo Rodrigues destaca que:

A esse propósito, soube-se da escrava Luzia, de 27 anos, moradora de Fortaleza cujo dono era Carlos Corllet. De acordo com a documentação, Luzia foi libertada pela comissão, em 1870, mediante a indenização de 150 mil réis de seu senhor. Cifra esta equivalente à importância estipulada na Lei 1.254.[...] Entretanto, na lista de

manumissos, foi acrescentada ao seu nome uma observação, segundo a qual “com esta q.tia [concedida pela comissão] completou a de 1:000\$000 r.s exigida pelo seu senhor”¹⁵⁰. Isto é, Luzia teve que arcar com o pecúlio de 850 mil réis; esta, por sinal, a maior dentre todas as importâncias despendidas pelos cativos, de que se tem notícia a partir das fontes compulsadas. (RODRIGUES, 2012, p. 75)

A liberdade tinha seus diversos sentidos e por isso era permeada de contradições, não só sobre seus limites, mas também da própria situação que o liberto agora tinha que enfrentar nessa condição. Essas contradições são representadas no valor consideravelmente alto que Luzia teve que arcar, uma liberdade que tinha um significado importante para essa mulher, mas que não foi desprovida de dificuldades, mesmo em um momento no qual deveria ser amparada por uma lei que deveria “facilitar” essa ação. No entanto, como dito anteriormente, as dificuldades encontradas por esses sujeitos não representavam a impossibilidade de reverter essa situação, tendo em vista que “os escravos, por sua vez, igualmente movimentavam-se a partir das restrições e das possibilidades trazidas pelas leis” (RODRIGUES, 2012, p. 76).

O autor José Hilário Ferreira Sobrinho fortalece a compreensão de que os sujeitos escravizados estabeleceram meios para que fosse possível alcançar a tão sonhada liberdade. As contribuições de Hilário Sobrinho, assim como a de Elylo Rodrigues, são fundamentais para o entendimento da complexidade que envolvia o processo de obtenção da liberdade. “Em razão das lutas e resistências dos negros escravizados e livres contra o escravismo, a legislação foi obrigada a se adaptar a uma realidade clara: aqueles que eram vistos como coisas, brutos e indulgentes sabiam se organizar e se rebelar.” (FERREIRA SOBRINHO, 2020, p. 134)

Percebe-se que a presença da população negra no Ceará é sinônimo de resistência, Hilário Ferreira detalha como as “festas dos negros, a exemplo dos festejos de Reis do Congo e Cirandas” foram locais em que livres e escravizados utilizaram como meio de divertimento e também de manifestação das angústias que aquela sociedade infligia sobre suas vidas (FERREIRA SOBRINHO, 2005, p. 108). Identificar e compreender que as dinâmicas sociais estabelecidas, no período escravista e no pós-abolição, foram marcadas por questões conflitantes, que não foram baseadas somente pelo controle e tentativa de submissão da população negra, mas também pelas diversas ações de resistência como as fugas, “rebeldia” e reivindicação de direitos por meio da justiça. Assim, permite-nos ter um aprofundamento referente à história da população negra cearense e romper com o mito de que no Ceará essa presença não foi significativa.

Portanto, as produções desses autores são de fundamental importância para conseguirmos avançar nos debates sobre a presença negra no Ceará e suas especificidades. A difusão de narrativas como as dos autores citados neste tópico é necessária para a ampliação

de “novos” conhecimentos sobre como aconteceram as dinâmicas desse povo, que contribuiu diretamente para o desenvolvimento do Ceará. Esses trabalhos ajudam a romper com a narrativa invisibilizadora que vez ou outra acaba reaparecendo em forma de discurso científico desde a criação do Instituto Histórico do Ceará.

Pesquisar questões referentes à presença negra no Ceará de fato é uma atividade árdua, tendo em vista as especificidades do processo de invisibilização que a população negra enfrentou nesse estado. No entanto, assim como Jofre Vieira (2020), acreditamos que investigar a história da população negra e não-branca cearense é “difícil, mas não impossível, pois onde houve escravidão, houve atos de resistência.” (VIEIRA, 2020, p.148)

Uma das nossas intenções, nesta pesquisa, foi discutir de maneira mais aprofundada as dinâmicas dos sujeitos que estavam sendo invisibilizados da narrativa intelectual, mas que ao mesmo tempo demonstravam através de suas manifestações culturais, religiosas e até dos posicionamentos de revoltas, em determinadas situações, a sua presença dentro dessa sociedade que queria estabelecer um padrão e construir uma sociedade “civilizada” sem a sua presença. No entanto, com o objetivo de não deixar de lado as discussões referentes a resistência desses sujeitos, buscamos no terceiro e último capítulo discutir e mostrar que para além da invisibilização dentro da narrativa histórica houve no Ceará ações importantes de resistência em um ambiente que não somente os excluía das narrativas como também os marginalizavam através de medidas que visavam controlar a sua presença nos espaços da cidade.

CONCLUSÃO:

As discussões realizadas nesta pesquisa foram apoiadas em nosso objetivo inicial de compreender como a população negra cearense foi invisibilizada na narrativa “oficial” difundida por membros do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. No decorrer de nossa pesquisa, foi necessário nos debruçar de maneira mais apurada sobre a fundação dessa instituição e até que ponto a sua estrutura e seus membros poderiam ser percebidos como figuras privilegiadas na propagação de narrativas sobre a história do Ceará e até que medida também faziam parte de um grupo elitizado que estavam inseridos não somente na produção de textos como também exercendo cargos importantes.

Percebe-se que a produção histórica é de extrema importância e também fundamental para que seja possível compreendermos os diferentes processos que fazem parte da história da humanidade, mas é preciso ficar atento que essa mesma ferramenta, que nos ajuda a interpretar a ciência humana, também foi uma ferramenta, que diversas vezes, foi utilizada para a

construção de projetos de grupos “individuais”, que tinham interesses políticos e econômicos diferentes da camada mais pobre da sociedade. O historiador José D’ Assunção Barros acrescenta que: “como quase tudo na história, a História Científica também teve os seus começos pequenos, por vezes mesquinhos, as suas concessões ao poder, as suas articulações a projetos de dominação, as suas acomodações, ambiguidades, hesitações e recuos” (BARROS, 2011, p. 12).

Acreditamos que, a partir de nossas análises, foi possível constatar que as narrativas do IHC priorizaram determinados sujeitos, vistos como "heróis", e, de certa forma, “anularam” outros através de uma “visão colonial”/hierarquizada da sociedade que fazia parte do contexto no qual estavam inseridos, mas que não anula o fato da população negra ter sido invisibilizada dentro das narrativas. Para compreender de maneira profunda as questões que envolveram esse processo de invisibilização notamos que era necessário nos apoiarmos em reflexões de autores que nos possibilitasse a compreensão das consequências geradas pela experiência da colonização/escravidão. Dessa forma, concluímos que a invisibilização da população negra cearense pode ser considerada uma consequência dessa experiência que não findou com o fim desses processos e que esteve dentro da lógica e percepção desses intelectuais.

Além disso, procuramos em nosso trabalho, trazer questões em torno do alcance e das influências que as publicações do instituto possuíam. Realizar uma pesquisa em um momento tão particular como o que vivemos atualmente, com uma pandemia que afeta toda a sociedade, foi algo extremamente complicado. Tivemos que lidar com uma readaptação da nossa própria pesquisa por conta dessa situação que infelizmente gerou diversas consequências no desenvolvimento do trabalho. Acredito que seja necessário fazer esse relato não como forma de justificar as limitações deste trabalho, mas como um meio de contextualizar as barreiras que não permitiram possíveis andamentos que poderíamos ter realizado.

A invisibilização da população negra cearense faz parte de um processo histórico que se mostra presente no próprio imaginário dos sujeitos que habitam o Ceará.⁵³ A própria recorrência do questionamento “qual é a origem do cearense?” exprime esse complexo sobre a

⁵³ Lembremos que a invisibilização que ocorre no Ceará é direcionada aos povos indígenas e à população negra. Essa invisibilização também esteve presente no discurso oficial que na segunda metade do século XIX declarava que os povos indígenas tinham sido extintos do Nordeste, narrativa que fortaleceu o imaginário de que no Ceará os povos indígenas não são significativos. Uma invisibilização que aparece até mesmo na política de demarcação de terras. Ver: XAVIER, Maico Oliveira. Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil - trabalho, terras e identidades indígenas em questão / Maico Oliveira Xavier. – 2015. 304 f. : il. color., enc. ; 30 cm. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

identidade. Nota-se que foi através da construção de uma identidade atribuída que a elite intelectual definiu a população pobre e negra como “incivilizada”, “bárbara”, “populacho” e “viciosos”, sujeitos que deveriam ser controlados nos espaços físicos e retirados das narrativas de formação do estado.

Com a reflexão de diferentes trabalhos de autores renomados foi possível constatar as diversas possibilidades de análise e compreensão de como a população negra criou e recriou ações de resistência dentro de uma sociedade que a negava não só na teoria dos textos, mas também através de medidas públicas, seja por meio de uma tentativa de regulamentação das festas ou do controle na circulação e utilização dos espaços públicos.

Dessa forma, dentro da narrativa do Instituto Histórico do Ceará, houve uma certa predileção por determinados sujeitos e que relacionado a isso, houve também uma exclusão de grupos que eram vistos como inferiores. As reflexões realizadas por esta pesquisa nos possibilitaram identificar uma certa contradição envolvendo a “benevolência cearense” no modo que essa característica foi utilizada como referência para definir o Ceará, pois foi possível notar a lógica invisibilizadora desse discurso. Esse processo deixa explícito que não houve uma ruptura da visão racializadora e inferiorizante mesmo dentro dos atos realizados por abolicionistas que visavam conceder alforrias.

Acreditamos que foi crucial realizar análises apoiadas nas contribuições de autores que discutem o “Negro” em África e nas diásporas, pois foi possível entender que as percepções hierarquizadas e racializadas estão presentes em todas as sociedades que passaram por essa experiência tenebrosa. Além disso, permitiu refletir como o discurso de inferiorização é um reflexo de “novas variantes de racismo”.

Um pouco por todo o lado, volta a instaurar-se a fabricação de questões de raça. Ao preconceito de cor herdado do tráfico de escravos e traduzido nas insituições (caso das leis Jim Crow nos Estados Unidos e do regime do apartheid na África do Sul), além do racismo anti-semita e do modelo colonial de bestialização de grupos considerados inferiores foram-se somando novas variantes de racismo, a partir de mutações das estruturas do ódio e de recomposição de figuras do inimigo íntimo. (MBEMBE, 2015, p.44-45)

Investigar o processo de invisibilização da população negra, assim como os processos que envolvem a história da população negra, nos permite ter acesso ao entendimento de como as sociedades, que foram alvo da colonização, acabaram sendo enclausuradas numa dinâmica de subalternização e que todas essas questões com as suas readaptações ainda hoje, ou como Mbembe classifica “recalibragem”, refletem em problemas presentes nessas sociedades. As “novas variantes” de racismo são, na nossa análise, um resultado de sociedades que não

romperam com a visão hierarquizada e racializada - que esteve presente nas interpretações dos intelectuais que analisamos nesta pesquisa. Essas “variantes”, que o autor fala, remete-nos a questão dessa variedade de racismos no Brasil. Como vimos, no Ceará houve um processo de invisibilização que excluiu a população negra da participação na formação de nosso estado. Compreender as especificidades da história da população negra cearense nos possibilita entender que o racismo brasileiro operou e opera a partir de uma lógica comum em todas as regiões, mas que também possui suas particularidades. Nossa intenção com isso é deixar nítido que a compreensão da história do “Negro” e suas especificidades em diferentes regiões é de fundamental importância para construirmos ferramentas de combate “aos racismos”.

FONTES:

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará. Estatutos do Instituto do Ceará, 1887.

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará/ Lista das Associações Nacionais e Estrangeiras, 1902.

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará/ Correspondência Arquivo Público da Bahia e Instituto Histórico do Ceará, 1897.

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará / Resumo Cronológico para a história do Ceará - João Brígido dos Santos - Ligeira apreciação por Perdigão de Oliveira. Instituto Histórico do Ceará, 1888.

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará/ TOMO XI/Para a História da Libertação dos Escravos no Ceará. 1897

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará/ Sessão de 17 de Maio de 1888/ Presidência de Paulino Nogueira.

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará/ FEIJÓ, MEMÓRIA / NOGUEIRA, 1889.

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará/ BRIGIDO, Ephemerides, 1900.

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará. CARDOSO, 1903. p. 34. O Tricentenário da República de Fortaleza. 1903.

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará/ STUDART, 1903. Martim Soares Moreno: fundador do Ceará.

Revista Trimensal do Instituto Histórico do Ceará. Ainda Echos do Tricentenário do Ceará. 1904.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 319 p.

ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Ftd, 2011. 126 p.

ALVES, Marco Aurélio de Andrade; CARVALHO, Alba Maria Pinho De. As marcas do progresso: alguns códigos urbanos na cidade de Fortaleza dos séculos XIX e XX. **O Público e o Privado**, n. 17, 2011, p. 13-24.

ANDRADE, Margarida Júlia F. de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810 - 1933**. 2012. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BARBOZA, Edson Holanda Lima; MARIZ, Silvana Fernandes. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. **Revista Brasileira de História**, [S.L.], v. 42, n. 87, p. 111-134, ago. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-07>.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p. Brasil branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da história: os primeiros paradigmas positivismo e historicismo**. Petrópolis : Vozes, v. 2, 2011.

CAMPOS, Eduardo. **As irmandades religiosas do Ceará provincial: apontamentos para sua história**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CARDOSO, Gleudson Passos. **AS REPÚBLICAS DAS LETRAS CEARENSES: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. 2000. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CIRO. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 13-693.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 192 p.

_____. Urbanização da sociedade de Fortaleza. **Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, 08, p.183-204, 2008. Disponível em: <https://institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno>.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAUWE, Fabiano. **A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos.** 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 277 p.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Edufba, 2008. 191 p.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê. Amaru mambirá": o ceará no tráfico interprovincial 1850- 1881.** 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. **A repercussão da abolição no Ceará nos periódicos da Corte Imperial 1884.** 4º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Curitiba: Apicuri. 2005-2015. Quadrimestral. 978-85-61022-23-5.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. 262 p. Raquel Ramalhete.

FREIRE, C. S.; BARCELOS, Ana Paula. O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província. **Passagens:** Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 440-463, 15 out. 2018. Passagens. <http://dx.doi.org/10.15175/1984-2503-201810306>.

FREIRE, Camila de Sousa; SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: **Passagens:** Identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 440-463, out. 2018. Quadrimestral.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais.** Ideação, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, jun. 2008. Semestral.

FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.) **Histórias de Negros no Ceará** [recurso eletrônico] / Eurípedes A. Funes; Eylo Fagner Silva Rodrigues; Franck Ribard (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. 248 p

GARCIA, Ana Karine Martins. Fortaleza, Habitação e Higiene de 1877 a 1880. **Projeto História**, São Paulo, n. 32, p. 305-311, junho, 2006.

GOMES, Arilson dos Santos. Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção. **Crítica Histórica**, Alagoas, ed. 12, ano 12, n. 23, p. 189-221, 31 jul. 2021. Semestral. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/12731>. Acesso em: 20 jan. 2022

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Coleção para todos. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação – 2005.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 233 p.

LINHARES, Juliana Magalhães. **Entre a casa e a rua**: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da lei 10.639/2003. **Poiéses**, Florianópolis, v. 7, p. 347-366, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index>. Acesso em: 02 nov. 2020.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará**: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense. 2012. 128 f.. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: **Antígona**, 2014. 306 p.

MIGNOLO, Walter D.. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras**, Niterói, v. 9, n. 34, p. 287-324, maio 2008. Semestral

MILES, Tshombe Lee. A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará. Fortaleza: **Edições Demócrito Rocha**, 2011. 196 p.

MONTEIRO, Nivia Marques. **Joaquim Catunda e a recepção do debate evolutivo na segunda metade do século XIX**. 2014. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MORIAS, Maria do Carmo Lima; ARAUJO, Patrícia Carla Viana de. O Reggae, da Jamaica ao Maranhão: presença e evolução. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, 4, 2008, Salvador. IV ENECULT. Salvador: Ufba, 2008. p. 1-13. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14539.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MOURA, Clóvis. **As Injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 217 p.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção de África**: gnose, filosofia, e a ordem do conhecimento. Luanda: Pedago, Lda, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. **Resgate: Revista de Cultura**, Campinas, n. 6, p. 17-24, 1996.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade 2011, p.225-242.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **Invenção da liberdade**: o instituto histórico do Ceará e o discurso racial no i centenário da abolição (1984). 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2018.

OLIVEIRA, Almir Leal de. O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2001, p. 269.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque**: reforma urbana e controle social 1860 – 1930. 5. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014. 224 p.

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. Liberdade ainda que precária: tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884). 2012. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2012.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das

SCHWARCZ. Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu

SILVA, Ítala Byanca Moraes da. **Tristão de Alencar Araripe e a história do Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. 120p.

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **Da "Negrada Negada" a Negritude Fragmentada**: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará(1982-1995). 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado) - História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio. **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. 319 p.